

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

NATÁLIA GIMENES DE AZEVEDO

DESLOCAMENTOS E CONTINUIDADES NO DISCURSO LULA DE
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA ÁFRICA

VITÓRIA
2017

NATÁLIA GIMENES DE AZEVEDO

**DESLOCAMENTOS E CONTINUIDADES NO DISCURSO LULA DE
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA ÁFRICA**

Trabalho de dissertação de mestrado
apresentado ao Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais da
Universidade Federal do Espírito Santo.
Orientadora: Profa. Dra. Marta Zorzal e
Silva

**VITÓRIA
2017**

AGRADECIMENTO

Agradecer é, antes de tudo, reconhecer que a realização bem sucedida de qualquer objetivo só é possível quando se tem o apoio de outros envolvidos. Nenhum trabalho é fruto de apenas uma pessoa, em especial trabalhos científicos. Por isso, quero aqui reconhecer parte daqueles que colaboraram para mais essa peça na jornada do conhecimento.

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha orientadora Profa. Marta Zorzal, com a qual pude contar desde antes desse processo se iniciar. Também gostaria de agradecer a Profa. Adélia Miglievich, que ministrou uma disciplina que viria a ser um divisor de águas na minha percepção de mundo. Ambas mulheres maravilhosas que terei como exemplo de sucesso por toda a vida.

Aos colegas que entraram comigo nessa empreitada, um agradecimento especial a Jane e Edison, que me apoiaram e, sem dúvidas, foram essenciais para que eu pudesse perceber novas formas de ver o mundo e questionar a mim mesma.

À Karla Régner, sem a qual eu certamente eu estaria afogada por PDFs até o próximo milênio.

Também sinto-me na obrigação de agradecer aos programas de financiamento de pesquisa, tão essenciais para a independência e o avanço da produção científica no Brasil. Que os novos tempos não tragam retrocessos nesse sentido, avante!

*Tenho apenas duas mãos
e o sentimento do mundo,
mas estou cheio escravos,
minhas lembranças escorrem
e o corpo transige
na confluência do amor.*

*Quando me levantar, o céu
estará morto e saqueado,
eu mesmo estarei morto,
morto meu desejo, morto
o pântano sem acordes.*

*Os camaradas não disseram
que havia uma guerra
e era necessário
trazer fogo e alimento.
Sinto-me disperso,
anterior a fronteiras,
humildemente vos peço
que me perdoeis.*

*Quando os corpos passarem,
eu ficarei sozinho
desfiando a recordação
do sineiro, da viúva e do microcopista
que habitavam a barraca
e não foram encontrados
ao amanhecer*

*esse amanhecer
mais noite que a noite.*

Carlos Drummond de Andrade

NATÁLIA GIMENES DE AZEVEDO

**DESLOCAMENTOS E CONTINUIDADES NO DISCURSO LULA DE COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL PARA ÁFRICA**

Documento de defesa de dissertação apresentado para o cumprimento das exigências para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Espírito Santo.

BANCA EXAMINADORA

PROF^a. Dr^a. Marta Zorzal e Silva

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFES (Orientadora)

PROF^a. Dr^a. Adélia Maria Miglievich Ribeiro

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFES

PROF. Dr.Elísio Macamo

Zentrum für Afrikastudien Basel (Membro Externo)

VITÓRIA - ES

2017

LISTA DE FIGURAS, SIGLASE TABELAS

SIGLAS

ABC (Agência Brasileira de Cooperação)
AD (Análise do Discurso)
AIC (Association Internationale du Congo)
CID (Cooperação Internacional para o Desenvolvimento)
CSS (Cooperação Sul-Sul)
FUNAG (Fundação Alexandre de Gusmão)
IBAS (Índia, Brasil e África do Sul)
IED (Investimento Estrangeiro Direto)
MRE (Ministério das Relações Exteriores)
OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)
PEI (Política Externa Independente)

FIGURAS

Figura 1: Etapas do arcabouço teórico-metodológico da ADC.....	21
Figura 2: Viagens de Luiz Inácio Lula da Silva à África em seus dois mandatos presidenciais (2003-2010)	90

QUADROS

Quadro 1: Referências textuais do corpus analítico com os códigos de referência textual	83
--	-----------

Resumo

O objetivo deste trabalho é evidenciar os sentidos dos discursos proferidos pelo ex-presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva, no período de 2003 a 2010, destinados à promoção da cooperação internacional no continente africano. Busca-se analisar as implicações dos argumentos, bem como a apropriação das ideias de solidariedade e dívida histórica que visam à promoção do desenvolvimento pautado no conceito europeu de modernização e progresso, com vistas a observar como a relação social de poder se constrói no plano discursivo. Para isso foram observadas as etapas de análise discursiva de Chouliaraki e Fairclough (1999). Desse modo, o trabalho consiste, primeiramente, em uma apresentação histórica do processo de colonização da África e do nascimento do sentimento de unidade que culmina nas guerras de descolonização. Posteriormente, é apresentado um debate sobre o conceito de desenvolvimento e o questionamento das consequências dos investimentos estrangeiros no continente, traçando um paralelo entre as cooperações verticais e horizontais. A análise discursiva traz, então, a relação entre o cenário socio-histórico anteriormente apresentado e a produção discursiva de Lula direcionada ao continente africano durante seus dois mandatos presidenciais, evidenciando como estão relacionadas as implicações ideológicas na materialidade do discurso. Por fim, concluímos que, ainda que o Sul apareça com ênfase nos discursos de Lula, percebe-se uma reprodução (continuidade) das relações de subalternização ocorridas nas relações verticais. Contudo, há também descontinuidades que demonstram um processo de transformação no sentido de oposição a essas relações, mas não de ruptura.

Palavras-chave: África – Brasil – Cooperação – Desenvolvimento – Cooperação Sul-Sul – Análise do discurso

Abstract

The aim of this work is to highlight the meanings of the speeches given by the former president of Brazil Luiz Inácio Lula da Silva, from 2003 to 2010, promoting international cooperation with the African continent. We seek to analyze the implications of the arguments based on the concepts of solidarity and historical debt to promote a European model development based on the concept of modernization and progress. This paper also seek to understand how the social relation of power works on discursive bases. For this, we followed the Chouliaraki and Fairclough's (1999) method of discursive analysis. The work consists in a historical presentation of the process of Africa's colonization and the feeling of unity that culminates in the wars of decolonization. Subsequently, we present a debate about development questioning the consequences of foreign investments in Africa considering de differences between vertical and horizontal cooperation. The discursive analysis brings the relation between the socio-historical scenario previously presented and Lula's discursive production directed to the African continent during his two presidential mandates, showing how the ideological implications is related to the materiality of discourse. Finally, we conclude that, although the South appears with emphasis in the discourses of Lula, we can see a reproduction (continuity) of the relations of subalternization occurred in the vertical relations. However, there are also discontinuities that demonstrate a process of transformation, but not of rupture.

Keywords: Africa - Brazil - Cooperation - Development - South-South Cooperation – Discourse analyses

Sumário

Capítulo 1 – Apresentação, problematização e metodologia da pesquisa	11
1.1 Apresentação	11
1.2 Problematização	14
1.3 Procedimentos metodológicos	17
1.4 Estrutura da Dissertação.....	23
Capítulo 2 – Contextualização histórica: o período colonial africano e suas consequências	25
2.1 História da África: aspectos gerais	25
2.2 Dominação colonial na África.....	29
2.3 Aspectos econômicos do período colonial	35
2.4 Oposições africanas ao colonialismo	38
2.5 Nacionalismo e movimento pan-africanista.....	46
2.6 Consequências do colonialismo na África.....	49
2.6.1 Efeitos políticos.....	51
2.6.2 Efeitos econômicos.....	53
Capítulo 3 – A Cooperação Internacional para o desenvolvimento.....	55
3.1 Conceitos e histórico	55
3.2 Investimentos no continente africano	72
3.3 A política exterior do Brasil para a África: uma breve recapitulação histórica	75
Capítulo 4 – Análise do discurso político	78
4.1 Discurso, hegemonia e ideologia: a Análise do Discurso Crítica no discurso político presidencial.....	78
4.2 Governo Lula: contextualização e a evidenciação do “discurso da dívida”	88
4.4 Dívida histórica e solidariedade como eixo argumentativo no discurso presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva para cooperação internacional Brasil – África.....	93

Capítulo 5 – Considerações Finais	102
Referências	105
ANEXOS	Erro! Indicador não definido.

Capítulo 1 – Apresentação, problematização e metodologia da pesquisa

1.1 Apresentação

As dinâmicas de poder nas relações entre Estados no cenário internacional é um tema de crescente debate. As diferentes perspectivas analíticas de tais dinâmicas evidenciam os discursos através dos quais determinados posicionamentos são apresentados e defendidos. Uma vasta gama de autores discute o tema com o intuito de investigar fatores que poderiam estar relacionados com as representações hierárquicas na balança de poder internacional. Este trabalho traz uma perspectiva analítica que considera a posição subalterna que grande parte das experiências do sistema colonial impôs aos países colonizados e, evidencia continuidades dessas relações de subalternização em relações que se pretendem alternativas às relações verticais entre Estados.

Em um contexto de globalização ocidentalizada, voltada para a lucratividade e altamente direcionada para o enriquecimento de Estados já abastados, surge uma via aparentemente alternativa na busca pela inserção dos chamados países emergentes. Em se tratando de diálogo cooperativo, observamos seus governantes articularem em prol de maior expressividade no cenário internacional. A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), ou assistência técnica, como era anteriormente chamada, aparece como uma vertente da cooperação internacional, com o intuito de intercambiar experiências e conhecimentos que busquem o desenvolvimento das regiões envolvidas.

O presente trabalho centrar-se-á na análise dos sentidos produzidos nos discursos presidenciais brasileiros de cooperação internacional para desenvolvimento dos Estados africanos. Tem-se como foco do trabalho evidenciar os argumentos dos discursos voltados para o continente africano no período de 2003 a 2010, durante os dois mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva (Partido dos Trabalhadores). O período selecionado visa contemplar aquele em que há uma reaproximação do Brasil com a África, conforme veremos nos capítulos subsequentes. Nessa

reaproximação apresenta-se, conforme Saraiva (2012) aponta, um deslocamento de sentido nos discursos presidenciais brasileiros para África, trazendo uma nova abordagem que idealiza sua conduta a partir do “discurso da dívida histórica”.

Este trabalho opta por tratar o continente africano sem particularizar casos de países específicos pois não há de fato essa distinção nos discursos examinados, assim como não há diferenciação do tratamento para com esses países por parte do sujeito falante analisado. Exceto quando se trata dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP), com os quais se enfatiza um laço maior proveniente da similaridade de idioma, contudo, sem que haja uma mudança na presença dos argumentos de solidariedade e dívida histórica.

O Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul, disponibilizado pelo Ministério das Relações Exteriores através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), define:

A cooperação técnica Sul-Sul é entendida como o intercâmbio horizontal de conhecimentos e experiências originados nos países em desenvolvimento cooperantes. A ideia é compartilhar lições aprendidas e práticas exitosas disponíveis no Brasil, geradas e testadas para o enfrentamento de desafios similares ao desenvolvimento socioeconômico (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2013).

As coalizões no eixo Sul buscam o aumento do poder de barganha em negociações internacionais. Essa forma de cooperação, conforme aponta Bambo (2014), data das décadas de 1950 e 1960, a partir dos processos de descolonização dos países africanos e asiáticos. A CSS tem suas raízes na criação do Grupo dos 77 (G-77), países que não se encontravam no centro da ordem mundial vigente e buscavam soluções para problemas comuns em conjunto.

O Brasil, por sua vez, insere-se nesse modelo de cooperação na década de 1960 a partir da inauguração da Política Externa Independente (PEI) no governo de Jânio Quadros. Nesse período há uma aproximação com a América Latina, assim como com a África. As relações com a África, entretanto, mostram-se ao longo da história das relações externas brasileiras, como veremos em capítulos subsequentes, como

relações inconstantes. Essas inconstâncias são percebidas nos discursos, que refletem os projetos políticos com os quais seus governantes estão comprometidos.

Os discursos podem, conforme apresentam Resende e Ramalho (2006), ser pensados a partir de dois eixos com os quais se relaciona: luta hegemônica e ideologia. As autoras apresentam a questão da hegemonia presente na prática discursiva a partir do conceito de hegemonia de Gramsci (1988, 1995). Esse conceito é retomado por Fairclough (1997, 2001) com o intuito de retratar a balança de poder na dialética do discurso. Destacam-se ainda duas relações entre hegemonia e discurso levantadas por Fairclough (2001): a primeira delas diz respeito à produção, reprodução, contestação e transformação das hegemonias no plano discursivo; a segunda relação trata do discurso como esfera da hegemonia, ou seja, o discurso como parte constitutiva da sustentação do poder hegemônico.

Além do plano da luta hegemônica, Resende e Ramalho (2006) também analisam o discurso em sua relação com a ideologia. As autoras apontam os estudos de Fairclough (2001) para definir o que o autor entende por ideologia:

As ideologias são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação (FLAIRCLOUGH, 2001, p.117).

Assim, associando-se as duas noções apresentadas pelas autoras Resende e Ramalho (2006), buscou-se uma análise que evidencie ideologias hegemônicas no plano discursivo do trato da questão do desenvolvimento nos projetos de cooperação no eixo sul entre Brasil e África. Entende-se, como apontado por Grosfoguel (2010), que a reprodução do pensamento dominante por aqueles que se encontram em opressão é justamente onde reside o êxito do sistema-mundo colonial/moderno. Evidenciar tais condições nas relações do eixo sul parece-nos essencial para contribuir para um deslocamento epistêmico que fomente a crítica dessas reproduções.

Trabalhou-se com uma amostra inicial de 2.262 discursos coletados na Biblioteca Presidencial¹, todos referentes aos dois mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva, no período de 2003 a 2010. Desse total buscou-se a partir do software NVivo 11² a criação de nós de análise, sendo eles estipulados a partir de três termos de busca: 1) África; 2) Cooperação internacional; 3) Sul-Sul. Trabalhou-se, assim, o corpus analítico principal formado a partir da interseção desses três nós, o que somou uma quantidade de 30 discursos. Como corpus analítico secundário³ utilizou-se todo o referenciado no nó “África”, o que somou um total de 568 discursos.

Os discursos analisados tratam-se, portanto, de discursos pensados e preparados considerando interesses políticos e construção de imagem pessoal do presidente. Todavia, como bem coloca Charaudeau: “A máscara não é necessariamente o que esconde a realidade. (...) [a máscara] é símbolo da identificação, a ponto dela se confundirem o ser e o parecer, a pessoa e a personagem” (CHARAUDEAU, prólogo, 2006).

Para enriquecer a análise, foram considerados, também, outros documentos disponibilizados pela Secretaria de Imprensa da Presidência da República, que reúne além dos discursos presidenciais, publicações oficiais, mensagens presidenciais, entrevistas, áudios e outros documentos que puderam contribuir para a seleção dos discursos interessantes para o propósito da pesquisa.

1.2 Problematização

Dada averiguação retrospectiva do assunto abordado por este trabalho no âmbito acadêmico, percebe-se uma produção no Brasil bastante voltada para descritivos de projetos realizados durante o período de aproximação do país com o continente africano. Tendo suas referências centradas nas disciplinas de Relações Internacionais

¹ A Biblioteca Presidencial pode ser acessada através do link <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br> Acesso em 11 de novembro de 2016.

² O NVivo 11 é um software de análise textual que permite organizar, analisar e encontrar informações em dados textuais.

³ Utilizado como complemento da análise para verificação de qualquer sentido que pudesse ter escapado ao corpus principal.

e Economia, principalmente, a cooperação internacional é trazida como instrumento para o desenvolvimento de países em ações conjuntas mediante transferência de conhecimentos e experiências.

Trabalhos como o de Bambo (2014) e Tatim (2014) indicam a inserção da cooperação Sul-Sul (CSS) na política externa brasileira após o fim da Guerra Fria. Ambos focam suas análises nos projetos de cooperação em Moçambique e identificam nessa revisão da política africanista brasileira uma busca pelo multilateralismo pautado na busca de interesses comuns entre os países do Sul.

Percebeu-se que a produção referente ao tema da cooperação, de modo geral, aponta uma tendência a reflexão voltada para os aspectos econômicos e políticos. Poucos foram os trabalhos encontrados que levavam em conta a produção discursiva brasileira, assim como a produção de sentido em torno do continente africano.

Têm-se ainda as abordagens da Análise do Discurso, nas quais se verifica a existência de uma produção bastante focada na discursividade presidencial, como é o caso do artigo de Duarte (2013), que analisa o discurso brasileiro para a cooperação internacional. Duarte (2013) apresenta uma análise do discurso brasileiro da cooperação para o desenvolvimento internacional, com vistas a perceber se as vantagens que são sugeridas pelo discurso estão de fato refletidas na prática. O autor conclui que apesar de o discurso reforçar a ideia de a cooperação brasileira ser distinta da tradicional, as bases para essa diferenciação são pautadas nos interesses de quem promove essa cooperação. Além disso, mostra-se na pesquisa do autor, que a política brasileira não é altruísta como se pretende no plano discursivo, apontando que o Brasil, assim como outros países, possui interesses inerentes à cooperação.

Ainda que se tenham trabalhos como o de Saraiva (1993; 2012), que se dedicam uma atenção evidente à questão da mudança discursiva, são poucos os trabalhos que dedicam sua atenção ao plano discursivo das relações internacionais. Os trabalhos de Saraiva (2012), apontam que o discurso presidencial brasileiro ganha nova roupagem com a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência. Até então pautado no conceito do culturalismo, as novas diretrizes dos discursos brasileiros para

África inauguram um discurso de dívida histórica, no qual são evidenciadas as diferenças sociais provenientes do colonialismo e da escravização.

Analisados os efeitos das políticas de Lula em África, Saraiva (2012) aponta que se tem uma mudança na postura política brasileira no referido período. É com ênfase no discurso da dívida histórica que se solidifica um novo modelo argumentativo no plano discursivo. O presente trabalho parte dessa premissa ao buscar as produções de sentido que se edificam nos discursos analisados.

Conforme aponta Charaudeau (2006), a linguagem é constitutiva da ação humana e, conseqüentemente, da ação política. Pensar em termos de discurso permite-nos analisar as tensões que envolvem as disputas de poder num campo subjetivo. O objetivo do estudo é analisar a ação política em seu plano discursivo, buscando evidenciar as produções de sentido nos discursos presidenciais do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva quando esse busca uma reaproximação com o continente africano por meio da cooperação internacional. O período analisado é referente aos dois mandatos presidenciais de Lula, entre 2003 e 2010. Percebe-se que o discurso oficial do governo brasileiro para cooperação em África pauta-se em argumentos de solidariedade e dívida histórica, centralidades que são amplamente questionadas por autores críticos dessa atuação.

O trabalho partirá das definições e da contextualização histórica da cooperação internacional para o desenvolvimento, assim como suas análises críticas, centrando-se no eixo de Cooperação Sul-Sul (CSS). Com isso, o trabalho estará voltado para o plano discursivo, no qual deverá ser analisado os discursos de aproximação com o continente africano proferidos durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seus dois mandatos presidenciais consecutivos, datados de 2003 a 2010.

A partir dos estudos aqui propostos, pretendemos fomentar o debate acadêmico acerca da produção de sentido nos discursos presidenciais, como forma de pensar criticamente a manutenção de hegemonias, assim como sua contestação.

Os objetivos específicos deste trabalho são:

- a) Contextualizar o tema a partir de uma abordagem histórica do continente africano e das relações exteriores entre o Brasil e o referido continente;
- b) Trabalhar os conceitos que envolvem a CID (Cooperação Internacional para o Desenvolvimento), bem como as perspectivas críticas que analisam o tema;
- c) Explicitar as diferenças da CSS e da CNS, avaliando as críticas acerca da alternativa horizontal;
- d) Situar metodologicamente a abordagem da Análise do Discurso Crítica, destacando o discurso político como lugar de materialização das ideologias;
- e) Apresentar a conjuntura na qual os discursos do *corpus* analítico se apresenta;
- f) Realizar a análise do discurso presidencial brasileiro para cooperação em África nos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010), destacando-se os argumentos utilizados para a aproximação e as produções de sentido construídas afim de gerar reflexões sobre os deslocamentos e continuidades que este apresenta;
- g) Identificar os mecanismos que sustentam o aspecto problemático da questão levantada e realizar reflexões sobre a análise.

1.3 Procedimentos metodológicos

O presente trabalho parte da conceituação de análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin (2006). Entende-se que a autora permite uma recapitulação suficiente para os propósitos do trabalho, uma vez que o foco metodológico proposto é a Análise Crítica do Discurso, tendo, portanto, a abordagem conceitual da análise de conteúdo um propósito voltado para a contextualização da perspectiva teórica considerada.

A análise de conteúdo tem sua gênese na Escola de Jornalismo de Columbia, nos Estados Unidos, país no qual desenvolveram-se os primeiros estudos relacionados à referida técnica. Neste primeiro momento, a Análise de Conteúdo não se via associada aos estudos linguísticos, apesar de ambos os campos, como ressalta Bardin (2006), trabalharem com a linguagem. Expandindo-se para além da Escola de

Jornalismo, mas ainda centrando-se nos Estados Unidos, a Análise de Conteúdo tornou-se método popular entre os estudos de ciências políticas durante o período que envolve a Segunda Guerra Mundial. Explica-se o fato pela possibilidade de se inferir dos conteúdos publicados possíveis propagandas ideológicas.

Em sua gênese, esta técnica de investigação tem por finalidade a busca de um conhecimento objetivo, sistemático e quantitativo (BARDIN, 2006, p.16), entretanto, com o avanço dos estudos relacionados à análise de conteúdo, outras disciplinas, como a linguística, contribuem para complementar suas técnicas. Deste modo, a Análise do Discurso surge com o intuito de responder questões que a análise de conteúdo não se mostra adequada.

A análise de conteúdo trabalha com inferências que partem de um material bruto, portanto, cabe ao analista estar atento a indicadores que poderão decorrer em uma ou outra interpretação do dado. Quando tratamos da Análise do Discurso (AD), o material bruto no qual o analista se debruçará é o discurso. Com efeito, é importante que se tenha uma noção conceitual bem definida daquilo que se entende por discurso. O conceito de discurso apontado pela AD considera implicações que estão fora do contexto do sistema gramatical, ou seja, trata da linguagem em uso.

A AD surge dentro da chamada Gramática Funcionalista, que apresenta o fenômeno do discurso como “a linguagem em uso”, em oposição à definição da Gramática Formalista, que definira discurso como “a unidade acima da sentença” (RESENDE e RAMALHO, 2006). O tratamento do texto é precedido, então, por opções teórico-metodológicas dentro da disciplina da AD. A AD conta com várias vertentes, sendo a Análise Crítica do Discurso aquela que inclui em sua análise uma abordagem voltada para o campo das relações sociais, de modo que busca salientar as implicações sociais do processo de construção discursiva e entender de que forma o discurso contribui para “a continuidade das diferenças sociais e do funcionamento de estruturas e mecanismos de exclusão e dominação” (ROJO, 2004, p.207). Por isso, é aqui trabalhada como uma perspectiva que mais pesadamente pode contribuir para o estudo do fenômeno político, conforme se apresentará nos capítulos subsequentes referentes ao tema.

Ao se buscar uma análise da política no plano discursivo, encontra-se a perspectiva de Patrick Charaudeau (2006). O autor defende que não existe ação política sem linguagem, pois é a linguagem que orienta a ação. Charaudeau (2006) aponta que o que difere o olhar da AD para o olhar da filosofia política, da ciência política e da história é a finalidade de seu estudo. Enquanto as demais disciplinas citadas ocupam-se da legitimidade da racionalidade política e do comportamento político, a AD se encarrega de discutir as articulações discursivas que conduzem esses fenômenos.

O discurso político compreende uma dimensão persuasiva, na qual se observa a construção da imagem a partir do conteúdo dos pronunciamentos. Obtem-se, assim, uma defesa de valores a partir de um discurso persuasivo, ou seja, a defesa de um posicionamento ideológico que utiliza uma estratégia de poder. Assim, Charaudeau (2006) apresenta os componentes essenciais do discurso político: a) os contratos e as estratégias de discurso; b) as imagens dos atores políticos e c) os “imaginários de verdade”, conceito que Charaudeau (2006) deriva a partir da noção de imaginário social de Castoriadis. Charaudeau (2006) apresenta o conceito de Castoriadis como um conjunto de significações verossímeis compartilhadas por um grupo, associando-o, assim, com a noção de coesão social.

A análise da política partindo do plano discursivo pode trazer possibilidades de investigações que implicam numa complementariedade de outras perspectivas teórico-metodológicas. A contribuição da Análise Crítica do Discurso e da análise do discurso político de Charaudeau (2006) provocam um conjunto de novas práticas de investigação do fenômeno político. Entender que a linguagem é constitutiva das relações humanas a coloca em papel de destaque para o entendimento dos processos de significação que permeiam essas relações.

Deste modo, a linguagem e os discursos produzidos pelos atores apresentam-se como importantes perspectivas de análise. Utilizar-se de perspectivas teórico-metodológicas que possuem como foco de análise a linguagem apresenta uma possibilidade de entendimento de relações subjetivas e profundas, que no entender deste trabalho são primordiais para a análise das relações de cooperação

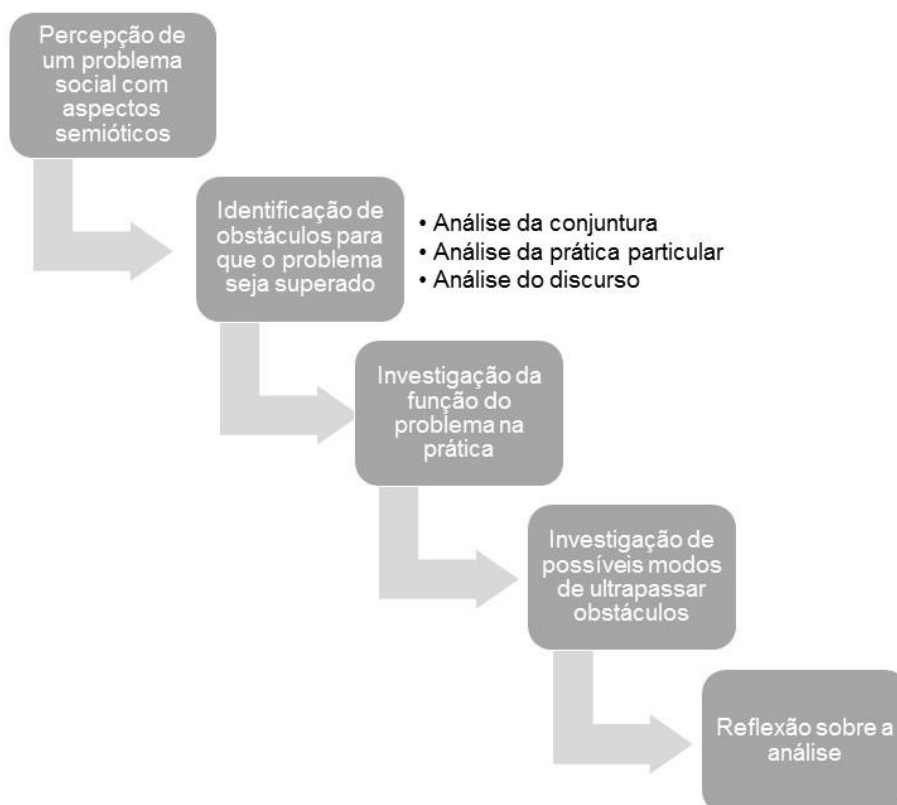
internacional para desenvolvimento do Brasil para a África, quando essa análise busca entender quais significações estão envolvidas nessa relação.

O debate proposto evidencia que a pesquisa é colocada diante de novos desafios. Quando se trata de um discurso político, trata-se de um discurso cuidadosamente preparado por uma equipe de assessores e especialistas do marketing político, com intuídos de produzir efeitos específicos naqueles que são atingidos por essa comunicação. Entretanto, a análise proposta não deve ser vista como uma reveladora de interesses em segundo plano. Charaudeau (2006) defende que o entendimento da encenação do discurso político é matéria suficiente para que dela se possa servir ao interesse da sociedade. Por isso, ainda que trabalhem com os discursos previamente preparados, trata-se de objeto válido por carregar consigo a encenação do discurso político que se pretende apresentar.

Outra questão central que deve ser levada em conta é a historicidade do tema. Se estamos tratando de reproduções e rupturas de hegemonias no plano discursivo, é imperativo que se tenha esclarecimento do processo histórico que contribuiu para o estabelecimento daquela ideologia dominante. Conforme apontado por Courtine (2011) é essencial que se considere a historicidade do objeto e que se perceba o papel do sujeito na produção discursiva.

O trabalho segue, como referência às etapas de análise propostas por Chouliaraki e Fairclough (1999):

Figura 1: Etapas do arcabouço teórico-metodológico da ADC⁴



Assim, tem-se que os dois próximos capítulos visam a situar a conjuntura na qual se insere nosso problema de pesquisa, levando em conta a evidenciação do problema social apontado neste capítulo de introdução. Nessa etapa serão apresentados uma perspectiva histórica do colonialismo africano e da temática da cooperação internacional. O capítulo 4, por sua vez, trata da análise da prática particular, levando em conta a conjuntura em que se localiza o problema analisado e as relações dialéticas entre o discurso e a prática particular não discursiva. Também no capítulo 4, encontram-se as análises das compreensões e as explicações acerca do material analisado, etapa que no esquema de Chouliaraki e Fairclough (1999) acima apresentado consiste na análise do discurso. As duas etapas subsequentes (investigação da função do problema na prática e investigação de possíveis modos de ultrapassar obstáculos) também serão tratadas no capítulo 4 como forma de apresentar os mecanismos que sustentam o aspecto problemático, ou seja, a

⁴ Esquema produzido pela autora com base em Chouliaraki e Fairclough, 1999, p.60.

reprodução de relações de dominação. Por fim, no último capítulo do trabalho serão tratadas as reflexões sobre a análise, etapa essa que identifica a contribuição que a pesquisa trouxe para as questões de emancipação social (RAMALHO; RESENDE, 2011).

Na esteira da análise crítica e do caráter de emancipação social inerente ao método, adotam-se aqui perspectivas teóricas que poderiam contribuir para “descolonizar os estudos de economia política” (GROSFOGUEL, 2010), salientando as divergências entre tais perspectivas e as abordagens que são realizadas na cooperação para desenvolvimento entre Brasil e África. A opção teórico-metodológica justifica-se a partir da correlação entre intenção de um estudo preocupado com os contextos locais e a posição subalterna dos objetos de análise e os propósitos das teorias pós-coloniais e decoloniais, levando em conta seus pontos de divergência relativos à ruptura ou não com a base epistêmica centrada no Norte.

A proposta decolonial está centrada no abandono de uma base referencial eurocêntrica, a partir da qual se configuraria o chamado colonialismo do saber. A partir desse abandono, estar-se-ia, portanto, desenvolvendo os saberes locais que não ficam imunes aos saberes globais, mas os ressignificam. De todo modo, entende-se que a opção teórica do trabalho é coerente com a proposta de olhar para o Sul global como uma possível oposição ao projeto de globalização ocidental e de estudar as condições para que essas relações sejam de fato uma oposição e não uma repetição das relações verticais. Não esperamos, entretanto, que tal estudo possa idealizar modelos de integração, mas entender como tais procedimentos acontecem no plano discursivo, e de que forma são negociados dentro de uma dinâmica de diversidade cultural no momento que as diferentes representações entram em um processo de negociação.

Sendo assim, é necessário levar em conta no processo de análise discursiva o sujeito falante – governo – e o público ao qual se destinava cada ato discursivo, evitando ao máximo, deste modo, uma análise enviesada. Foi escolhido o período de atuação deste presidente uma vez que o mesmo inaugurou a mais recente retomada de aproximação com o continente africano (Saraiva, 2012). A escolha da ADC como

método deu-se com o propósito de salientar as implicações sociais do processo de construção discursiva e entender de que forma o discurso contribui para a reprodução das diferenças sociais e para a continuação das exclusões (ROJO, 2004).

1.4 Estrutura da Dissertação

O levantamento dos problemas da pesquisa proposta terá como ponto de partida um panorama histórico do continente africano. Para tanto, serão privilegiadas perspectivas que não sejam euro-centradas, mas que falem a partir de contextos próprios. Ainda para fins de contextualização histórica, em capítulos subsequentes também será realizada uma abordagem das relações Brasil – África, no qual centralizaremos os motivos pelos quais se fala em dívida histórica como novo argumento da aproximação com o continente africano no governo Lula (2003-2010). O trabalho trata dos conceitos relacionados ao tema da cooperação internacional para o desenvolvimento, assim como visões críticas que abordam questionamentos desses conceitos. Deste modo, dedica-se um capítulo à questão das conceituações oficiais acerca do tema, assim como implicações críticas e atuações do país e continente analisados no trabalho.

Primeiramente, o trabalho contará com uma apresentação histórica do continente africano. A proposta é contextualizar o histórico colonial e, assim, justificar a perspectiva teórico-metodológica utilizada para a análise do tema. Neste capítulo, encontrar-se-ão aspectos gerais na história da África com foco no período de dominação colonial europeia, trazendo os aspectos econômicos desse período, bem como algumas das frentes de oposição africanas ao colonialismo, uma abordagem dos movimentos nacionalistas e pan-africanistas e, por fim, alguns dos efeitos políticos e econômicos que o colonialismo trouxe como consequência ao continente africano.

A seguir, tem-se a conceituação do tema central bem como a análise crítica a partir da qual ele será abordado. Neste capítulo foram analisados os conceitos de cooperação internacional para o desenvolvimento, o contexto histórico do seu surgimento, a vertente da cooperação que centra sua atuação no eixo sul a partir do

sul, os investimentos diretos presentes no continente africano, a relação histórica entre Brasil e África.

Por fim, apresenta-se a análise discursiva, a partir da qual são relacionados os aspectos da microanálise dos textos selecionados no corpus analítico com os aspectos conjunturais da análise macro realizada nos capítulos anteriores. Desse modo, é possível perceber como as relações de poder são evidenciadas no plano discursivo. Na etapa final do trabalho são também considerados os mecanismos que sustentam essa reprodução das relações de poder e reflexões sobre modos de superação da problemática.

Capítulo 2 – Contextualização histórica: o período colonial africano e suas consequências

2.1 História da África: aspectos gerais

O processo histórico da África e a política europeia colonial e imperialista para o continente impactou fortemente as condições socioeconômicas atuais, sendo imprescindível uma abordagem que elucide, mesmo que resumidamente, as trajetórias pelas quais os países africanos passaram. É necessário ressaltar que tanto o processo histórico quanto as condições atuais dos países africanos diferem-se consideravelmente umas das outras, sendo possível, portanto, apenas uma recapitulação para fins de contextualização do tema proposto por este trabalho. O continente carrega consigo particularidades de cada país, sem mencionar as singularidades das etnias internas a cada Estado, portanto cabe a ressalva em relação à superficialidade consciente com a qual trabalharemos o tema histórico, que, por sua vez, tem justificada sua colocação devido ao foco do trabalho.

Hodiernamente, o continente conta com uma grande variedade de estágios de desenvolvimento econômico, de sistemas políticos e de idiomas falados. Tal diversidade data de antes da imposição de dominação colonial europeia no continente e permanece presente nas configurações atuais da África. Essa heterogeneidade faz com que generalizações acerca do continente sejam constantemente equivocadas e emudecedoras das particularidades, uma vez que ao contar uma história generalizada, essas particularidades que muitas vezes são parte da história das minorias são caladas.

Há, porém, uma generalização que Khapoya (2015) julga possível, que diz respeito aos sistemas políticos encontrados na África em período anterior ao contato com os povos Europeus. Segundo o autor, pode-se pensar numa divisão que compreende de um lado sociedades com sistema político-administrativo centralizado e, de outro, sociedades com sistema político-administrativo descentralizado. As sociedades que contavam com a presença de um Estado, continua o autor, caracterizavam-se por uma organização semelhante à organização dos Estados modernos europeus, de modo

que se percebe a presença de uma classe que domina os afazeres institucionais, demanda obediência aos governados e recolhe impostos. E havia as sociedades que não possuíam um sistema político centralizado. Essas sociedades sem Estado, afirma Khapoya (2015), não contavam com burocracias e eram sociedades baseadas na relação de parentesco. Esse modelo político era majoritário no continente antes do período de dominação colonial. David Apter, em 1965, analisa a maleabilidade da transição dos sistemas políticos das sociedades africanas frente à intromissão europeia apresentando os conceitos de valores e padrões de autoridade. Em relação ao conceito de valores, o autor aponta duas espécies, são elas: os valores instrumentais, que seriam os daquelas sociedades mais aptas à adoção de novas ideias; e os valores consumatórios, que seriam os daquelas sociedades mais rígidas em relação a seus costumes. Já em relação aos padrões de autoridade, Apter (*apud* Khapoya 2015) apresenta três categorias analíticas: os sistemas segmentários, os sistemas hierárquicos e os sistemas piramidais.

O padrão de autoridade que Apter (*apud* Khapoya 2015) define como sistema segmentário entra na categoria de sistema político descentralizado. O domínio era exercido, nesses casos, por aqueles indivíduos mais velhos ou por um conselho ou grupo etário eleito. O padrão de autoridade denominado sistema hierárquico, por sua vez, era extremamente centralizado, possuindo, assim, uma figura autoritária como um rei, um chefe ou um comandante militar e o suporte de uma burocracia ou aparato militar. O terceiro e último padrão de autoridade classificado por Apter (*apud* Khapoya 2015) trata do sistema piramidal. Nesse sistema político, encontram-se diversos grupos com seus chefes que possuem sua autonomia vinculada a uma hierarquia. Desta forma, chefes mais graduados na cadeia hierárquica possuem poder de intervenção em grupos nos quais seus chefes encontram-se mais abaixo nessa relação de poder.

A categoria do sistema político, entretanto, não define a relação do grupo social com seus valores, existindo exemplos de sociedades nas quais o sistema político é coincidente, mas os valores não, podendo variar, conforme já apontado anteriormente, entre valores instrumentais ou consumatórios (KHAPOYA, 2015). O interessante ao se pensar em valores instrumentais ou consumatórios é que se elimina a noção de

aceitação passiva no estudo do contato dos povos e possibilita a emergência de um pensamento que dá voz ao sujeito que muitas vezes é colocado apenas como receptor da ação. Ao longo da história, esses sistemas políticos da África modificaram-se de diferentes maneiras até a intervenção europeia marcar tragicamente esse fluxo de desenvolvimento.

O período de 1880 a 1910 compreende, segundo Boahen (2011a), o momento mais dramático do contato europeu com o continente, pois se trata do período em que a dominação e ocupação da África foi efetivada pelas potências imperialistas europeias. Anterior à 1880, a dominação portuguesa em Moçambique e Angola, por exemplo, limitava-se a algumas faixas de regiões costeiras. Após 1910, explica Boahen (2011a), segue um período de consolidação e exploração de um sistema já implantado. Khapoya (2015) afirma que esse momento de domínio europeu resultou um total apagamento do continente africano da história da política internacional, fato que, todavia, não conseguiu apagar a importância da África histórica, uma vez que grande parte da pré-história humana é contada a partir de registros arqueológicos coletados no continente.

Além disso, a mais antiga grande civilização do mundo teve seu berço na África, no antigo Egito. Khapoya (2015) ainda atenta para a questão das exportações de ouro provenientes da África, que sustentaram o comércio medieval. Percebe-se assim, que é inegável a importância da história da África para o entendimento da história mundial. Todavia, o continente ainda fora, por muito tempo, negligenciado pelos estudos eurocêntricos. O senegalês Amadou-Mahtar M'Bow (2011) acrescenta que, por muito tempo, o continente africano foi emudecido nos estudos científicos sob o pretexto da falta de documentos escritos, justificando-se que a tradição oral não teria valor científico.

Khapoya (2015), assim como M'Bow (2011), afirma que a ausência de documentos escritos mais extensos debilita o estudo da história política de outras antigas civilizações africanas. De todo modo, no caso dos estudos relativos à civilização do antigo Egito contou-se com uma documentação mais bem registrada, a partir da qual tornou-se inegável o desenvolvimento de antigas civilizações altamente sofisticadas

na África. Sabe-se que é possível reconstruir o histórico de outras civilizações registradas na tradição oral, entretanto, atendo-se ao foco do trabalho, será realizada apenas uma recapitulação da importância dos reinos do Egito na África antiga.

O contato dos povos africanos com os povos europeus intensificou-se a partir da Idade Moderna, dando início a uma relação de exploração política e econômica que apresenta resquícios de continuidade do poder de dominação europeia até os dias atuais. As condições para tais processos de dominação foram paulatinamente edificadas pelos povos europeus a partir da fragilização das estruturas através das quais a sociedade se constitui e se solidifica como tal, atingindo as estruturas políticas, econômicas, morais e culturais das sociedades colonizadas tanto no continente africano como em outras partes do mundo.

Parada, Meihy e Mattos (2013) afirmam que ao longo do século XVIII o discurso de Ocidente em contraste com o Oriente ganha força. Os autores levantam a discussão da oposição entre civilização e barbarismo, na qual valores europeus são exaltados em detrimento de representações africanas e asiáticas. Para exemplificar esse recorrente discurso, cita-se Montesquieu e a naturalização da condição política africana e asiática, segundo a qual a constituição política despótica na África e na Ásia seria determinada pelas características geográficas desses continentes. Em contraste, apresenta-se a obra "Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente" de Edward Said, publicado em 1978, como um marco para o debate sobre o imperialismo. Destaca-se que Said contribuiu para a crítica do colonialismo passado e presente ao questionar os conceitos de Ocidente e Oriente e colocar em evidência a produção de um discurso eurocêntrico em torno da imagem do Oriente desde as narrativas bíblicas até as europeias modernas. A evidenciação do Oriente como produção discursiva e, portanto, passível de crítica é um recurso utilizado também por Arturo Escobar (2012) quando este denuncia a invenção discursiva do desenvolvimento e do terceiro mundo. Escobar (2012) denuncia que o propósito da difusão do conceito de desenvolvimento buscava reproduzir as condições dos países ditos avançados ou modernos em todo o mundo.

O fim do tráfico de africanos escravizados e o desenvolvimento de comércios legítimos pareciam impulsionar o crescimento de novas possibilidades de modernização de alianças e cooperações regionais e nacionais. Houve no século XIX o intento de equilibrar as autonomias locais e centrais do continente africano, a partir do qual Khapoya (2015) aponta a difusão de tendências voltadas para o desenvolvimento de confederações nacionais. Tais perspectivas, no entanto, foram interrompidas pela invasão europeia. Khapoya (2015) ainda afirma que, atualmente, essas cooperações poderiam servir de exemplo para o desenvolvimento de sistemas governamentais eficientes e sensíveis ao contexto local.

Boahen (2011a) e Khapoya (2015) concordam que o período de dominação europeia foi aquele em que o continente africano viu sua história mais drasticamente interrompida. Os autores concordam que o colonialismo europeu deteve o desenvolvimento da África, submetendo-a à autoridade colonial e à lógica perversa de um pacto que submeteu os países à reestruturação de seu comércio interno e internacional em favor do colonizador. Pode-se associar tal situação à história do Brasil quando pensamos na lógica da tutela que desqualifica o povo subjugado no colonialismo, privando-o de ser autor de sua própria história, ou, pelo menos, como se acredita que não seja possível calar totalmente, diminuindo consideravelmente suas possibilidades de atuação.

2.2 Dominação colonial na África

A questão da periodização do colonialismo é levantada por Boahen (2011a), que opta por dividir a dominação colonial em três períodos. O primeiro período, de 1880 a 1919, seria o momento em que os dirigentes investiam em estratégias de defesa da soberania, fosse por meio de negociações diplomáticas, ofensiva militar, aliança ou submissão temporária. O segundo período seria aquele de 1919 a 1935, momento no qual surgem protestos e resistências ao colonizador. O terceiro período, por sua vez, data de 1935 em diante, é o momento no qual as ofensivas em direção à conquista da independência são adotadas, seja como ação efetiva ou como estratégia.

Parada e colaboradores (2013) levantam três estratégias de dominação colonial utilizadas para fragilizar as estruturas das sociedades africanas: a primeira delas diz respeito à reforma do sistema judiciário: o conceito de justiça punitiva europeu diferia profundamente do conceito de justiça reparativa local. A segunda estratégia levantada pelos autores é a instituição de impostos e a terceira é a imposição do trabalho forçado. Além disso, os autores ainda apontam o fato de que os sistemas coloniais sustentam sua administração no conceito de tutela, apelando para a infantilização ou argumentando a suposta incapacidade dos povos locais.

A conferência de Berlim é, sem dúvidas, um marco do imperialismo europeu na África. Apesar de a presença europeia no continente ser anterior ao tratado de partilha, foi em Berlim que se estabeleceram as regras de ocupação da África entre as potências europeias. Boahen (2011a) aponta como consequência desse processo que até o ano de 1880 cerca de 80% do continente africano era independente, enquanto em 1914 apenas a Etiópia e a Libéria não estavam submetidas ao domínio do imperialismo colonial europeu. Por parte dos africanos, o autor evidencia a hostilidade com a qual os chefes de estado e povos receberão tal agressão. Houve intensas tentativas de manter o *status quo*, a soberania e a independência de seus Estados. Os povos locais recorriam diversas vezes à religião, a partir de rituais que acreditavam contribuir para a resistência. Contudo, segundo Boahen (2011a), a maior parte dos dirigentes optava pelo confronto diplomático ou militar. O autor cita diversas manifestações textuais de chefes de Estado africanos endereçadas à ameaça colonizadora. Dentre elas, todas fortemente chocantes, destacamos a declaração de Wogobo, o rei dos Mossi, também chamado Moro Naba, realizada em 1895 ao capitão Destenave, oficial francês:

Sei que os brancos querem me matar para tomar o meu país, e, ainda assim, você insiste em que eles me ajudarão a organizá-lo. Por mim, acho que meu país está muito bem como está. Não preciso deles. Sei o que me falta e o que desejo: tenho meus próprios mercadores; considere-se feliz por não mandar cortar-lhe a cabeça. Parta agora mesmo e, principalmente, não volte nunca mais⁵.

⁵ Apud BOAHEN, 2011a, p.4.

Como evidenciam os registros, de forma alguma deve-se pensar em passividade por parte daqueles que tiveram sua soberania violentada. De igual forma, não se deve pensar que alguns segmentos locais não tiraram algum proveito da relação estabelecida previamente. Como já mencionado, a Europa já se fazia presente no continente africano, de forma que muitos dirigentes africanos se beneficiavam dessa relação. Como exemplo desses benefícios, Boahen (2011a) cita casos de intercâmbios estudantis para profissionalização de africanos na Europa.

Após a abolição do tráfico advindo do sequestro institucional de africanos para consequente escravização, o continente consolidou seu comércio apoiando-se na exportação de produtos agrícolas. Certos de que não haveria, aparentemente, nenhum tom ameaçador nessa relação com a Europa, Boahen (2011a) atenta que um fato fugia ao domínio dos dirigentes africanos: a revolução industrial europeia. Tal processo provocou na Europa nova ganância que seria então sanada com mais processos de colonização. O aparato militar europeu já havia sofrido estrondosos avanços, de modo que os povos africanos não estavam militarmente preparados para enfrentar os novos fuzis europeus. Entretanto, o autor também afirma que, sem o recrutamento de alguma parcela considerável da própria população local, a empreitada colonial não se faria vitoriosa num continente de tamanha extensão como é o caso da África (BOAHEN, 2011a).

Bodomo (2011) coloca como principais atores da partilha Reino Unido, França e Portugal, que apesar de não terem sido os únicos Estados a definirem suas colônias africanas, foram aqueles de maior influência e dominação. Uzoigwe (2011) ressalta a importância de tratar o marco histórico a partir de uma perspectiva africana, rejeitando, portanto, as análises que compreendem a África a partir de um olhar europeu. Para esse autor, a partilha e a conquista da África foram consequências de um projeto de dominação já iniciado através do expansionismo que tinha por justificativa levar o progresso e a civilização para locais em que a influência ocidental ainda não se fazia totalizante. O autor ainda defende que a motivação europeia foi essencialmente econômica e que a forte resistência dos povos africanos à invasão acelerou o processo de conquista militar.

É importante perceber que os argumentos que justificam a política imperialista do século XIX muito se assemelham aos argumentos utilizados para justificar as políticas em prol do desenvolvimento e da expansão da democracia em tempos atuais. A AIC (*Association Internationale du Congo*), citada por Parada e colaboradores (2013), por exemplo, foi criada no ano de 1877 pelo rei belga Leopoldo II com propósitos supostamente filantrópicos, enquanto de fato servia ao projeto expansionista de Leopoldo II. O próprio texto da ata geral da conferência de Berlim já utilizava como argumento para a intervenção levar o desenvolvimento para o continente africano. Este é um ponto crítico da discussão, pois a postura paternalista que prega ajuda àqueles que supostamente não possuem capacidades plenas de auto-gestão parece ainda ditar muitas políticas direcionadas ao continente africano.

É necessário levar em conta, ainda, posturas analíticas que defendem consequências positivas do colonialismo na África, como por exemplo, Lloyd que afirma que as “potências coloniais proporcionaram toda a infraestrutura da qual dependeu o progresso na época da independência” (Lloyd *apud* Boahen, 2011b, p.920). Textos como o de Lloyd são importantes contribuições para o questionamento acerca do esforço de desenvolvimento baseado numa concepção europeia hegemônica de modernização. Mas é também passível de crítica o termo *progresso*, no qual Lloyd defende sua perspectiva de desenvolvimento proporcionado pelas potências coloniais, pois se trata de um progresso que tem como modelo de sociedade desejável o exemplo europeu. Além disso, o investimento em infraestrutura que o autor defende como efeito positivo buscou atender única e exclusivamente aos interesses da metrópole na exploração dos recursos do continente africano.

Um interessante fato levantado por Boahen (2011a) diz respeito às motivações das autoridades coloniais. Assim como Uzoigwe (2011), o autor acredita que o fator econômico constitui o cerne do impulso colonial, mas faz uma colocação interessante que nos permite refletir o quão atual é a análise dessa relação. A exploração dos recursos africanos é, ainda hoje, motivo de interesse estrangeiro, de forma que quando o autor diz que essa exploração servia “em benefício exclusivo das potências metropolitanas, principalmente de suas empresas comerciais, mineiras e financeiras” (BOAHEN, 2011a), a afirmação soa como uma análise contemporânea. Faz-nos

lembrar também da provocação levantada por Bodo (2011): se há tantas décadas as potências europeias e outras potências investem com tanta dedicação seus esforços para o desenvolvimento da África, por que o continente segue sendo o mais pobre e menos industrializado? Será que de fato estes investimentos estão contribuindo para o desenvolvimento da região? Por ora, limitemo-nos a analisar o impacto inicial da relação colonial imposta nesse contexto.

Afigbo (2011) analisa as diferentes posturas frente às mudanças trazidas pela dominação colonial. Segundo o autor, apologistas do imperialismo e nacionalistas coloniais percebem as mudanças respectivamente como progresso ou dilaceramento. Aqueles que percebem como progresso entendem que o ideal de modernidade europeia é benéfico e traz possibilidades ao continente. Já aqueles que denunciam as mazelas trazidas junto desse ideal apontam a instabilidade e incerteza deixadas pelo sistema colonial. Afigbo (2011) considera, entretanto, que ambos os grupos analisam as sociedades africanas como sociedades estáticas, percepção que já se demonstrou errônea, uma vez que os elementos que definiriam o dinamismo da modernização, como por exemplo, a divisão do trabalho, urbanização e mobilidade social, já se encontravam em processo na África pré-colonial.

Visto desta perspectiva, Afigbo (2011) aponta que a oposição “tradicional-moderno” não é suficiente para analisar as mudanças decorrentes da dominação colonial. O autor afirma que as reações das culturas africanas às inovações ocidentais foram diversas, de modo que houve preservação de alguns costumes e rejeição de outros. Tal perspectiva pode ser de certa forma justificada pela noção de valores instrumentais e consumatórios apontadas por Apter (*apud* Khapoya 2015) conforme já mencionado. Afigbo (2011) cita como exemplo de costumes suprimidos o desaparecimento de rituais de sacrifício humano, o fim do tráfico de pessoas escravizadas e o fim do assassinato de gêmeos nas sociedades em que essas práticas eram recorrentes. Por outro lado, apresenta-se a coexistência de costumes, como é o caso da monogamia ocidental que dividiu, e ainda divide, espaço com a poligamia para homens, ambas legalmente existentes.

É interessante perceber nessa análise de Afigbo (2011) que o autor utiliza o termo *novo* para designar a cultura ocidental que adentrara territórios africanos, enquanto utiliza o termo *velho* ou *velhas ideias* para se referir aquela cultura local pré-existente ao sistema colonial. Em direção oposta, se trouxermos o debate para o pensamento social latino-americano, apresenta-se a crítica de Darcy Ribeiro (1995) ao analisar a repercussão do colonialismo na América Latina. O autor aponta como *novo* não aquele que invade nem aquele que já vivia no continente antes do processo de colonização, mas aquele que surge da mestiçagem e do hibridismo das civilizações que se defrontam:

Novo porque surge como uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes fundadoras, fortemente mestiçada, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais delas oriundos. Também novo porque se vê a si mesmo e é visto como uma gente nova, um novo gênero humano diferente de quantos existiam (RIBEIRO, 1995, p.19).

O “novo” de Darcy Ribeiro (1995) aponta um passo posterior ao do contato inicial da chegada do colonizador. Evidentemente, as análises dos dois autores tratam de contextos e processos históricos distintos, todavia a utilização dos mesmos termos para designar conceitos quase opostos parece-nos curiosa. Temos de um lado Afigbo (2011) que entende que aquilo que é trazido de fora pela invasão europeia é o *novo*, enquanto o nativo do continente invadido seria o *velho*. Na análise de Ribeiro (1995), por sua vez, temos uma perspectiva em que tanto o invasor quanto o invadido são o *velho*, mas aquilo que se forma a partir dessa mistura é tratado como *novo*. Negar esse *novo* em prol do colonizador é manter-se copista e inautêntico.

Outro termo interessante apresentado por Afigbo (2011) é o termo *mudança*, a partir do qual o autor analisa a recepção dos dirigentes locais frente àquela perspectiva europeia que adentrava a cultura nativa. O autor afirma que as administrações locais indiretas entendiam tais mudanças como única via de modernização. Tendo novamente o termo modernização associado aos valores europeus, percebe-se que tal *mudança* encaminhava, de fato, para uma europeização das sociedades africanas, ato que segundo Afigbo (2011) apresentava-se aos olhos dos chefes locais como possibilidade singular de reestabelecer o continente, sendo, portanto, aceita até pelos dirigentes nativos mais tradicionais que, ao que se entende, seriam mais rígidos em relação a seus costumes.

O autor ainda escala as principais forças motoras dessas mudanças, são elas: a conquista e suas implicações políticas, a educação ocidental, o cristianismo ocidental, as forças econômicas ocidentais e o desenvolvimento da urbanização. Não caberia aqui destrinchar cada uma dessas forças condutoras, entretanto, é importante que ressaltemos os efeitos sociais trazidos por essas questões. Ainda que não seja possível separar efeitos e causas específicas a cada uma dessas forças, Afigbo (2011) afirma que muitas das autoridades políticas, econômicas, militares e religiosas locais foram obrigadas a abandonar seus postos ou adequá-los a nova lógica colonial de forma a complementá-la.

O mesmo autor destaca a consequência política como a mais perceptível nesse contexto, de modo que os países, com sua soberania violada, já não possuíam autonomia para atuar externamente sem a tutela de suas metrópoles. Deste modo, antigas parcerias econômicas ou políticas foram separadas em prol do controle sobre as colônias. A integridade étnica tampouco foi respeitada na nova divisão. Outra divergência citada por Afigbo (2011) é a introdução do aparato burocrático europeu, estranho aos governos pré-existentes africanos. Além disso, as estruturas sociais também sofreram interferências, uma vez que agora haveria uma camada acima de todas as anteriores que seria a dos chefes e dirigentes europeus, rebaixando-se a condição dos africanos. Tal estruturação social baseava-se na teoria racial que supunha o branco como superior e, portanto, detentor legítimo do poder. Tal teoria respaldou na África uma política de segregação e de direitos exclusivos aos europeus, que seria, posteriormente, combatido pelo pensamento nacionalista após a Segunda Guerra Mundial.

2.3 Aspectos econômicos do período colonial

No plano econômico, Rodney (2011) afirma que as mudanças atingem seu auge no período entre as duas guerras mundiais. A consolidação das bases para a economia colonial firma-se no investimento de uma infraestrutura voltada para a logística da exploração dos recursos materiais e humanos da África. Já nessa empreitada, os colonizadores europeus enfrentaram levantes dos povos locais que visavam a destruir

essa nova infraestrutura que vinha sendo construída. De todo modo, efetivamente via-se a construção de estradas, ferrovias e linhas telegráficas, que serviriam para o avanço da invasão europeia e a conseqüente exploração colonial (RODNEY, 2011).

Segundo Rodney (2011), algumas características que seriam, posteriormente, firmadas na economia colonial africana, já apontavam em alguns casos, nos quais localidades que usufruíam do sistema escravagista buscavam dar fim ao hediondo comércio de humanos. Ademais, o essencial das atividades econômicas coloniais já vinha sendo definido pelos próprios dirigentes locais, anteriormente à efetiva ocupação e conquista, uma vez que tais dirigentes buscavam reforçar as relações econômicas com a Europa, ainda que na luta pela manutenção da soberania de seus territórios.

A economia colonial até a Primeira Guerra Mundial tinha sua maior expressão no setor de importações e exportações. Com exceção do caso da África do Sul, onde foram descobertos ouro e diamante, os produtos transacionados não diferiam muito da época do tráfico de pessoas escravizadas, tendo os derivados do algodão como protagonistas desse intercâmbio. Diferentemente do contexto europeu, em que o trabalho assalariado foi instituído com o fim do sistema feudal e surgimento do capitalismo, na África, o fim da autonomia indígena local só teria êxito a partir de uma abordagem violenta, pois o sistema interno do continente não havia transformado a mão de obra em mercadoria, de forma que o recrutamento partia, então, do uso da força. Tal situação chegou a extremos em que as próprias potências europeias discutiam entre si, denunciando o abuso e a manutenção de um sistema escravocrata (RODNEY, 2011).

O Estado institucionalizado a partir das metrópoles passou a deter o uso da força, de modo que a violência física empregada contra os africanos deixou de ser derivada de seus empregadores privados e passou a ser instituída por condenação judiciária. Além disso, a tributação cobrada desse mesmo Estado tornou-se uma maneira de prender os africanos nos trabalhos assalariados advindos das empresas instaladas no continente e de forçar o aumento da produção. Deste modo, produziam-se os excedentes necessários para exportação para a Europa. O capital acumulado a partir

desse sistema garantia uma situação econômica mais estável aos colonos brancos (RODNEY, 2011).

Nas décadas de 1920 e 1930, o sistema econômico monetário já havia se consolidado na África, ainda que fosse uma novidade. A variedade de produtos exportados era consideravelmente maior, contando com produtos agrícolas e minerais. Manifestações populares em busca de melhores condições trabalhistas culminaram no fomento de discussão sobre as condições sociais e políticas do sistema colonial. O colonialismo criou desigualdades em relação aos investimentos e infraestruturas, de modo que foram criados centros de atividades econômicas e periferias pouco investidas, nas quais seus habitantes haveriam de pagar as altas tributações (RODNEY, 2011).

As antigas economias africanas, anteriores à violação da soberania dos Estados africanos, foram destituídas e sua autonomia substituída por uma economia dependente e subordinada às metrópoles. Rodney (2011) aponta que a partilha econômica não seguiu à risca a partilha política, de modo que novos atores aparecem na cena africana, como é o caso da penetração do capital americano após a década de 1930. Nesse período, consolida-se a condição africana de exportadora de matérias-primas e importadora de quaisquer produtos manufaturados e tecnológicos.

A divisão internacional do trabalho aprofundou de modo permanente o fosso entre a produção e o consumo das colônias. O grosso da produção da crescente economia monetária jamais foi destinado a satisfazer a demanda e o consumo locais. Em contrapartida, os diversos artigos vendidos no comércio varejista eram, na sua maior parte, de origem estrangeira (RODNEY, 2011, p.395).

Isaacman e Vansina (2011) entendem que o sistema colonial capitalista levou ao subdesenvolvimento dos campos a partir da exploração social e econômica do campesinato local. Os autores relatam que, devido aos abusos cometidos nesse período, protestos eclodiram pelo continente. Entretanto, como se tratavam de eventos esporádicos e sem resultados abrangentes, tais revoltas foram negligenciadas por analistas contemporâneos à época e historiadores em geral. Além dessas resistências populares, somam-se as manifestações de indignação, que

utilizam como estratégia insubordinações ao trabalho forçado e recorrente apelo às armas contra o recrutamento.

2.4 Oposições africanas ao colonialismo

Conforme Isaacman e Vansina (2011) apontam, a oposição e a resistência foram as reações mais comumente empregadas contra à conquista e à ocupação europeia. Reiterando o caráter de marco que a conferência de Berlim protagonizou nesse processo, os autores afirmam que, após esse evento, no qual a possessão dos territórios africanos tornou-se internacionalmente negociada e reconhecida, sucedeu-se um vasto e agressivo avanço sobre o continente africano. Deste modo, percebem-se singularidades relativas às iniciativas africanas frente a cada invasão.

No caso da atual Angola, havia os Estados centralizados Humbe e Chokwe, além das pequenas unidades políticas dos Quisama, Bacongo e Loango. Já onde hoje é Moçambique, estava o reino de Monomopata e as unidades políticas descentralizadas de Sena, Tonga e Chopi. Os Tonga e os Sena são exemplos daqueles que adotaram a estratégia de aliança com os europeus a fim de tentar ver seus povos livres da opressão e da perda da soberania.

Alguns povos investiram em armamento para que suas forças militares pudessem enfrentar a ofensiva europeia. Isaacman e Vansina (2011) citam o caso dos Quitangona em Moçambique, que utilizaram a estratégia de reconhecer a dominação de Portugal em troca de armas, com a finalidade de enfrentá-los posteriormente. Ainda que as táticas adotadas diferissem umas das outras, por fim, a exigência de controle efetivo para reconhecimento internacional de posse demandada pela conferência de Berlim, fez com que os Estados europeus e as sociedades africanas se confrontassem.

O passo seguinte à conferência de Berlim e sua consequente partilha de territórios africanos para dominação europeia foi a ocupação militar. Segundo Boahen (2011a), as investidas de conquista europeias na África foram interpeladas por anos de negociação com os dirigentes locais. Parada e colaboradores (2013) atentam para o

fato de que essa formação mundial que se consolida por meio da política imperialista estabelece um novo mapa geopolítico, que divide o mundo em centro e periferia. Já em relação às resistências e alianças dos povos locais, esse mesmo grupo de pesquisa argumenta que não é possível analisar a opção por uma ou outra postura em relação à dominação colonial a partir de uma lógica única, para discutir a questão é necessário analisar o contexto local e as condições que tornaram uma ou a outra opção possível.

Boahen (2011a), por sua vez, é altamente crítico do termo *colaboração* quando se refere às alianças que alguns dirigentes optaram estrategicamente como tática de manutenção da soberania. O autor é bastante assertivo ao argumentar que o termo *colaboração* aponta para uma visão extremamente eurocêntrica e pejorativa, uma vez que ao utilizar esse termo, o analista que o faz não leva em consideração o contexto local e a política estratégica do dirigente africano. Seguindo a crítica, o autor compara a utilização desse termo com a utilização de outros termos eurocêntricos como *pacificação* dos territórios africanos. É preciso estar sempre atento a tais colocações para que não reproduzamos de forma inocente, ou mesmo intencional, um discurso que contribui para consolidar relações de poder simbólicas. Deste modo, consideramos a colocação de Boahen (2011a) extremamente pertinente para o debate em questão, pois, como aponta o próprio autor, os dirigentes africanos em questão, no momento da agressiva investida europeia, viam-se numa perspectiva ampla de defesa da soberania, não numa busca limitada de benefícios de curto prazo.

Os esforços franceses foram os de maior destaque nesta etapa, ao lado de também violentos investimentos militares britânicos. Outras potências como Alemanha, Bélgica e Portugal também estabelecem suas colônias, retalhando o continente e fragilizando as estruturas das populações locais. Um caso importante que deve receber a devida atenção é o caso da Etiópia, que resistiu à primeira tentativa de dominação italiana por volta de 1883 e, posteriormente, tornou-se um símbolo de identidade e libertação africana, quando em 1935 foi ocupada pela Itália fascista. O efeito da invasão foi a descrença na Liga das Nações, que desaprovaram a atitude italiana, mas negaram apoio financeiro à Etiópia. Como consequência deste episódio, iniciavam-se entre os povos africanos questionamentos acerca dos valores europeus como um modelo a se

seguir, e culminou no continente um sentimento de identidade, proximidade e busca de interesses comuns.

Importante nome para a resistência dos povos africanos foi Mapondera. Adotando a estratégia de banditismo social, ou seja, desobediência civil e enfrentamento à nova ordem colonial, Mapondera obteve sucesso frente às forças portuguesas e da Rodésia do Sul nos anos de 1892 a 1903. Ao lado de Mapondera, destaca-se em Moçambique e no sul de Angola a atuação de seu sucessor Dambakushamba, além de Moave e Samakunbu. Assim, percebe-se que tal forma de resistência não era algo pontual, mas uma atuação recorrente que prestava oposição aos excessos cometidos pelo regime colonial (ISAACMAN; VANSINA, 2011).

Como dito anteriormente, as forças coloniais haviam contado com o recrutamento da população local a fim de impor sua dominação. Segundo Isaacman e Vansina (2011), em 1902, no vale do Zambeze as tropas portuguesas contavam com mais de 90% de recrutas africanos em seu exército. Sem essa força local, afirmam os autores, seria impossível abranger em empreendimento colonial tão vasto território como a África. Entretanto, quando as revoltas locais começam a eclodir, muitos desses recrutas africanos passam a se revoltar contra as forças coloniais, de modo a abandonar seus postos e aderir às lutas anticolonialistas. Destacam-se nesse contexto as revoltas contra a Companhia de Moçambique e a Companhia da Zambézia, sociedades que possuíam reduzido capital e impunham, portanto, altos tributos e exportação de trabalho forçado a fim de maximizar seus lucros (ISAACMAN; VANSINA, 2011).

Ainda conforme os apontamentos de Isaacman e Vansina (2011), com o avanço do engajamento do campesinato, fato que confere às lutas um caráter mais social, as revoltas passam a adquirir objetivos mais amplos, que questionam o sistema repressivo como um todo e não apenas as injustiças pontuais. Deste modo, as insurreições coloniais ganham espaço, aumentando a hostilidade com a qual se enfrenta o invasor europeu. Todavia, o empecilho causado pelos problemas de organização de tais insurreições culminou em uma limitação na possibilidade de avanços em seus objetivos. Os autores citam os principais problemas enfrentados no princípio de tais insurreições, são eles: encontrar um líder experiente e devoto ao

movimento, objetivar os princípios que orientariam tais movimentos de massa em todo vasto continente e, por fim, encontrar armamento para enfrentar as forças coloniais.

Destruídas ou substituídas as lideranças históricas, os administradores coloniais ficaram convencidos de haverem efetivamente “ocupado” os respectivos territórios e, portanto, eliminado praticamente toda a possibilidade de levantes posteriores. Não se davam conta de que as instituições políticas indígenas não haviam perdido sua legitimidade e ainda eram viáveis, que havia outras fontes de liderança e que muitos povos da África Central estavam decididos a se libertar (ISAACMAN; VANSINA, 2011, p. 213).

Destarte, diversos chefes exilados ou novas lideranças apoiadas pelo povo dirigiam insurreições ao longo do continente. As instituições religiosas também cumpriam seu papel na empreitada, abençoando e até organizando insurreições. A consciência de unificação também começa a apontar, de modo que as sociedades percebem que isoladas o enfrentamento ao invasor europeu não seria exitoso (ISAACMAN; VANSINA, 2011).

De acordo com Boahen (2011a), independentemente da estratégia de defesa assumida pelos dirigentes africanos, todos acabaram por ser subjugados pelos invasores europeus, com exceção da Libéria e da Etiópia. O autor ainda afirma que a exploração colonial trouxe um dano geral para todos os segmentos sociais das nações africanas. Por horrendo que fosse o tráfico de pessoas, alguns segmentos da sociedade se beneficiavam desse crime, enquanto que durante o período da colonização, a sociedade era explorada como um todo. Com as palavras de Boahen (2011a): não havia ganhadores desta vez. Diversas insurreições, revoltas e ocorrências de desobediência ao colonizador seguiram à implementação do sistema colonial. Entretanto, por terem surtido pouco ou nenhum resultado efetivo no contexto geral da situação exploratória, o registro e debate de tais manifestações são pouco abordados. No período inicial do sistema colonial, as revoltas citadas não questionavam ainda a dominação em si. Essas iniciativas visavam findar abusos mais pontuais que esse sistema impunha aos povos locais.

Após a efetiva dominação colonial, os objetivos defendidos pelas resistências africanas migram da luta pela manutenção da independência para a luta contra os

abusos exercidos pela metrópole. As metrópoles, por sua vez, adotaram a estratégia de depor os dirigentes locais e recrutar mercenários, com a finalidade de controlar e amedrontar as populações locais. Além disso, adotaram nas colônias o sistema de trabalho forçado, de modo que aumentassem seus ganhos em relação à produção somados aos ganhos advindos da alta tributação imposta. Em Moçambique, companhias concessionárias multinacionais obrigavam cidadãos locais a saírem de seu país em direção às *plantations* de cacau, onde eram submetidos ao trabalho forçado na Rodésia do Sul, África do Sul e São Tomé junto a angolanos na mesma situação (ISAACMAN; VANSINA, 2011).

Davidson, Isaacman e Pélissier (2011) entendem que Angola e Moçambique constituíam entre si mais afinidades que com seus vizinhos fronteiriços. Os autores afirmam que do colonizador português comum derivava fatores iniciais importantes para a determinação de algumas características que iriam desenhar o nacionalismo local. Tais fatores são a fraqueza do Estado português dentro do contexto colonial, o autoritarismo, a falta de capitais, o recurso ao trabalho forçado e a uma política de assimilação.

O primeiro fator levantado trata da frágil situação da dominação colonial portuguesa. Esse mesmo grupo de pesquisa aponta que pouco antes da Primeira Guerra Mundial, Lisboa não tinha o controle de zonas importantes em Angola e Moçambique. A dominação colonial efetiva se limitava a pontos urbanos. Em zonas rurais, o que se via era uma dominação puramente nominal, que dependia grande parte das vezes de alianças poucos confiáveis com os chefes locais. Tal situação já demonstra por parte de Portugal uma fragilidade de poder efetivo sobre as colônias.

No caso de Angola, afirmam Davidson e colaboradores (2011), havia um sul parcialmente independente, o Ovambo, e revoltas latentes em regiões vizinhas até 1914. Já nos territórios dos Quioco, a ocupação só foi efetivada em 1920. Na região do Congo, por sua vez, houve resistência até 1919. Os Dembo também se mostravam resistentes desafiadores da administração colonial até 1918.

Em Moçambique, por sua vez, Davidson e colaboradores (2011) visualizam uma situação menos pior para Portugal. Sultanatos setentrionais e régulos yao mantinham sua resistência ao regime colonial até 1914, enquanto a região onde viviam os Maconde permaneceu independente até 1921. Além disso, os portugueses ainda contaram com a invasão alemã, que foi recebida como libertadora por alguns régulos dos Macua. Na região sul, por sua vez, ainda que a administração colonial estivesse instalada, havia eminente levante contrário ao domínio colonial.

O segundo fator levantado trata do autoritarismo progressivo no regime colonial. Após a guerra, implementa-se nas coloniais uma política mais repressiva, proveniente do início do governo republicano em Portugal, entretanto, tal política não se mostra mais eficaz. O governo republicano é derrubado em 1926 por uma aliança entre o setor bancário, o setor industrial, a hierarquia católica e os militares, abrindo espaço para a implementação do governo fascista de Salazar, que aumentou a repressão às colônias, reprimindo qualquer oposição que pudesse se manifestar (DAVIDSON *et al.*, 2011).

Já o terceiro fator, diz respeito à falta de capitais portugueses. A exploração econômica em Angola e Moçambique, afirmam Davidson e outros (2011), sofre intensificações decorrentes do empobrecimento de Portugal, que se mostrava incapaz de investir capitais para o desenvolvimento local da colônia. Esse acirramento das condições econômicas culminou numa subjugação da força de trabalho na colônia.

Isso nos leva ao quarto fator que caracteriza o colonialismo português. Não havia condições de desenvolver as colônias sem contar com a mão de obra local, uma vez que imigrantes europeus não aceitariam baratear custos de trabalho. Deste modo, foi desenvolvido uma reforma tributária que forçou o êxodo de camponeses e a consequente formação de uma classe proletária. Essas novas leis, entretanto, não conseguiram fornecer a formação de massa de mão de obra barata na escala esperada, fazendo com que o Estado português recorresse, então, à coerção aberta (DAVIDSON *et al.*, 2011).

Previsto em lei, o trabalho forçado foi implementado, dividindo a população em dois grupos: o primeiro deles tratava dos africanos classificados como “assimilados”, seriam aqueles que possuíam educação ocidental, sabendo ler e escrever em português, poderiam usufruir, teoricamente, dos direitos e responsabilidades dos próprios portugueses; o segundo grupo, por sua vez, tratava daqueles que estariam enquadrados no “regime do indigenato”, que abrangeria a maioria dos angolanos e dos moçambicanos, obrigando-os a seguir o regime de trabalho forçado sob pena de punição pelo delito conforme legislação (DAVIDSON *et al.*, 2011).

Com o endurecimento da situação colonial, a elite africana que acreditava poder contar com as mesmas oportunidades do colonizador europeu percebe que seus interesses seguem continuamente frustrados. Fica evidente que os acordos com essa camada visava essencialmente obter instrumentos de controle em território africano. Fica também evidente a base racista segundo a qual o sistema colonial era apoiado, pois percebiam os africanos que, ainda que tivessem o mesmo grau de instrução que um europeu, em posição inferior. Criava-se assim uma classe que habitava uma espécie de limbo social, uma vez que não haveria mais identificação com seu meio de origem, pois estariam de certa forma doutrinados pela educação ocidental, entretanto não eram passíveis de obter as mesmas condições que os europeus apenas em razão de não pertencerem nativamente ao continente (OLORUNTIMEHIN, 2011).

Essa situação criou no continente africano a coexistência de duas elites: uma que havia se aliado ao colonizador e se educado com bases no sistema ocidental e outra que fazia parte das elites tradicionais da África. Ainda que fossem realizados apelos originados das duas elites supracitadas, o colonizador seguia sua empreitada exploratória, ignorando a insatisfação desses grupos locais. O sentimento anticolonialista, afirma Oloruntimehin (2011), não se limitava às parcelas da sociedade residentes em zonas urbanas. Na zona rural crescia a indignação referente aos abusos coloniais, em especial no que concerne aos ajustes financeiros, à reforma no sistema judiciário e à depressão econômica repercutida da crise de 1929. Deste modo, percebe-se que, ainda que houvesse uma grande heterogeneidade nas ideologias que conduziam os nacionalismos, o sentimento estava presente em todo território colonial.

As insatisfações poderiam ter origens e direcionamentos distintos, mas estavam presentes e fomentavam o sentimento nacionalista como um todo.

Outro aspecto importante que Oloruntimehin (2011) levanta em relação ao fomento nacionalista é o renascimento cultural. A rejeição da cultura do colonizado por parte do colonizador culminou em territórios africanos numa reação por parte daqueles que percebem sua identidade pessoal ser sufocada por forças alienígenas. Assim, nascem fortes movimentos nativistas, como é o caso do pan-arabismo, do pan-africanismo e do etíopianismo, que lutavam em prol dessa recuperação de identidade pessoal asfixiada num sistema que impõe a supremacia da cultura europeia.

Quaisquer reivindicações de equidade colocavam em cheque a própria natureza do sistema colonial. Por parte dos colonizadores, que não se viam desejosos de perder tão benéfica relação para eles, ao perceber a erupção de tais sentimentos nacionalistas em território colonizado, não caberia outra medida que não o acirramento das relações coloniais. A esse período, em que a reação dos colonos perante às reivindicações traz o agravamento da situação colonial, chamou-se ultracolonialismo (OLORUNTIMEHIN, 2011).

No período entre as duas guerras mundiais, como dito anteriormente, as colônias buscavam recuperar sua soberania e a independência, sem contudo contestar as novas estruturas territoriais impostas pelo colonialismo. Ou seja, a indignação com a situação opressora em que se encontravam não era estendida para a reconfiguração territorial que a África viu no retalhamento proveniente da conferência de Berlim. Deste modo, o desenho do continente parecia englobar etnias inimigas entre si, não era objetivo do movimento que surgia (OLORUNTIMEHIN, 2011).

O que definia, em parte, o formato do nacionalismo nas colônias era, segundo Oloruntimehin (2011), a qualidade dos dirigentes locais, o grau de difusão e de intensidade das influências europeias nas ideias e nas instituições, número e importância dos colonos e as ideologias e práticas coloniais. Esses são os fatores que o autor considera como definidores primordiais do formato que o nacionalismo assumiria em cada colônia.

A estratégia de protesto contra o colonialismo foi consideravelmente modificada no período entre guerras. Enquanto no período anterior era frequente revoltas e rebeliões, no período entre guerras a utilização da propagação dos ideais anticolonialistas por meio da imprensa, de livros, de panfletos e de petições torna-se recorrente. Além disso, a emigração de pessoas descontentes com a situação, greves, boicotes, boletins de voto e as religiões locais também foram estratégias novas que marcaram as reações perante o agravamento da situação colonial (OLORUNTIMEHIN, 2011).

(...) o uso da imprensa e do rádio dependiam da existência de instituições legislativas nas colônias ou da esperança de poder dispor delas, assim como da existência de um número suficiente de africanos educados à moda ocidental para aproveitar essas instituições e meios de expressão. O esquema dos nacionalistas africanos educados à moda ocidental pressupunha, ainda, a aceitação dos modelos de desenvolvimento político da Europa Ocidental, os quais não podiam ser apreciados por quem não tivesse tal experiência. A desigualdade dos níveis de educação era, portanto, uma variável importante para a expressão do nacionalismo e do anticolonialismo. Como as potências europeias queriam que as despesas da administração e dos serviços coloniais fossem assumidas pelas próprias colônias, pouco esforço faziam para difundir a educação ocidental e criar infraestrutura necessária ao desenvolvimento político e social (OLORUNTIMEHIN, 2011, p.669).

O caráter emancipador dos movimentos tradicionalistas e sócio-religiosos marcava uma ideologia contrária ao colonialismo. Tais movimentos também tiveram seu papel no nacionalismo, uma vez que assinalavam uma negação da cultura do colonizador e a valorização local. Segundo Oloruntimehin (2011), a ação que acompanhava tal manifestação de descontentamento das religiões estava traduzida na negação ao pagamento de impostos e na agitação social.

2.5 Nacionalismo e movimento pan-africanista

A Primeira Guerra Mundial provocou alguns reflexos no continente africano como, por exemplo, a invasão das colônias alemãs pelos aliados e o abandono por parte dos europeus de postos administrativos e comerciais nas colônias dos países aliados,

estendendo-se à conseqüente paralisação de algumas atividades essenciais que eram exercidas pelos europeus. Já na Segunda Guerra Mundial, os povos africanos tiveram um envolvimento muito maior nas disputas, que afetaram diretamente o continente e sua população civil. Neste período, Parada e colaboradores (2013) ressaltam a conseqüente mudança de sentimento de nacionalismo dos povos africanos, que passam a partir daí a rejeitar a postura tutelar europeia.

No período entre as duas guerras mundiais, percebe-se o despertar de um nacionalismo na África colonizada. Porém, Oloruntimehin (2011) diferencia esse nascente nacionalismo africano do nacionalismo europeu do século XIX. Na Europa havia uma unidade cultural e histórica que viria servir às aspirações de centralização política e a conseqüente criação dos Estados nacionais. Na África, por sua vez, via-se inicialmente a tentativa de impedir o estabelecimento do sistema colonial e, posteriormente, quando esse sistema já se encontrava consolidado, a tentativa de criar uma unidade em oposição ao colonizador europeu. Entretanto, como se sabe, as unidades coloniais englobavam grupos extremamente distintos histórica e culturalmente, o que faz do nacionalismo africano não um unificador de unidades semelhantes, mas a constituição de um sentimento de pertença até então inexistente daqueles inseridos nas unidades administrativas coloniais.

Oloruntimehin (2011) denuncia a base racista segundo a qual as relações sociais no colonialismo eram estabelecidas. O autor afirma, porém, que a consciência racial serviu de base para o desenvolvimento do nacionalismo. Afirma ainda que os nacionalistas africanos eram considerados modernistas, pois tinham de basear suas posturas a partir de um contexto externo ao continente, uma vez que, para serem bem sucedidos reproduziam um sistema estrangeiro de valores, de nomes, de definições, de evolução política e social.

Apesar de não terem sido exitosos em seus objetivos principais, o nacionalismo e o anticolonialismo do período entre guerras causou forte desconforto na situação colonial. Tais abalos repercutiram em repressões que provam que esses movimentos abalaram a confiança no domínio dos colonizadores, que, por sua vez, tentam a todo custo manter o continente africano isolado dos movimentos de desenvolvimento

mundial. Para Oloruntimehin (2011), a estratégia dos colonizadores europeus foi irrealista e autocontraditória, além de ter tido uma função de catalisadora nos movimentos nacionalistas e anticolonialistas. Deste modo, num terreno já bastante propício, a Segunda Guerra Mundial foi o estopim para a derrocada total do sistema colonial.

Este aspecto é importante para entender o desenvolvimento do pan-africanismo, que terá papel fundamental nas independências africanas e no sentimento de pertencimento ao continente. O movimento pan-africanista alimenta a noção de África como um conjunto único e tem por objetivo regenerar e unificar o continente (Parada *et al.*, 2013). Como dito anteriormente, a invasão da Etiópia pela Itália fascista se deu no ano de 1935 e desencadeou uma série de acontecimentos que fortaleceriam o sentimento de unidade do continente africano. Tal situação culminou na ideologia de libertação que se alargou pelo continente decorrente da história do país etíope. A partir deste ponto uma onda de questionamentos acerca da influência europeia no continente seria aprofundada nas décadas subsequentes. Com a assinatura da Carta do Atlântico⁶ em agosto de 1941, a discussão sobre a autodeterminação dos povos é colocada em pauta.

⁶ "Declaração conjunta do Presidente dos Estados Unidos da América, Sr. Roosevelt, e Primeiro Ministro, Senhor Churchill, representando o Governo de Sua Majestade do Reino Unido, os quais tendo se reunido, julgaram conveniente tornar conhecidos certos princípios comuns da política nacional dos seus respectivos países, nos quais se baseiam as suas esperanças de conseguir um porvir mais auspicioso para o mundo.

Primeiro - Os seus respectivos países não procuram nenhum engrandecimento, nem territorial, nem de outra natureza.

Segundo - Não desejam que se realizem modificações territoriais que não estejam de acordo com os desejos livremente expostos pelos povos atingidos.

Terceiro - Respeitam o direito que assiste a todos os povos de escolherem a forma de governo sob a qual querem viver; e desejam que se restituam os direitos soberanos e a independência aos povos que deles foram despojados pela força.

Quarto - Com o devido às suas obrigações já existentes, se empenharão para que todos os estados, grandes ou pequenos, vitoriosos ou vencidos, tenham acesso em igualdade de condições ao comércio e às matérias primas do mundo, de que precisem para a sua prosperidade econômica.

Quinto - Desejam promover, no campo da economia, a mais ampla colaboração entre todas as nações, com o fim de conseguir, para todos, melhores condições de trabalho, prosperidade econômica e segurança social.

Sexto - Depois da destruição completa da tirania nazista, esperam que se estabeleça uma paz que proporcione a todas as nações os meios de viver em segurança dentro de suas próprias fronteiras, e aos homens em todas as terras a garantia de existências livres de temor e de privações.

Sétimo - Essa paz deverá permitir a todos os homens cruzar livremente os mares e oceanos.

Oitavo - Acreditam que todas as nações do mundo, por motivos realistas assim como espirituais, deverão abandonar todo o emprego da força. Em razão de ser impossível qualquer paz futura permanente, enquanto nações que ameaçam de agressão fora de suas fronteiras - ou podem ameaçar, - dispõem de armamentos de terra, mar e ar, acreditam que é impossível que se desarmem tais nações,

O movimento pan-africanista destaca este argumento do documento assinado por Churchill e Roosevelt e o associa com o repúdio ao colonialismo. Churchill, em contraposição às pretensões africanas, argumenta que a autodeterminação dos povos citada no documento diz respeito apenas aos povos brancos europeus sob jugo nazista. Fica claro, então, que a Carta do Atlântico e o diálogo não são suficientes para a luta pelas independências africanas. No V Congresso Pan-Africano, em 1945, o movimento pan-africanista declara que caso os princípios da Carta do Atlântico não sejam aplicados a todos os povos seriam admitidos a partir daquele momento o uso da força para a defesa de uma resistência mais ativa (Parada *et al.*, 2013, p.80). Desta forma, iniciam-se as guerras de independência dos Estados Africanos.

Os casos particulares das guerras de independência não serão tratados por este trabalho por uma questão de foco, entretanto é importante levar em consideração a atuação de figuras como Nkrumah, que contribuiu ativamente para a independência de Gana e militou por uma unificação econômica, cultural e militar da África. As populações africanas dividiam-se favoravelmente ou contra essa unificação, estando os últimos temerosos em relação à manutenção da soberania de seus países frente a possíveis pretensões imperialistas de Nkrumah. De todo modo, as guerras de independência são episódios bastante particulares que marcaram e ainda marcam violentamente a história do continente (PARADA *et al.*, 2013).

2.6 Consequências do colonialismo na África

Conforme mencionado no início do capítulo, o terceiro período colonial africano referido por Boahen (2011a), considerado a partir de 1935, registra a derrocada do sistema colonial a partir de ofensivas mais efetivas em direção às independências. De acordo com o autor (2011b), a partir desse ano, mais de 90% do território africano viu-se livre do colonialismo. Esse mesmo autor levanta a questão da brevidade do período colonial quando pensamos em termos históricos, considerando seu início na década

até que se estabeleça um sistema mais amplo e duradouro de segurança geral. Eles igualmente prestarão todo auxílio e apoio a medidas práticas, tendente a aliviar o peso esmagador dos armamentos sobre povos pacíficos." Conteúdo da Carta do Atlântico, conforme disponível em <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Internacionais-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-1919-a-1945/carta-do-atlantico-1941.html> Acesso em 04 de agosto de 2016.

de 1880 e seu fim na década 1960, o sistema colonial africano durou pouco menos de cem anos. Ainda assim, as consequências desse sistema opressor colonial capitalista são abissais e precisam ser levadas em consideração.

A promoção do desenvolvimento é argumento corriqueiro nos defensores da boa implicação sucedida do colonialismo africano. Alguns historiadores consideram que as consequências do colonialismo na África foram, de todo, benéficas para as elites do continente. Esses autores exploram características como a infraestrutura proporcionada pelo sistema colonial para defender que o colonialismo se não foi bom, no mínimo, não tão culpado das mazelas que o denunciam. Como exemplo, pode-se citar a passagem de Gann e Duignan (*apud* Boahen, 2011b) na obra “*Colonialism in Africa*”, em que afirmam: “Não partilhamos a tão generalizada opinião que assemelha o colonialismo à exploração. (...) interpretamos o imperialismo europeu na África quer como um agente de transformação cultural quer como instrumento de dominação política” (GANN; DUIGNAN *apud* BOAHEN, 2011b, p.921).

Outras perspectivas mais críticas, que Boahen (2011b) classifica como uma visão primordialmente advinda de especialistas africanos, negros e marxistas e, em especial os teóricos do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, entendem que o que caracteriza o sistema colonial capitalista é essencialmente a exploração e a opressão. Esses autores entendem que a ideia de que os governos coloniais tenham contribuído para o desenvolvimento da África é falso. Esse trabalho tende a se situar nessa perspectiva, uma vez que, como dito anteriormente, toda a infraestrutura implantada nesse período visava unicamente o enriquecimento da metrópole, não tendo, de forma alguma ao que nos parece, interesse no desenvolvimento local.

Boahen (2011b), por sua vez, busca uma perspectiva mais centrada. O autor entende que o colonialismo trouxe consequências negativas, mas também outras positivas para o continente africano, entretanto faz a ressalva que os efeitos positivos não são de origem intencional, ou seja, foram efeitos positivos que não estavam nos planos ou nos interesses dos colonizadores, mas consequências acidentais de uma série de medidas que foram tomadas para servir ao interesse da metrópole.

2.6.1 Efeitos políticos

O primeiro efeito político levantado por Boahen (2011b) é a minimização das hostilidades internas, com um aumento da estabilidade na África. Segundo o autor, o aparato administrativo colonial contribuiu para que as guerras de expansão e de libertação acabassem, trazendo paz para maior parte das regiões da África. Ora, se tais guerras acabaram foi em função de um silenciamento das possibilidades de reivindicação imposto pela opressão do sistema colonial. Portanto, nesse aspecto, ainda que haja um efeito de aparente paz, trata-se de uma paz baseada numa atitude extremamente agressiva, como pôde ser verificado em tópicos anteriores em que tratamos as oposições e resistências africanas. De todo modo, o autor defende que foi em função dessa paz que as atividades econômicas puderam se desenvolver num fluxo mais contínuo, fato que deu à modernização um impulso maior.

O segundo impacto que Boahen (2011b) levanta é a criação dos Estados modernos independentes. O autor coloca que a unificação do Estado decorrente da partilha e conquista colonial é um aspecto positivo, em oposição às centenas de clãs, grupos de linhagem, cidades-Estado, reinos e impérios. Sobre esse aspecto acrescentamos duas críticas: a primeira diz respeito à pressuposição de que o Estado unificado da maneira que foi, ou seja, com áreas delimitadas de acordo com o interesse e a divisão externa, seja uma unidade política superior ou melhor que unidades descentralizadas. Ainda que isso seja verdade, ainda que, de fato, o Estado unificado seja um aspecto positivo, não é possível afirmar que as unidades políticas anteriores não fossem caminhar para uma possível unificação. A segunda crítica que levantamos apoia-se na afirmação de Afigbo (2011) de que não se pode pensar que as sociedades africanas anteriores à intervenção europeia eram sociedades estáticas. Tratavam-se de sociedades que caminhavam de sua forma e apresentavam em processo os elementos que caracterizam o dinamismo da modernização.

O terceiro ponto apresentado por Boahen (2011b) foi a implementação de duas instituições: o sistema judiciário e o novo aparato burocrático. O autor defende que a partir da independência essas instituições permaneceram em funcionamento, mantendo conteúdo e ética importados do período colonial.

O último ponto levantado pelo mesmo autor diz respeito ao desenvolvimento do nacionalismo africano e do pan-africanismo. O nacionalismo proporcionou ao continente um sentimento de pertencimento e consciência de classe ou grupo étnico, enquanto o pan-africanismo traz a noção de identidade negra. Entretanto, o autor sustenta que trazer tais perspectivas aos africanos jamais foi intenção de nenhuma autoridade colonial, sendo apenas uma consequência não predeterminada. Acreditamos que o que se entende por consequências positivas do colonialismo por aqueles que defendem tal perspectiva, são em verdade atitudes africanas perante à imposição colonial que trouxeram aspectos interessantes para eles mesmos.

Os aspectos negativos do sistema colonial, por outro lado, não deixam dúvidas e também são explorados pelo autor. Boahen (2011b) apresenta, para começar, todas as frustrações que culminaram no nacionalismo. As humilhações, as medidas de opressão, a discriminação racial e a exploração foram as forças motoras do nacionalismo.

O segundo aspecto negativo que Boahen (2011b) aponta trata das consequências da criação dos novos Estados. O autor afirma que, ainda que tenha sido uma formação geopolítica mantida após as independências, trouxe mais problemas que solucionou. As novas fronteiras dividiram grupos étnicos já existentes, criaram unidades com recursos naturais e possibilidades econômicas desiguais e zonas fronteiriças problemáticas.

Outro aspecto negativo levantado é o enfraquecimento dos governos indígenas, uma vez que a criação dos novos Estados decorreu da expulsão dos dirigentes indígenas. Ainda que os dirigentes locais fossem mantidos na administração indireta, eram coagidos a assumir posturas que, muitas vezes, iam de encontro aos interesses e crenças deles próprios. De todo modo sua autoridade era enfraquecida pelo sistema colonial (BOAHEN, 2011b).

O autor aqui mencionado também afirma que como consequência negativa do colonialismo surgiu a noção de que as propriedades públicas pertenciam as

autoridades e não ao povo. Tal noção culminou numa mentalidade de que a manutenção das propriedades públicas não importa ao povo, uma vez que uma das formas de oposição ao sistema colonial era a danificação daquilo que pertencia à autoridade colonial. O exército profissional também foi consequência do colonialismo, uma vez que as unidades políticas anteriores à intervenção colonial não possuíam exército permanente.

Por último, Boahen (2011b) aponta o que considera como a provável consequência mais importante: a perda da soberania e da independência dos estados africanos e do direito de se auto gerir e ter voz no cenário internacional.

(...) a perda da independência e da soberania teve para os africanos uma significação bem mais profunda. (...) a perda do direito de se incumbir de seu destino, de planejar seu próprio desenvolvimento, de gerir sua economia, de determinar suas próprias estratégias e prioridades, de obter livremente lá fora as técnicas mais modernas e adaptáveis e, de maneira geral, de administrar – bem ou mal – seus próprios assuntos, buscando inspiração e alegria em seu próprio êxito e extraíndo a lição de seus fracassos (BOAHEN, 2011, p.927).

2.6.2 Efeitos econômicos

Como efeito econômico do colonialismo, Boahen (2011b) destaca a implementação da infraestrutura decorrente da exploração dos recursos africanos. No período colonial foram construídas na África estradas e vias férreas, instalação do telégrafo, do telefone e, em alguns casos, até aeroportos. Além disso, o autor ainda aponta que foi devido ao colonialismo que o potencial mineral da África foi descoberto. A partir dessa descoberta, a indústria mineira do continente desenvolveu-se aumentando a arrecadação proveniente da exportação mineral. O autor também destaca a adoção da economia monetária, que traz como consequência um novo padrão de riqueza baseado no acúmulo de dinheiro, o desenvolvimento de atividades que não estavam mais apenas centradas na subsistência e a introdução da atividade bancária. Tais estruturas trouxeram a possibilidade do aumento do comércio entre a África e o resto do mundo.

Por outro lado, aponta Boahen (2011b), em decorrência do sistema colonial instaurou-se na África sérios problemas de desenvolvimento. Como já citado anteriormente, apesar de ter investido na infraestrutura do continente, esse investimento era direcionado não para o desenvolvimento local, mas para a exploração e enriquecimento da autoridade colonial. Além disso, o interesse exclusivo nos recursos naturais da África fez com que regiões pobres nesses recursos fossem negligenciadas e esquecidas, gerando fortes desigualdades econômicas. Outro aspecto negativo decorrente do colonialismo foi a dependência da importação de produtos minimamente manufaturados. Isso ocorreu porque as indústrias e as atividades artesanais pré-existentes à invasão colonial foram destruídas e o desenvolvimento de novas indústrias negligenciado. Não houve, tampouco, tentativa de diversificar a agricultura local, de forma que os Estados africanos tornaram-se dependentes da monocultura para exportação. Segundo o autor, o sistema colonial “integrou as economias africanas na ordem econômica mundial, mas de forma bastante desvantajosa e exploradora, e as coisas praticamente não mudaram depois disso” (BOAHEN, 2011b, p.931).

Parada e colaboradores (2013) levantam como ponto em comum entre os Estados africanos derivado de seu passado colonial a fragilização profunda de suas instituições. Essa fragilidade institucional torna-se argumento de novas formas de intervenção, justificadas na promoção do desenvolvimento e da cooperação. Dessa forma, voltamos ao questionamento levantado por Bodomo (2011): essa nova forma de interação com o continente africano apoiada no investimento e na cooperação para o desenvolvimento está contribuindo para o desenvolvimento da região?

Capítulo 3 – A Cooperação Internacional para o desenvolvimento

3.1 Desenvolvimento: conceitos e histórico

Para responder à questão levantada ao fim do capítulo anterior é necessário analisar o conceito de desenvolvimento e o contexto histórico em que esse conceito passa a ser constituído como disciplina e como projeto político. Conforme apresentado, ao fim da segunda guerra mundial e após as independências dos Estados africanos, instaurou-se um ambiente político, econômico e social bastante caótico no continente. As desigualdades regionais em função do interesse de exploração, a dependência da importação de manufaturados, a falta de diversidade das culturas agrárias e a fragilização das instituições locais produziram um agravamento dos problemas já existentes pela opressão do sistema colonial.

Nesse período, articula-se no cenário internacional o discurso pelo desenvolvimento das regiões consideradas majoritariamente pobres, dentre as quais incluíam-se os continentes asiático, africano e latino-americano. Escobar (2012) explica que, partindo da conjuntura histórica do pós Segunda Guerra Mundial, estendeu-se por meio da doutrina Truman⁷ uma política externa norte-americana que buscava expandir os ideais das sociedades ocidentais e suas perspectivas de progresso.

Esses ideais não eram apenas derivados da política norte-americana, mas constituíam uma atitude do Norte para com o Sul oficializada em documentos das Nações Unidas em defesa de uma política que disseminasse um rápido progresso econômico, ou uma reestruturação das sociedades subdesenvolvidas (ESCOBAR, 2012), que teria como sustentadores desse projeto o capital, a ciência e a tecnologia. Neste contexto, o debate teórico em torno do tema do desenvolvimento ganhou novos contornos e disputas. A controvérsia sobre as causas do subdesenvolvimento e os modos de alcançar o desenvolvimento, refletindo pontos de vista radicalmente diferentes sobre a natureza do desenvolvimento ocidental e japonês (capitalista industrial), e sobre como esse processo condiciona as perspectivas de desenvolvimento nos demais países do então denominado Terceiro Mundo, tornou-se

⁷ Harry Truman, Presidente estadunidense, 1945-1953

intensa. Um dos conjuntos de questões que permeiam todos os debates diz respeito à natureza e à avaliação dos fatores internos (societais) e externos (globais) na explicação da estagnação e da mudança. A bibliografia sobre o assunto é imensurável, na medida em que reflete as disputas das pretensões rivais das soluções apresentadas no campo do modelo de desenvolvimento capitalista, socialista e nacionalista (BERNSTEIN, 1996.)⁸

Não é nossa intenção percorrer toda esta vasta produção teórica e analítica, a busca de argumentos explicativos acerca do processo de desenvolvimento. Muito ao contrário, o que se pretende é apenas circunscrever, em grandes linhas, argumentos que possibilitem sistematizar algumas contribuições, sobretudo, aquelas do pensamento latino americano, de modo necessariamente não exaustivo, visando lançar luz sobre o tema objeto dessa dissertação que é a cooperação internacional do Brasil para com a África.

No âmbito desse debate teórico, Kraychete (2012) destaca três perspectivas que fundamentam a concepção de desenvolvimento enquanto marcador ideológico do campo teórico onde os atores políticos agem difundindo esse projeto de reestruturação das sociedades: as teorias neoclássicas, as teorias keynesianas, e a teoria da modernização.

Do campo da teoria neoclássica⁹ é tomada a ideia de livre ação do mercado, com a circulação de bens, serviços e finanças sem restrições dos estados nacionais. A autorregulação do mercado, portanto, constitui um importante pilar na ideia de desenvolvimento dos Estados (KRAYCHETE, 2012). No entanto, essa vertente teórica é criticada por outras correntes do pensamento econômico por ser excessivamente orientada pelas noções de equilíbrio, por suas pressuposições irreais, por ignorar

⁸ BERNSTEIN, H. Verbete. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Dicionário do Pensamento Social do Século XX. OUTHWAITE & BOTTOMORE, 1996, pg.197-201

⁹A teoria neoclássica tradicional surge na última terça parte do século XIX e tem como expoentes Marshall, Jevons, Walras, Menger, entre outros. Prado (2001) afirma que “a marca distintiva da teoria neoclássica — ou das teorias neoclássicas, para ser mais preciso — vem a ser o tratamento simétrico dado às diversas parcelas da renda. Assim, os salários, os lucros e as rendas passam a ser vistos como partes determinadas pelas interseções das ofertas e das demandas, em níveis que se igualam, sob a suposição de que a economia se encontra em equilíbrio, aos valores dos produtos marginais dos chamados serviços” (PRADO, 2001, p.11).

dados institucionais e culturais, além de desprezar as dimensões de poder ou o conflito de interesses. Apesar disso, essa teoria permanece hegemônica no cenário do debate acadêmico e político. De acordo com Desai,

(...) não apenas por sua hegemonia institucional nas universidades, mas também pelo compromisso de seus praticantes com uma adesão vigorosa ao pequeno número de proposições básicas, e a ativos e ferozes mecanismos críticos internos, que tentam garantir que (...), só sejam aprovados trabalhos rigorosos e de alta qualidade". (DESAI, *apud* Outhwaite; Bottomore, 1996, p.228-230)

A teoria keynesiana¹⁰, por sua vez, é uma abordagem calcada na noção de que o desenvolvimento econômico requer um Estado que possa criar e regular as relações econômicas e políticas capazes de dar suporte à industrialização sustentável. Ou seja, nas economias de desenvolvimento industrial tardio, disseminou-se a ideia de que compete ao Estado conceber e criar garantias a partir do investimento estatal e, nas economias industrializadas, porém em crise nos anos de 1930, serviu como embasamento do Estado do bem-estar social (KRAYCHETE, 2012). Essa corrente de pensamento foi trazida para a América Latina, principalmente, pelo economista argentino Raul Prebisch, o que gerou grande repercussão na academia latino-americana, em especial a brasileira, influenciando um grande número de economistas.

Couto (2007) analisou o pensamento de Prebisch identificando cinco etapas que marcaram sua produção teórica. De forma sucinta, destacaremos as contribuições de cada etapa e sua articulação com a teoria do desenvolvimento. Na primeira fase, Prebisch apresenta o conceito de ciclo econômico, a partir do qual fundamenta sua teoria do desenvolvimento econômico. Conforme argumenta Couto, para Prebisch:

(...) o ciclo se manifestava em um movimento alternado de rendas que se contraíam e se dilatavam em um processo circulatório. Este processo circulatório das rendas não se limitava à esfera interna de um país, era, pois um fenômeno internacional. Prebisch não aceitava o sistema de equilíbrio dos economistas marginalistas. Tinha que a realidade era eminentemente cíclica. O ciclo era uma sucessão de desequilíbrios, portanto, incompatível com o

¹⁰ A teoria keynesiana tem como expoente o economista inglês John Maynard Keynes e surge como proposta de superação da crise econômica mundial de 1929. Essa teoria percebia o Estado como agente fundamental na economia, contrariando a percepção de livre mercado do liberalismo clássico. Esse papel seria pautado na garantia de benefícios sociais para a população. Parte-se dessa teoria a ideia de *welfare state*, ou Estado de bem-estar social (CARVALHO, 2008; KRAYCHETE, 2012).

equilíbrio geral. (...) podemos afirmar que o ciclo econômico constitui a base de onde se desprende o sistema centro-periferia. (COUTO, 2007, p.3; 5).

A segunda etapa, aponta Couto (2007), é marcada pela entrada do economista argentino na CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe)¹¹. Nessa etapa, Prebisch fundamenta suas ideias em noções que já haviam sido introduzidas na primeira etapa de seu pensamento: “desequilíbrio do balanço de pagamentos provocado pelo baixo coeficiente de importações dos Estados Unidos e a importância e limitação da industrialização” (Couto, 2007, p. 5) *pari passu* desenvolveu a noção de Centro-Periferia. O Centro constitui-se pelos países desenvolvidos, cuja produção está voltada para produção de bens manufaturados, enquanto a Periferia é composta por países subdesenvolvidos, cuja produção é majoritariamente constituída de bens primários.

Nas etapas subsequentes outras áreas do conhecimento são levadas em consideração pelo economista argentino. Dentre elas a sociologia que permitiu ampliar sua ótica multidisciplinar e, desse modo, ele percebeu que a distribuição de renda está estritamente vinculada às relações de poder decorrente da estrutura social (terceira e quarta etapas). Avançando, ancorado ainda no pensamento sociológico, passa a considerar o sistema capitalista, não apenas como um sistema econômico, mas como um sistema que englobava o plano político, social, cultural e econômico (quinta etapa) (COUTO, 2007, p.62). Sob a influência de Prebisch, as teorias da Cepal segundo Flechsig (1991) constituíram:

(...) o primeiro sistema relativamente independente e coerente de economia política na América Latina, não representando nenhuma recepção mecânica das doutrinas econômicas burguesas elaboradas para os países capitalistas desenvolvidos (...) (FLECHSIG, *apud* COUTO, 2007, p. 62)

¹¹ A CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe — foi criada em 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os países membros. “A CEPAL é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e sua sede está em Santiago do Chile. Foi fundada para contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho foi ampliado aos países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social” conforme definido em seu site. Disponível em: <<http://www.cepal.org/pt-br/about>>. Acesso em 20 de março de 2017

Neste contexto de crescente predomínio do consenso Keynesiano, no âmbito internacional, e de forte influência do pensamento de Raul Prebisch no cenário da América Latina, é que se estrutura o projeto desenvolvimentista brasileiro. Desde o período varguista (1930-1945), o Estado brasileiro havia reorientado sua economia primário-exportadora no rumo da industrialização, tendo o Estado como protagonista no papel de estimulador do desenvolvimento econômico. Vale ressaltar que até a década de 1930 a tradição do pensamento social e político brasileiro buscava desvelar “a relação entre a tradição e a modernidade” (IVO, 2012, p.189) o que, segundo Ivo (2012), impedia a emergência de um o projeto racional civilizador aos moldes europeus.

Concomitantemente, disputava espaço neste cenário a teoria do desenvolvimento fundada nos pressupostos das teorias keynesianas e da modernização que compreendia o subdesenvolvimento como uma etapa anterior ao desenvolvimento. Assim, depreendia-se que o processo social e econômico para o alcance do desenvolvimento era um caminho já trilhado pelos países centrais, e ainda por vir para aqueles que ainda não haviam alcançado o progresso.

A idéia central na teoria do desenvolvimento é o entendimento do desenvolvimento enquanto um continuum evolutivo. Os países avançados se encontrariam nos extremos superiores desse continuum, que se caracterizava pelo pleno desenvolvimento do aparelho produtivo, de forma que o processo de desenvolvimento econômico que neles ocorreu seria um fenômeno de ordem geral, pelo qual todos os países que se esforçassem para reunir as condições adequadas para tal deveriam passar. Enquanto isso, as nações atrasadas se encontrariam em um estágio inferior de desenvolvimento, com baixa expressão em termos do desdobramento de seu aparelho produtivo, em decorrência de sua incipiente industrialização (Duarte; Graciolli, 2007, p.2).

Vale ressaltar que esse debate entre keynesianos, cepalinos e aqueles vinculados a teoria da modernização é travado no contexto pós segunda guerra, em que ocorria a reconfiguração da ordem mundial e coetaneamente, em Bretton Woods, fora estabelecido um sistema de instituições destinado a regulamentar a economia internacional, fortemente embasado pelo pensamento Keynesiano, entre elas a ONU (Organização das Nações Unidas), o Banco Mundial e o FMI (Fundo Monetário Internacional). Neste cenário, a CEPAL emerge com o objetivo de se tornar uma

instituição orientadora do desenvolvimento dos países da América Latina. Esse desenvolvimento deveria ser impulsionado por meio da industrialização fomentada pelo Estado. Pressupunha-se um processo de transição da posição de país primário-exportador para a situação de desenvolvimento interno, associado à noção de fortalecimento da industrialização, uma vez que seria essa a via para o desenvolvimento (Duarte; Graciolli, 2007). Desse modo, Carvalho argumenta que:

O estruturalismo cepalino foi uma adaptação do keynesianismo, não apenas para as condições regionais da América Latina mas, principalmente, para a problemática do subdesenvolvimento, como, aliás, também se fazia em outros importantes centros difusores do pensamento keynesiano em países em desenvolvimento, como na Índia (Carvalho, 2008, p.571).

Porém, o pensamento cepalino compreendia o desenvolvimento não somente no aspecto econômico, mas também considerava as condições sociais, institucionais e ideológicas dos países. A partir dessa concepção evolutiva do desenvolvimento, articula-se a avaliação de indicadores que possibilitavam ranquear a posição de cada Estado em seu processo de desenvolvimento perante outros Estados. Não se considera nessa concepção, contudo, questões estruturais que seriam a raiz dessas desigualdades (Duarte; Graciolli, 2007).

Por seu turno, a teoria sociológica da modernização¹² produzida, sobretudo, nos Estados Unidos no período pós-guerra, assenta seus argumentos na dicotomia tradicional / moderno, por meio da caracterização de dois tipos ideais opostos de sociedade. Em um dos polos estaria a sociedade tradicional, considerada “atrasada” ou “subdesenvolvida” e, no outro, a sociedade moderna vista como “desenvolvida” porque já estaria industrializada. O pressuposto que sustenta essa visão é o de que

¹² “Entende-se por Modernização aquele conjunto de mudanças operadas nas esferas política, econômica e social que têm caracterizado os dois últimos séculos. Praticamente, a data do início do processo de Modernização poderia ser colocada na Revolução Francesa de 1789 e na quase contemporânea Revolução Industrial inglesa que provocaram uma série de mudanças de grande alcance, nomeadamente na esfera política e econômica, mudanças que estão intimamente inter-relacionadas. Naturalmente, o fermento dessas duas grandes transformações há de ser buscado nas condições e nos processos que vinham se desenvolvendo havia algumas décadas e que culminaram nas duas revoluções. Estes processos de transformações profundas e freqüentemente rápidas tiveram repercussões imediatas no sistema internacional e foram exportadas pelos europeus para toda a parte, mesmo que só vingassem lenta e parcialmente. É essa a razão por que o processo global foi designado com o nome de europeização, ocidentalização ou, enfim, com o termo mais abrangente e menos etnocêntrico de Modernização” (BOBBIO, 1998, p. 768).

todas as sociedades seguem um caminho histórico semelhante, de crescente diferenciação e complexidade e de um tipo polar a outro. Ou, por outras palavras:

Abstratamente, tradição e modernidade são delineadas pelas “variáveis padrão” de Talcott Parsons (1951), que descrevem a modernização como a evolução de sistemas sociais com alto grau de diferenciação funcional e estrutural e mecanismos correspondentes de integração. A diferenciação abrange uma complexa divisão social do trabalho e uma racionalidade que produz inovação e crescimento, enquanto a integração e seu sistema normativo garantem a estabilidade social (Bernstein, 1996, p.197 e 198).

A exemplo dessa análise, Kraychete (2012) aponta a distinção do estágio de desenvolvimento das nações a partir da caracterização do processo de produção econômica. Países cuja produção é majoritariamente industrializada estariam mais avançados em seus projetos modernizadores de desenvolvimento, enquanto aqueles que possuem uma economia essencialmente agrícola estariam na periferia do projeto desenvolvimentista moderno. Associa-se, assim, a modernização ao desenvolvimento e o atraso (em oposição a moderno) ao subdesenvolvimento.

Reafirmando a noção de progresso econômico como referência ao reordenamento do mundo por parte dos países centrais do capitalismo no pós Segunda Guerra Mundial, a partir do liberalismo econômico, instituir-se-ia a ideia do crescimento e desenvolvimento das nações. Articula-se assim, como podemos perceber uma associação estreita entre uma determinada concepção de desenvolvimento e a adoção de um sistema político e econômico de berço ocidental.

As sociedades industrializadas seriam, então, a referência para o ideal de desenvolvimento. Para tanto, foram constituídas instituições nas Conferências de Bretton Woods capazes de articular todo um processo de disseminação ideológico e de adaptação, por meio de um sistema internacional que favorecesse tal procedimento. Percebe-se, portanto, que tais pressuposições possuem uma base etnocêntrica e, inclusive, racista e anticomunista, conforme argumenta Bernstein (Bernstein, 1996).

Contudo, em contraposição a tais concepções, André Gunder Frank (1969 *apud* Outhwaite; Bottomore, 1996) apresenta a ideia de desenvolvimento do subdesenvolvimento, a partir da qual entende que

(...) o subdesenvolvimento não é uma situação original ou residual (tradição), mas foi ativamente criado pela incorporação do Terceiro Mundo à economia mundial formada pela expansão européia a partir do final do século XV. Essa economia capitalista mundial consiste em uma cadeia de relações “metrópole-satélite” entre países, e entre regiões dentro deles, através das quais as metrópoles dominantes se apropriam do excedente econômico dos satélites subordinados, enriquecendo as primeiras e empobrecendo os últimos, criando e reproduzindo com isso o seu subdesenvolvimento. Ao que tudo indica, formas sociais tradicionais ou pré-capitalistas em países e regiões satélites são, portanto, na realidade, capitalistas, em consequência de sua integração ao mercado mundial. Os principais mecanismos de “escoamento de excedentes” são uma troca desigual no comércio internacional, a expatriação de lucros por parte de um investimento estrangeiro e de juros sobre empréstimos no exterior, dentro de uma divisão internacional do trabalho que sistematicamente favorece as metrópoles (Outhwaite; Bottomore, 1996, p.198).

Assim, no começo da década de 1960, a narrativa desenvolvimentista baseada na teoria da modernização começou a perder força. Sua decadência decorreu da incapacidade do modelo capitalista de replicação das experiências bem sucedidas de desenvolvimento nos países com histórico de exploração colonial. Mesmo a América Latina, que apresentava uma avaliação de crescimento positiva, mostrava-se desfavorecida pela condição de dependência econômica e política frente à econômica internacional. A desigualdade social e a situação de miséria mostravam-se uma realidade que tendia a se intensificar (Duarte; Graciolli, 2007).

É nesse contexto de críticas as teorias vigentes que emerge a teoria da dependência. Sobre este aspecto Duarte e Graciolli (2003) argumentam que:

É da necessidade de se buscar novos rumos teóricos que nasce a teoria da dependência enquanto um corpo teórico que, ao estabelecer uma contundente crítica aos pressupostos do desenvolvimentismo, e dentro do entendimento do processo de integração da economia mundial, busca “compreender as limitações de um desenvolvimento iniciado em um período em que a economia mundial já estava constituída sob a hegemonia de enormes grupos econômicos e poderosas forças imperialistas” (Duarte; Graciolli, 2007, p.3).

A teoria da dependência fundamenta-se na tradição do pensamento marxista. Em direção oposta às visões de corte Keynesiano e às da teoria da modernização, os

autores dessa corrente entendem que o subdesenvolvimento não se configura como uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas como condição de manutenção do *status quo*. Essa manutenção decorre da reprodução do sistema capitalista de produção na periferia de forma que a economia desses países se encontra condicionada pelo desenvolvimento e pela expansão da economia dos países centrais. Os teóricos da teoria da dependência ressaltam a importância de se avaliar os fatores histórico-estruturais nos processos de modernização dos países latino-americanos, e não mais a consideração exclusiva de variáveis externas e seus impactos sobre as estruturas sociais e econômicas. Percebem, portanto, o desenvolvimento como resultado de um processo social (Duarte; Gracioli, 2007).

Considerando o foco dessa dissertação interessa destacar aqui três argumentos básicos que sustentam essa teoria. O primeiro deles diz respeito ao que Machado (1999) chama de novo modelo colonial. Entende-se que países centrais dominam os termos econômicos e tecnológicos, enquanto os periféricos servem aos interesses econômicos dos mais centrais. Machado (1999) afirma que a fase do capitalismo mundializado configura-se pela apropriação do excedente periférico por parte dos países centrais por meio do sistema financeiro especulativo e apoio das elites emergentes locais. Assim, continua o autor “a história econômica e financeira dos países da América Latina, é a do crônico e crescente endividamento externo e de maior submissão ao capital forâneo” (Machado, 1999, p. 200).

O capitalismo mundializado passou a aplicar novos mecanismos de apropriação do excedente periférico pela via das empresas transnacionais e do sistema financeiro especulativo, aliando-se às burguesias emergentes locais.

(...) Se de um lado as economias subdesenvolvidas careciam de investimentos que não eram atendidos pela iniciativa privada para a ampliação da sua capacidade produtiva em razão da ausência histórica de acumulação interna, dos reduzidos salários e da crônica exclusão do mercado da maioria populacional, do outro a política de importar bens e serviços, contrair empréstimos para a criação de infra-estrutura e modernização do equipamento e atrair o capital estrangeiro levava à maior descapitalização e ao endividamento crescente pela via dos juros a serem pagos, das importações de matérias-primas e do repatriamento do capital internacional estabelecido, o que agravava a dependência externa (MACHADO, 1999, p.199).

O segundo argumento apresentado pelos teóricos da dependência discorre sobre a questão das classes sociais. As elites econômicas e políticas de cada um dos países, centrais ou periféricos, cooperam para a manutenção do sistema como ele é. Dessa forma, tem-se uma convergência da economia global em torno dos interesses de classes muito específicas dentro desse sistema.

O terceiro aspecto que destacamos aqui é a questão da existência de um sistema que engloba todos esses países. Esse sistema é sustentado por instituições internacionais que servem aos interesses das elites e dos países economicamente centrais. Dessa forma, esses três sistemas coordenados garantem a manutenção do sistema econômico e impedem que os países periféricos se desenvolvam, promovendo e mantendo o subdesenvolvimento. Ou seja, o próprio funcionamento do sistema internacional impede que os periféricos se desenvolvam, isto é, se tornem países industrializados nos moldes do capitalismo ocidental.

Fazendo coro com a teoria da dependência destaca-se a obra de Vania Bambirra como crítica ao pensamento desenvolvido no âmbito da CEPAL. Bambirra (*apud* BICHIR, 2014) caracteriza as contradições do capitalismo dependente em sua fase de “integração monopólica mundial” (BICHIR, 2014, p.189) e busca superar o pensamento desenvolvimentista a fim de repensar as bases para os movimentos revolucionários (BICHIR, 2014). Segundo Bambirra,

(...) a expansão e a integração do capital se orientam não apenas pelo domínio das fontes de matérias-primas e dos mercados, mas também e, sobretudo, pelos investimentos nos setores manufatureiros dos países dependentes. A América Latina, nesse contexto, constituir-se-á como um dos principais destinos desses investimentos, recebendo significativos fluxos de capital estrangeiro para sua produção industrial (BAMBIRRA *apud* BICHIR, 2014, p.190).

No mesmo diapasão de Bambirra estão as contribuições de Andre Gunder Frank e, posteriormente, de Immanuel Wallerstein. Estes autores desenvolvem a teoria do sistema mundo (TSM), que sustenta que a utilização de instituições multilaterais pelos países centrais garante a manutenção do sistema-mundo em suas relações desiguais e na expansão do capitalismo global. “Ao criar instituições internacionais que

garantem o funcionamento da economia, comércio e mercados à sua “imagem e semelhança” – instituições criadas por eles mesmos – os países do centro se beneficiam e mantêm o *status quo* do sistema-mundo com pequenas adaptações” (MARTINS, 2015, p.106).

Mais contemporaneamente, Escobar (2012), também seguindo uma perspectiva crítica, discorre sobre o que ele denomina de a invenção do “terceiro mundo”. O autor explica que essa perspectiva parte da constatação da pobreza em massa na Ásia, África e América Latina no pós Segunda Guerra Mundial. Escobar (2012) problematiza a questão da pobreza a partir do que denomina como *tale of three worlds and development*, a partir do qual entende que se produziu o desenho de um novo terreno geográfico, o terceiro mundo. Delimita-se, assim, a área da pobreza endêmica, mal que seria então combatido pelos países economicamente desenvolvidos, ou centrais.

Escobar (2012) apresenta a noção de desenvolvimento como um problema discursivamente criado. Isso significa dizer que se parte de um ideal culturalmente construído para constituir um elemento pretensamente objetivo. Esse elemento, o desenvolvimento, seria então a bandeira a partir da qual se lutaria contra a pobreza. E, por sua vez, o caminho para atingi-lo seria seguir as pegadas do modelo adotado pelo chamado primeiro mundo. Entretanto, o autor segue sua crítica apontando que “for instead of the kingdom of abundance promised by theorists and politicians in the 1950s, the discourse and strategy of development produced its opposite: massive underdevelopment and impoverishment, untold exploitation and oppression” (ESCOBAR, 2012, p.4).

De acordo com Kassam (1994), a noção de desenvolvimento pauta-se numa pretensa universalidade, mas aponta a experiência de industrialização e modernização ocidental como modelo. Assim, trata-se de um desenvolvimento que traz consigo um exemplo de sociedade que se baseia numa formação pautada na acumulação capitalista. A autora ainda afirma que “[a] tentativa de impor esse desenvolvimento sobre o resto do mundo está baseada sobre ‘uma relação de poder entre dominantes (europeus) e culturas dominadas (não-europeus)’” (Kassam, 1994, p. 22). Mas o que seria, então, considerado uma sociedade desenvolvida? Segundo Silva (2014)

(...) passou-se a considerar o grau de desenvolvimento dos países de acordo com seu nível de industrialização e integração ao mercado globalizado. Aqueles que historicamente ficaram isolados ou ingressaram tardiamente na rota do desenvolvimento industrial, em geral, são herdeiros de um passado de dominação colonial, cujo efeito é assinalado pelas exclusões e desigualdades. A escassez de recursos econômicos, financeiros, organizacionais e científico-informacionais, por sua vez, reforça as assimetrias e dificuldades de acesso aos bens e serviços gerados pela sociedade industrial moderna, localizada principalmente nos países do Norte (SILVA, 2014,p.35).

Percebe-se assim, a partir dos apontamentos da autora, uma associação entre o histórico colonial e o subdesenvolvimento. A manutenção de uma condição subalterna seria continuada a partir das fragilizações resultantes de uma postura tutelar adotada tanto durante o sistema colonial quanto no período em que o sucedeu. A fragilização das instituições e a perda da autonomia são fatores que atuam nesse momento histórico como um projeto de continuidade de poder dos países economicamente desenvolvidos perante aqueles que foram subalternizados.

Esse cenário sugere que as economias capitalistas centrais formam um modelo a ser seguido pelas nações subdesenvolvidas. O modelo, por sua vez, dita não apenas os padrões políticos e econômicos, mas um ideal cultural de modernidade ocidental que precisa ser alcançado de alguma forma por aqueles que ainda não o desfrutam. Tem-se, então, o contexto para o surgimento da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, citada por Kraychete (2012) com sua antiga nomenclatura de assistência técnica¹³.

A ideia de reforma da qual fala Escobar (2012) quando cita a reconstrução das sociedades subdesenvolvidas, conforme citado acima, é retomada por Kraychete (2012) que entende que essa assistência técnica para o desenvolvimento configura a base para uma reformulação em busca da modernização. Essa modernização seria a resposta para desenvolver essas regiões e seria promovida a partir da reformulação das técnicas de produção e gestão de recursos (KRAYCHETE, 2012).

¹³ Para uma exposição do ponto de vista das Relações Internacionais, ver: Ayllón, B. 2006.

Nas décadas de 1970 e 1980, o discurso sobre o desenvolvimento muda significativamente seu tom (KRAYCHETE, 2012). Substituiu-se a noção de desenvolvimentismo que designava ao Estado seu papel regulador da economia pela retomada dos pressupostos neoclássicos, reafirmando a auto regulação do mercado. Todavia, o debate fomentado internacionalmente acerca da pobreza fazia crer que o crescimento econômico não era suficiente para sanar as mazelas dos países subdesenvolvidos, de forma que surgem as primeiras políticas de redução da pobreza, inspiradas, segundo Kraychete (2012) na ideia de justiça como equidade. A autora ainda afirma que se associava a esses debates a ideia de liberalismo político e econômico como solução.

A concepção liberal que passa a comandar as análises das instituições da cooperação internacional considera a existência das necessidades básicas a serem prioritariamente atendidas e que tais necessidades podem ser medidas, definidas e classificadas. Daí a importância atribuída às técnicas de mensuração da pobreza que visam definir carências em itens tais como, alimentação, saúde, educação e habitação. A partir do nível de carências, serão definidas políticas orientadas para grupos específicos. Nessa concepção, as Organizações da Cooperação Internacional envidam esforços em detectar os pobres por meio de tecnologias que não só dêem (sic) conta do número destes, como distinga entre eles os mais pobres entre os pobres. Esse procedimento orienta a focalização das políticas, com os mais pobres devendo ser atendidos por políticas de caráter compensatório e os demais por políticas orientadas pelo mercado (KRAYCHETE, 2012, p.185).

Um aspecto de interessante reflexão trata da objetividade desenhada a partir da definição e classificação da pobreza. Ao se apoiar em caracteres objetivos como apontou Kraychete (2012) na citação acima, a crítica que denuncia a pobreza e propõe a promoção do desenvolvimento a partir da modernização e do liberalismo blinda-se numa pretensa objetividade que será afirmada em indicadores mensuráveis como, reitero, alimentação, saúde, educação e habitação. Assim, as diretrizes da Cooperação Internacional baseiam-se em fortalecer as capacidades locais ou em políticas compensatórias que buscam competitividade para essas economias emergentes. Milani (2012) define o conceito de cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) como:

(...) um sistema que articula a política dos Estados e atores não governamentais, um conjunto de normas difundidas (ou, em alguns casos,

prescritas) por organizações internacionais e a crença de que a promoção do desenvolvimento em bases solidárias seria uma solução desejável para as contradições e as desigualdades geradas pelo capitalismo no plano internacional (MILANI, 2012, p.211).

Conforme argumentamos acima e de acordo com Silva (2014), a noção do processo de desenvolvimento econômico passa por perspectivas teóricas distintas e levam em conta disputas de sentido que envolvem três aspectos: o entendimento de sociedade desejável, o processo histórico das mudanças sociais dessa sociedade e os esforços efetuados por agências ou agentes em direção desse desenvolvimento. A autora discorre sobre as concepções de desenvolvimento, mostrando que apontam cada qual seu caminho em relação as mudanças sociais e crescimento econômico desejados, assim como seus agentes mobilizadores.

A despeito de suas diferenças, Silva (2014) aponta que as concepções de desenvolvimento apresentadas pelo neoliberalismo e pelo marxismo-estruturalismo exibem semelhanças que permitem analisá-las conjuntamente. A primeira semelhança apontada pela autora diz respeito à ausência de indicadores por essas correntes de como atingir o desenvolvimento. Ambas definem o conceito sem, no entanto, direcionar os papéis dos agentes. A segunda semelhança apontada pela autora trata do protagonismo prestado pela industrialização como caminho para o desenvolvimento, admitindo certo grau de intervenção a fim de promover esse avanço em prol do atendimento às necessidades humanas. Silva (2014) ainda afirma que as diferenças entre as perspectivas neoliberal e estruturalista residem em suas visões sobre os movimentos de mudanças sociais: a perspectiva neoliberal assenta essa lógica nas motivações materialistas dos indivíduos e na autorregulação do mercado; a perspectiva estruturalista, por sua vez, atribui o fato à solidariedade e à ação coletiva este papel.

A terceira concepção apontada por Silva (2014) trata da visão crítica às duas vertentes citadas da qual fazem parte autores como Lander (2005), Escobar (1995, 2012), Mignolo (1999, 2000, 2005), Quijano (1992, 2005), entre outros. Essa perspectiva traz uma análise que coloca em questão os modelos de sociedade modernizada nos padrões ocidentais. O ponto de vista levantado nessa crítica estimula a relativização desses modelos considerados ideais. Desloca-se, assim, o olhar analítico do próprio

conceito de desenvolvimento, que demanda uma perspectiva de pesquisa distinta daquela dominante. Essa outra perspectiva busca a retomada dos conhecimentos locais de forma a valorizar as diferenças culturais e as decorrentes visões de modelos de sociedade que partem delas. Conforme aponta Santos (2010)

(...) a epistemologia dominante é, de facto, uma epistemologia contextual que assenta numa dupla diferença: a diferença cultural do mundo moderno cristão ocidental e a diferença política do colonialismo e capitalismo. A transformação deste hiper contexto na reivindicação de uma pretensão de universalidade, que se veio a plasmar na ciência moderna, é o resultado de uma intervenção epistemológica que só foi possível com base na força com que a intervenção política, econômica e militar do colonialismo e do capitalismo modernos se impuseram aos povos e culturas não-ocidentais e não-cristãos (SANTOS, 2010, p.16).

Acreditamos que tal perspectiva condiz com o olhar que este trabalho busca ao analisar o tema em questão. Esse *conhecimento crítico*, conforme aponta Macamo (2009) em diálogo com a perspectiva buscada neste trabalho, é pautado na “rejeição da soberania duma razão surda ao contexto local e insensível à história feita por homens e ignorante das suas próprias condições de possibilidade” (MACAMO, 2009).

Grosfoguel (2010) defende que essa perspectiva pode contribuir para uma teoria crítica decolonial radical, capaz de transcender a forma como os paradigmas da economia política tradicional conceptualizam o capitalismo enquanto sistema global ou sistema-mundo”. Poderíamos encontrar por meio dessas perspectivas epistêmicas a base duma análise que consiga romper com a repetição desses modelos? Grosfoguel (2010) acrescenta que o fato de um emissor encontrar-se socialmente subalternizado não determina que seu discurso parta necessariamente de um lugar epistêmico subalterno. Isso decorre do fato de os modelos dominantes serem hegemônicos, o que é caracterizado pela reprodução desse discurso mesmo por aqueles que estão em condição de opressão. Segundo o autor “o êxito do sistema-mundo colonial/moderno reside em levar os sujeitos socialmente situados no lado oprimido da diferença colonial a pensar epistemicamente como aqueles que se encontram em posições dominantes” (GROSFOGUEL, 2010, p.459).

Silva (2014), em alusão à Ribeiro (*apud* Silva 2014), aponta que tratar as questões do desenvolvimento econômico levando em consideração as correlações de poder envolvidas permite evidenciar as desigualdades de poder dessa relação. Os autores apontam a importância do papel das instituições nesse contexto, uma vez que as instituições possuem a capacidade de reordenação das relações de poder a partir das redes construídas ao longo dos processos históricos e político que as constituíram. Silva (2014) ainda questiona o papel das instituições de Cooperação Externa como promotoras de um projeto de desenvolvimento, na medida em que elas levariam consigo os valores de sua origem.

A dinâmica dos processos de desenvolvimento induzidos por meio de cooperação e investimentos externos traz implícitas estratégias e lógicas técnico organizacionais e estruturas de poder desenvolvidas e consolidadas no universo cultural de origem, as quais passam a comandar transformações e mudanças em grande escala nos países receptores. Desse modo, junto com os programas de cooperação e investimentos diretos “viaja” todo um universo de relações, sentidos e racionalidades que se sobrepõem assimetricamente nas sociedades receptoras, impondo-lhes condicionalidades e reordenamentos estruturais, que impactam o meio ambiente e a sociedade como um todo. Tais processos acabam ampliando as desigualdades sociais e econômicas em virtude da concentração de capital e de poder que eles induzem (SILVA, 2014, p.40).

Aos apontamentos levantados por Silva (2014) associa-se o questionamento de Bodoimo (2011) já apresentado em capítulo anterior. Os dois autores são críticos em relação aos resultados efetivos da contribuição para o desenvolvimento da região para qual a cooperação ou o investimento é direcionado.

Segundo Milani (2012), a origem da CID data, como já mencionado anteriormente, do final da segunda guerra mundial. Deste modo, os projetos de cooperação institucionalizados nascem no contexto da guerra fria, partindo dos Estados Unidos como forma de frear uma possível ameaça comunista. O autor associa as noções de cooperação internacional e de desenvolvimento com o projeto modernizador do sistema capitalista.

Milani (2012) aponta que a CID estabelece uma relação de doadores e beneficiários, estando esses atores agindo por motivações diversas, desde razões humanitárias e

morais a motivações puramente econômicas. A cooperação internacional assume o eixo vertical quando a relação entre os atores dá-se entre Norte e Sul, chama-se de cooperação horizontal, por sua vez, aquela que estabelece uma relação entre atores no mesmo eixo, como é o caso das relações Sul-Sul. Milani (2012) ainda considera um terceiro ator envolvido nessa relação: os atores-mediadores. Desses fariam parte às organizações não-governamentais e a sociedade civil. O autor entende que a diferenciação entre as cooperações verticais e horizontais estão apenas no plano empírico.

A cooperação Sul-Sul, por outro lado, apresentar-se-ia como um caminho a ser seguido para o desenvolvimento. As trocas de experiências e conhecimentos contribuiriam para que os países do Sul superassem as relações desiguais e ganhassem autonomia, aumentando seu poder de barganha frente aos países do Norte (Bambo, 2014).

Bodomo (2011), como veremos, a seguir, defende que diferem os investimentos Norte-Sul dos investimentos Sul-Sul pela ausência de condicionantes por parte do segundo. Quando são tratados no eixo vertical, esses investimentos trazem consigo exigências e condicionalidades a serem cumpridas para o recebimento do mesmo.

Por outro lado, Almeida e Kraychete (2013) atentam para o fato de o discurso brasileiro da cooperação técnica com países africanos, além de argumentar que não há condicionalidades, propaga a desvinculação a interesses econômicos, justamente em um momento no qual a economia mundial apresenta-se fragilizada por uma crise.

Os argumentos de aproximação por solidariedade e dívida histórica aparecem com frequência, e serão centrais para a análise deste projeto. “Confunde-se tal justificativa com a própria afirmação identitária nacional quando reconhece a importância do continente para a formação do povo brasileiro e, por conseguinte, sua ligação histórica e cultural com esses países” (ALMEIDA; KRAYCHETE, 2013). As autoras supracitadas argumentam que a suposta simetria (horizontalidade) de relações do eixo Sul não acontece, o que pode ser observado, em vez disso, é uma atenuação das assimetrias que ocorrem nas relações verticais (Norte-Sul).

Em suma, tendo em vista a discussão apresentada, o tema do desenvolvimento e da cooperação para o desenvolvimento comporta muitas vertentes teóricas e controvérsias ente elas. Essa dissertação leva em consideração a concepção de desenvolvimento como desenho de modelo preconizado por países centrais com o intuito de manutenção da relação de dependência que se estabelece entre os estados no cenário global. Desse modo, deve-se buscar uma perspectiva crítica em relação aos moldes em que a cooperação para o desenvolvimento se desenha, para que esta não se torne mais um instrumento de reprodução de relações hegemônicas e de dependência.

3.2 Investimentos no continente africano

O tópico relacionado ao Investimento Estrangeiro Direto (IED) é referenciado neste trabalho por Bodomo (2011), que utiliza o conceito de globalização do investimento para descrever o significativo aumento de investimentos estrangeiros que o continente africano recebeu em tempos recentes. O autor levanta alguns argumentos a favor e contra o Investimento Estrangeiro Direto (IED), que tem por objetivo, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE): “obtener un interés duradero por parte de una entidad residente en una economía (‘inversor directo’) en una entidade residente em notra economia distinta de la del inversor (‘empresa de inversión directa’)” (OCDE *apud* Bodomo, 2011, p.26).

Os argumentos favoráveis ao IED levantados por Bodomo (2011) giram em torno das possibilidades de crescimento econômico sem a necessidade de capital de investimento local, melhoria da infraestrutura, emprego da mão-de-obra local, transmissão de conhecimento e desenvolvimento, impostos arrecadados pelo governo local, estímulo de estabilidade democrática governamental para garantir menor risco de investimento, conexão com outras partes do globo e criação de espaços interculturais e programas de responsabilidade social e fomento das indústrias locais. Contra o IED, Bodomo (2011) argumenta a possibilidade de impactos nocivos do ponto de vista socioeconômico, sociopolítico e sociocultural. O autor levanta pontos críticos como: degradação ambiental, mão-de-obra estrangeira em

lugar de empregabilidade local, não compartilhamento de conhecimentos estratégicos, isenção fiscal para atração de investimentos, intervenção no sistema político local, impacto na política exterior do país que recebe o investimento em favor do país investidor, influência na cultura local, impacto na indústria local e choques culturais.

Dado o panorama das vantagens e desvantagens do IED, o autor conclui que a África necessita de investimentos, porém apenas associados com uma boa gestão e proteção a indústrias locais e setores estratégicos é possível usufruir de máximos benefícios desse investimento estrangeiro. Portanto, é possível promover o desenvolvimento local a partir do IED, desde que bem geridos.

Os principais investimentos recebidos hoje pelo continente africano estão concentrados em três principais origens: o investimento europeu, o investimento Chinês e o investimento Indiano. O investimento europeu pauta-se em condicionantes que parecem buscar continuidades de poder no continente. A África recebe investimentos europeus desde a década de 1960 e, ainda assim, muitos países africanos estão em piores condições que antes da independência. Esse fato levanta o questionamento acerca dos resultados efetivos desses investimentos. As restrições impostas pelos europeus para o investimento inibem uma relação proveitosa para a África (Bodomo, 2011). Tal crítica também é apontada por Escobar (2012) quando analisa o esforço empreendido pelos governos em nome do desenvolvimento. O autor afirma que “the fact that most people’s conditions not only did not improve but deteriorated with the passing of time did not seem to bother most experts (ESCOBAR, 2012)”.

Em contraste, aponta o autor, a China aparece como uma parceria no eixo Sul com uma postura bastante divergente da postura europeia. A China parte do princípio de estabelecer compromissos e não condicionantes para o investimento. Além disso, o país adota uma postura horizontal, de igualdade entre as partes negociantes. O foco da atuação chinesa está no investimento, e não carrega uma carga humanitária de natureza paternalista que argumenta a tentativa de ajudar o continente a atingir o desenvolvimento como a Europa faz.

Os investimentos indianos aparecem, segundo Bodomo (2011), como uma reação à atuação chinesa. A Índia, percebendo o crescimento de investimentos chineses na África busca seu espaço de influência no continente. Um fator fundamental que difere a atuação indiana da chinesa e da europeia reside no histórico colonial comum. Além disso, os investimentos indianos são caracterizados pela ausência de condicionantes para investimento, em contraste com os investimentos europeus. No que difere dos investimentos chineses, por sua vez, o investimento indiano é centrado no setor privado, diferentemente da China, que atua como Estado. A Índia ainda aposta no questionamento sobre a violação de Direitos Humanos, fato ignorado pela China. Por fim, ainda apresenta-se como ponto favorável ao investimento indiano o enfoque na criação de capacidades, ou seja, a busca pela qualificação profissional das populações africanas nos locais de atuação.

Este é o tripé de investimentos que Bodomo (2011) apresenta como principal no continente africano. O autor identifica no Brasil vantagens competitivas em relação aos três atores supracitados, que são pouco exploradas. O autor argumenta que o vínculo de sangue que liga o continente ao país não é suficiente para uma relação proveitosa, pois o Brasil precisa enfatizar as reais vantagens econômicas de seus investimentos. Bodomo (2011) cita, por exemplo, a possibilidade de criação de um nicho de mercado voltado para a produção de etanol e para a transferência de tecnologia em biocombustível.

Percebe-se, a partir da explanação do autor, que o potencial de investimento brasileiro na África pode ser mais bem aproveitado. Quando ocorre uma aproximação para investimentos que buscam o desenvolvimento mútuo de duas regiões, é importante que se escutem as necessidades de ambos os lados. O interesse brasileiro no desenvolvimento conjunto já se mostra presente no plano discursivo, deve-se agora analisar se as atuações do país no continente estão seguindo a mesma lógica presente no discurso.

3.3 A política exterior do Brasil para a África: uma breve recapitulação histórica

A Política Externa Independente, inaugurada pelo governo de Jânio Quadros em 31 de janeiro de 1961 até o golpe militar em 31 de março de 1964, consolidava-se a partir da ampliação das relações internacionais do Brasil para além das Américas e Europa Ocidental. A procura pela diversificação de mercados iniciou uma aproximação do Brasil com a África. Até então, a posição oficial do Brasil em relação ao colonialismo na ONU era de apoio, isso em função de sua aproximação com Portugal. Apenas com Jânio Quadros, tal postura é reconhecida como equivocada e merecedora de reparo. Segundo o então presidente, o Brasil deveria torna-se o mediador das relações de África com o Ocidente. Em relatório de 1961, o Itamaraty defende uma atuação brasileira em África isenta de intervencionismo em assuntos locais. É ainda nesse período que se dá a primeira visita de um chanceler brasileiro no continente africano, realizada por Afonso Arinos de Melo Franco (CERVO; BUENO, 2012).

Todavia, segundo Cervo e Bueno (2012), a atuação brasileira permaneceria mal encaminhada. Os votos de abstenção em relação ao colonialismo em Argélia e Angola não eram coerentes com os discursos governamentais brasileiros anticolonialistas e em favor da autodeterminação dos povos. Entretanto, ainda parecia haver um maior cuidado com as relações do país com Portugal, motivo pelo qual em lugar da condenação optou-se pela abstenção. De todo modo, aparecem nesse período alguns investimentos focados na relação, como, por exemplo, a criação de embaixadas e consulados em países como Gana, Nigéria e Senegal.

Durante o início do regime ditatorial brasileiro em 1964, as relações Brasil – África voltaram a esfriar durante a chamada “correção de rumos” de Castello Branco (CERVO; BUENO, 2012). Posteriormente, porém, a política externa brasileira retoma parte de seu projeto universalista inaugurado na Política Externa Independente, com ampliação da atuação internacional.

É apenas no governo Médici (1969 – 1974) que a África volta a ter papel de destaque na agenda internacional brasileira. A motivação, porém, é claramente econômica, não

ideológica. O Brasil precisava de mercados para exportar seus produtos, como os manufaturados com baixo valor agregado. Nesse período, os manufaturados superaram os primários nas exportações do país, que busca ampliar negócios e comércio com distintas regiões, dentre elas a África (CERVO; BUENO, 2012).

No governo Geisel, tem-se a retomada da lógica de autonomia na política externa brasileira. Nesse período inaugura-se o chamado “pragmatismo responsável e ecumênico”, defendido pelo chanceler Azeredo da Silveira, segundo o qual a estratégia de desenvolvimento para a política externa brasileira não estaria condicionada ao alinhamento ideológico dos Estados.

O Brasil se oferece para a mediação das negociações das colônias em África, proposta não muito bem recebida nem por Portugal, nem pelos movimentos de libertação africanos. Nesse período, ocorrem importantes acontecimentos para a relação do país com o continente africano, como, por exemplo, o fato de o Brasil vir a ser o primeiro país a reconhecer a independência de Angola em 1975. (CERVO; BUENO, 2012). Fato curioso e retrato do pragmatismo responsável e ecumênico, dado que o Brasil enfrentava uma ditadura militar e orientada politicamente à direita, enquanto o movimento de libertação de Angola, o MPLA, possuía diretrizes esquerdistas.

A partir do Senegal, onde se encontrava, Azeredo da Silveira pôde dirigir-se, em 1974, a toda África Negra, expondo a nova política brasileira, baseada desde então em três parâmetros: a) incremento da cooperação, na modalidade Sul-Sul, em proveito do desenvolvimento mútuo; b) respeito aos princípios da soberania e autodeterminação dos Estados e da independência econômica das sociedades; c) repulsa ao colonialismo e à discriminação racial, com apoio à independência da Namíbia e ao governo de maioria negra do Zimbábue. (...) A cooperação Sul-Sul vinha complementar a Norte-Sul, que nem os africanos, nem os brasileiros desejavam obstruir (CERVO; BUENO, 2012).

Durante o governo de Sarney (1985-1990) percebe-se um reforço das relações com a África. Devido ao *apartheid* e a intervenção da África do Sul nas guerras civis de Angola e Namíbia, o presidente da república anuncia a suspensão de toda cooperação cultural e esportiva com a África do Sul. O que parecia inaugurar uma aproximação consolidada e crescente, não se mostrou concreta durante as décadas de 1980 e

1990, que, apesar de não recuar nas relações, também não obteve avanços significativos. Permanece a atuação brasileira na CSS (Cooperação Sul-Sul), não por razões ideológicas, mas devido a sua dimensão pragmática, pois articular-se em grupo, proporciona força e poder de barganha no cenário internacional.

No governo Luiz Inácio Lula da Silva, as relações Brasil – África ganharam destaque novamente. Tal aproximação refletiu-se na abertura de novos postos diplomáticos, repetidas viagens presidenciais e acordos comerciais e de cooperação. Podemos exemplificar a importância dada ao olhar atento deste governo para o continente africano no discurso presidencial brasileiro na abertura da Cúpula África-América do Sul, realizada em Abuja, Nigéria em 30 de novembro de 2006:

Como diz o escritor e diplomata brasileiro Alberto da Costa e Silva, o vasto mar que nos separa é, na verdade, um simples rio – “um rio chamado Atlântico”. O que estamos fazendo aqui, hoje, é construir uma ponte entre as margens desse rio. Nossa ambição é ir além dos diálogos existentes e aproximar, em definitivo, os dois continentes. Esta Cúpula abre um novo capítulo na história das relações Sul-Sul. Duas importantes regiões em desenvolvimento se reúnem por vontade política própria, sem intermediários. Se queremos outra globalização – menos desigual, mais solidária – precisamos construir parcerias estratégicas que unam os países em desenvolvimento em torno dos mesmos objetivos e que atendam, sobretudo, os países mais pobres (FUNAG, 2008).

Saraiva (2012) utiliza essa afirmação para denominar um novo momento político nas relações exteriores brasileiras para a África: a parceria África Brasil atlântico. O autor afirma que estava estabelecido a partir do governo Lula uma nova postura perante o continente africano, pautada na via ativa, e não apenas reativa, da política africana. Essa política viria com uma mudança não apenas no plano de ações, mas também no plano discursivo, que inauguraria o discurso da dívida histórica, como veremos mais à frente.

Capítulo 4 – Análise do discurso político

4.1 Discurso, hegemonia e ideologia

Para adentrar à investigação discursiva, é importante que tenhamos em mente os conceitos utilizados pelo método adotado. A Análise do Discurso (AD) conceitua o discurso como linguagem em uso, conforme já mencionado nos capítulos iniciais desse trabalho. A Análise do Discurso Crítica (ADC) é, conforme apontamos, uma vertente da AD, que vincula sua análise a questões sociais, em especial quando se investiga relações de poder (Resende e Ramalho, 2006). A finalidade do estudo orientado pela AD, por sua vez, é investigar as articulações discursivas que conduzem os fenômenos sociais (Charaudeau, 2006).

A primeira questão levantada quando se depara com a nomenclatura Análise do Discurso Crítica é: por que a ADC é crítica? Fairclough (2003) e Chouliaraki e Fairclough (1999) apontam que a ADC se insere na esteira do pensamento da ciência social crítica, que busca, por sua vez, averiguar problemas sociais relacionados a poder e justiça. Daí a nomenclatura que diferencia essa perspectiva de análise. Partindo da noção de que a linguagem está presente em todos os níveis da vida social (estrutura social, evento social e prática social), a ADC empenha-se em “investigar criticamente como a desigualdade social é expressa, sinalizada, constituída, legitimada pelo uso do discurso” (Wodak, 2004, p. 225).

A ADC, então, apresenta o aporte metodológico para que a pesquisa científica possa desenvolver estudos sobre o papel do discurso nas transformações sociais, ao mesmo tempo que não perde de vista o contexto da produção discursiva. Tal perspectiva contribui para evidenciar a particularidade de discursos que se pretendem universais. Essa ideia possui evidente paralelo com a noção que Grosfoguel (2010, p.459) apresenta ao dizer que o êxito do sistema-mundo colonial/moderno está na capacidade de fazer com que os sujeitos situados no lado oprimido da diferença colonial reproduzam e pensem epistemicamente o discurso particular daqueles que se encontram em posições dominantes. Essa questão dos discursos particulares serem apresentados como universais é um ponto importante para a manutenção das hegemonias, pois trata do interesse particular de forma que ele é apresentado como

um interesse objetivo e geral, mantendo perspectivas próprias em evidência nas relações de poder.

Como ciência crítica, a ADC preocupa-se com efeitos ideológicos que (sentidos de) textos possam ter sobre relações sociais, ações e interações, conhecimentos, crenças, atitudes, valores, identidades. Isto é, sentidos a serviço de projetos particulares de dominação e exploração, que sustentam a distribuição desigual de poder (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 23).

Dando continuidade aos conceitos relacionados ao método, temos que a ADC apresenta característica interdisciplinar, pois se desenvolve abarcando uma interconexão de perspectivas disciplinares para responder às questões sociais que se propõe. Deste modo, essa corrente rompe com as fronteiras epistemológicas das teorias sociais, advogando pela abordagem sociodiscursiva. A partir da linguagem pode-se fortalecer relações de dominação, assim como também se pode contrariar essas relações (RAMALHO; RESENDE, 2011). A partir de um texto, é possível identificar elementos de continuidade e ruptura dessas relações de dominação. Assim, temos que a AD se configura como uma ferramenta que permite ao pesquisador “explorar o modo sistemático como os atores ou grupos sociais legitimam maneiras de ver o mundo, ou como se opõem a elas propondo modos alternativos às formas hegemônicas de construção da realidade social” (Quiroz, 2008, p.79).

Nessa linha, pressupõe-se uma relação dialética entre linguagem e sociedade. Isso ocorre porque assim como as questões sociais refletem-se no plano discursivo, as questões de discurso também são questões sociais. Tal perspectiva extrapola a noção da linguagem apenas como sistema semiótico, assim como também não se limita a pensar a linguagem como texto isolado. Desse modo, a ADC apresenta-se como uma linha de estudo que parte da noção de linguagem como prática social. Integra-se a essa análise tanto o sistema discursivo quanto o contexto em que ele está inserido (RAMALHO; RESENDE, 2011).

É importante ressaltar ainda que a ADC não compreende uma abordagem homogênea do estudo da linguagem. A heterogeneidade da ADC contribui para que essa abordagem esteja em constante atualização de suas influências, embora essa característica possa trazer certa instabilidade ao método. Todavia, observam-se

elementos que são constantes na ADC, e que permitem pensá-la de forma unificada. Essas continuidades, conforme apontam Resende e Ramalho (2009), são o engajamento social e a sistematização das análises dos textos como método de pesquisa.

Para Ramalho e Resende (2011) “discurso”, “hegemonia” e “ideologia” são conceitos essenciais para a articulação dos elementos linguísticos com as práticas sociais, exercício basilar na ADC. Tomando o discurso como ponto de partida para o debate conceitual, sublinham discurso, “é o momento integrante e irreduzível das práticas sociais que envolve a semiose/linguagem em **articulação** com os demais momentos das práticas: fenômeno mental, relações sociais e mundo material” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p.16, grifo do autor).

Fairclough (2003, p.26), por outro lado, apresenta dois significados para discurso na ADC. O primeiro, como “linguagem como momento irreduzível da vida social” em concepção mais abstrata e o segundo como “modo particular de representar parte do mundo” em concepção concreta. Representar o mundo de maneira particular tem a ver com lutas de poder. A ideia de lutas de poder acerca desse conceito leva-nos a compreender o poder como uma concepção passível de mudança. Não sendo estático, trata-se de condição temporária. Assim, chegamos num segundo conceito importante para a ADC, que é o conceito de poder como hegemonia (Gramsci, 1988; 1995). “A instabilidade da hegemonia é o que caracteriza o conceito de ‘luta hegemônica’” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p.24).

Manter-se em posição hegemônica demanda a propagação de uma visão particular de mundo, ou do discurso na concepção concreta de Fairclough (2003, p.26), de modo a generalizar um interesse de um grupo específico travestindo-o em interesse da sociedade em geral. Por isso, conforme apontam Ramalho e Resende (2011), para que se superem as relações assimétricas de poder é imperativo que se desvelem as ideologias. Tal procedimento pode ser um primeiro passo para a emancipação daqueles que se encontram numa posição subalterna nas relações de poder.

Se reproduzimos acriticamente um aspecto problemático do senso comum, a ideologia segue contribuindo para sustentar desigualdades. Se, ao contrário,

desvelamos, desnaturalizamos o senso comum, de maneira consciente, existe a possibilidade de coirmos, anularmos seu funcionamento ideológico. (RAMALHO; RESENDE, 2011, p.25-26).

Com efeito, Ramalho e Resende (2011, p.26) apontam que na concepção da ADC a “ideologia é, por natureza, hegemônica e, como tal, inerentemente negativa”. Desse modo, continuam as autoras, os “sentidos ideológicos servem necessariamente ao consenso, à universalização de interesses particulares projetados para estabelecer e sustentar relações de dominação” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p.26).

Assim, como é sabido, a ADC herda sua perspectiva crítica tanto da Linguística Crítica quanto da Ciência Social Crítica (RAMALHO; RESENDE, 2011, p.31). A partir do pensamento de Fairclough (2003), apresenta-se a ADC como corrente que dialoga também com o Realismo Crítico (RC). Tal pensamento tem sua base em Bhaskar (1989; 1998), segundo o qual “o mundo é um sistema aberto, em constante mudança e constituído por diferentes domínios (...), assim como por diferentes estratos”. Tais estratos do mundo configuram-se nos domínios *potencial*¹⁴, *realizado* e *empírico*.

Para exemplificar com base na linguagem, podemos associar o sistema semiótico (a potencialidade para significar) com o domínio do potencial e, por outro lado, os sentidos de textos com o domínio do realizado (o significado). O realizado é o domínio dos eventos que passam ou não por nossa experiência. O empírico, por sua vez, é o domínio das experiências efetivas, a parte do potencial e do realizado que é experienciado por atores sociais específicos. Neste caso, os exemplos seriam os textos (orais, escritos, visuais, multimodais) com que de fato tivemos contato em nossa vida (RAMALHO; RESENDE, 2011, p.34).

Na esteira dessa teoria, entende-se que a objetividade na análise do discurso, com o intuito de se descobrir uma *realidade* por traz do texto, deve ser descartada, uma vez que a análise passa, necessariamente pela experiência pessoal do pesquisador. Portanto, o problema social a partir do qual o pesquisador analisa seus aspectos semióticos, assim como a abordagem que empenha no trabalho possuem cunho

¹⁴ O termo *potencial* é uma adaptação de Fairclough (2003) adotada por Ramalho e Resende (2011) em substituição ao termo original de Bhaskar (1989) *real*. Os autores consultados para este trabalho optam pelo termo *potencial* por melhor representar “o domínio da realidade ligado aos poderes dos objetos sociais *potencialmente* ativados em eventos” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 33, grifo do autor).

subjetivo. A cientificidade das pesquisas por tal método reside, então, na base teórica com a qual se analisa a rigor o material empírico no processo de investigação.

Seguindo o planejamento de pesquisa em ADC conforme sugerido por (RAMALHO; RESENDE, 2011, p.79), iniciou-se a pesquisa delimitando os componentes do mundo social que a pesquisa foca suas atenções. Posteriormente, apresentou-se o lugar epistêmico a partir do qual o problema de pesquisa seria observado. Segue-se agora as decisões de caráter metodológico, tanto em relação à coleta de dados, quanto em relação às estratégias de sistematização e análise de dados.

A pesquisa demandou uma abordagem documental, cujo material empírico foram os discursos presidenciais proferidos pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seus 8 anos de presidência da república, entre 2003 e 2010. Conforme apontado no início deste trabalho, partiu-se de uma amostra inicial de 2.262 discursos, referentes a todos os discursos disponíveis na Biblioteca Presidencial. A partir dessa amostra total buscou-se a construção de três nós temáticos, sendo eles: 1) África; 2) Cooperação internacional; 3) Sul-Sul. A partir da filtragem desses nós, chegou-se a um corpus analítico de 30 discursos, conforme a tabela de referência textual a seguir:

Quadro 1: Referências textuais do *corpus analítico* com os códigos de referência textual

Título	Código de referência textual	Data	Local do discurso
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no III Fórum Social Mundial	D1	24 de janeiro de 2003	Porto Alegre – RS
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no XXXIII Fórum Econômico Mundial	D2	26 de janeiro de 2003	Davos – Suíça
Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita do Presidente da Argentina, Eduardo Duhalde	D3	14 de janeiro de 2003	Palácio do Planalto
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de assinatura de projetos de cooperação técnica entre a República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação – FAO	D4	14 de fevereiro de 2003	Palácio Itamaraty
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula Da Silva, na cerimônia de instalação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	D5	21 de março de 2003	Palácio do Planalto
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse do Presidente da Associação Comercial de São Paulo	D6	27 de março de 2003	São Paulo – SP

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na visita do Primeiro-Ministro da Malásia, Mahatir Mohamad	D7	17 de março de 2003	Palácio do Itamaraty
Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional	D8	01 de janeiro de 2003	Brasília – DF
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço de trabalho oferecido pelo Presidente da França, Jacques Chirac	D9	01 de junho de 2003	Evian – França
Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante sessão especial da 91ª Conferência Internacional do Trabalho – OIT	D10	02 de junho de 2003	Genebra – Suíça,
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do almoço oferecido pelo Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe	D11	02 de novembro de 2003	São Tomé e Príncipe
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do “Encontro Empresarial Brasil-Angola: Comércio e Investimentos”	D12	03 de novembro de 2003	Angola
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no seminário “Promoção de Consenso Político para a Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio na América Latina e no Caribe”	D13	17 de novembro de 2003	Brasília – DF
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Conselho de Relações Internacionais – Councilon Foreign Relations	D14	25 de setembro de 2003	Nova Iorque – EUA

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da II Sessão de Trabalho – “Desenvolvimento Social”, na Cúpula Extraordinária das Américas	D15	13 de janeiro de 2004	Monterrey – México
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Reunião de Trabalho sobre Coesão Social – III Cúpula América Latina e Caribe – União Europeia	D16	28 de maio de 2004	Guadalajara – México
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento nacional da Loteria Timemania	D17	04 de maio de 2005	Palácio do Planalto
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de formatura da Turma de 2002 do Programa de Formação e Aperfeiçoamento do Instituto Rio Branco	D18	01 de setembro de 2005	Palácio Itamaraty
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião entre Chefes de Estado e de Governo da África do Sul, China, Índia e México	D19	07 de julho de 2005	Gleneagles – Escócia
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Primeira Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul- Americana de Nações (Casa)	D20	30 de setembro de 2005	Palácio Itamaraty
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita ao Brasil do Presidente da França, Jacques Chirac	D21	25 de maio de 2006	Palácio da Alvorada

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a Sessão Plenária da Cimeira Empresarial Brasil-União Europeia	D22	04 de julho de 2007	Lisboa
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de assinatura de atos e lançamento de programas em Belém do Pará	D23	30 de maio de 2008	Belém – PA
Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a cerimônia de instalação do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - Sudam	D24	30 de maio de 2008	Belém – PA
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Fórum de Legisladores dos Países do G-8 e do Brasil, China, Índia, México e África do Sul (G-8+5)	D25	21 de fevereiro de 2008	Brasília – DF
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de abertura da Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar	D26	16 de novembro de 2009	Roma – Itália
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento do encontro empresarial Brasil-Jordânia	D27	18 de março de 2010	Amã – Jordânia
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço oferecido ao presidente do Mali, Amadou Toumani Touré	D28	08 de abril de 2010	Palácio Itamaraty

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante cerimônia de inauguração do Embrapa Estudos Estratégicos e Capacitação	D29	10 de maio de 2010	Brasília – DF
Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas	D30	26 de outubro de 2010	Palácio do Planalto

Em termos quantitativos, percebe-se uma concentração maior de discursos no ano de 2003. Tal fato pode se explicar pelo fato de se tratar do ano inicial do governo Lula, no qual se tem uma preocupação maior em estabelecer as diretrizes da gestão.

Dando continuidade aos procedimentos metodológicos, usou-se como eixo condutor da análise as questões: 1) Que sentidos potencialmente ideológicos são articulados nos textos dos discursos de Luiz Inácio Lula da Silva quanto ao tema cooperação internacional? 2) Como são articulados esses sentidos quando conectados à aproximação com o continente africano? 3) Há conexões ou diferenças importantes quando se fala em África em comparação a outras relações do eixo Sul? Há conexões entre os desejos de mudança social e a mudança discursiva?

4.2 Governo Lula: contextualização e a evidência do “discurso da dívida”

Dando seguimento às etapas de análise propostas por Chouliaraki e Fairclough (1999), apresentamos a seguir a *prática particular* na qual se insere nosso problema de pesquisa. O objetivo aqui é mostrar em linhas gerais como as relações entre Brasil e África se reconfiguraram no século XXI, em especial no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para cumprir esse fim, lançaremos mão da obra de Saraiva (2012), na qual o autor apresenta as relações internacionais dos parceiros aqui trabalhados e expõe a forma como a diplomacia brasileira guinou para o continente africano na chamada “década de ouro do crescimento econômico na África” (Saraiva, 2012).

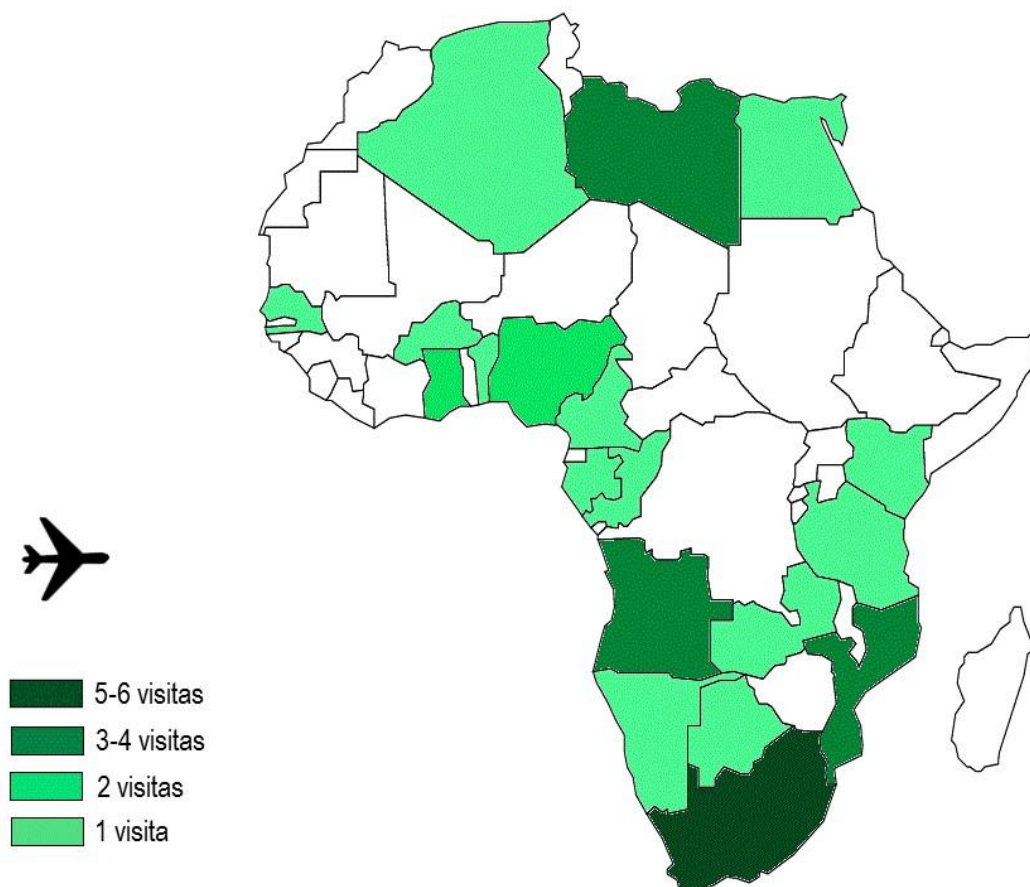
Saraiva (2012) aponta que o Brasil, com vistas a fortalecer suas bases políticas de aproximação com o continente africano, aumentou seus investimentos e sua presença comercial, assim como o número de visitas presidenciais e criação de embaixadas na África. O autor valora o período anterior ao governo Lula como um período de “silêncio nas relações do país com a África” e o período inaugural como um “ciclo virtuoso de cooperação e projetos altruístas” (Saraiva, 2012). De fato, como expõe a seguir, podem ser percebidos considerados avanços nas relações entre Brasil e África, em especial se considerado o vácuo do diálogo em períodos anteriores. Entretanto,

valorar tal relação como altruísmo, parece-nos um tanto forçoso como propaganda ideológica governamental.

De todo modo, deve-se reconhecer que o governo Lula demonstrou avanços importantes no que diz respeito a, pelo menos, uma tentativa de diversificação das relações internacionais brasileiras. O olhar ao Sul aparece em consonância com uma política que busca desprender-se do poderio hegemônico global, tentando, ainda que com muitas marcas dessa relação de poder instituída, mostrar-se como alternativa.

Essa reconfiguração das políticas para África é percebida logo no início do governo Lula, em 2003 e 2004, quando o então presidente faz três viagens a vários países da África austral, central, atlântica e do norte. Essa presença do ex-presidente no continente é perpetuada em todos anos subsequentes de seu governo, com maior intensidade no primeiro mandato, conforme aponta Saraiva (2012). No mapa a seguir, adaptado de Bambo (2014), pode-se ter uma noção mais clara das visitas e da intensidade de viagens do ex-presidente Lula ao longo do continente africano.

Figura 2: Viagens de Luiz Inácio Lula da Silva à África em seus dois mandatos presidenciais (2003-2010)¹⁵



Segundo Saraiva (2012), essa recuperação das relações entre Brasil e África apresenta novas bases. Essa caracterização inaugural pauta-se, em primeiro lugar, numa concertação política de interesses entre os parceiros, ampliando a voz, em especial, dos empresários da expansão capitalista brasileira e de agentes da diplomacia.

Outra característica inaugural apontada por Saraiva (2012) trata da revisão do discurso culturalista da cooperação com África, adotado em governos anteriores. O conceito de discurso culturalista, definido por Saraiva (1996), enfatiza recurso discursivo das elites brasileiras, que apresentam uma África romanceada, uma África-mãe pura e sem conflitos, lugar ao qual se retoma as origens do Brasil.

Essa idílica relação – defendida por várias correntes intelectuais e políticas no Brasil, de Gilberto Freyre a modernas vertentes do movimento negro no

¹⁵Figura elaborada pela autora com base em Bambo (2014).

Brasil, mas em especial por setores diplomáticos e empresariais envolvidos na articulação com a África – sublinha que o voltar-se para a África significa o encontro com a cultura africana tradicional e reconstruída no Brasil (SARAIVA, 2012, p.110).

Saraiva (2012) critica duramente essa postura discursiva, uma vez que se utilizou desses recursos para romancear uma relação que era majoritariamente pragmática e mercantil. Essa relação, insensível aos contextos locais e ignorante da própria evolução histórica africana, ainda que fortemente combatida nessa nova configuração das relações entre Brasil e África, apresenta continuidades que devem ser percebidas com fins a radicalizar esse movimento inaugurado pelo governo Lula. Entendemos que a superação de tais posturas parte de um processo paulatino de análises críticas dos recursos discursivos utilizados.

O discurso inaugural passa então ao que Saraiva (2012) denomina como discurso da dívida histórica. O discurso da dívida histórica, em contrapartida ao discurso romântico culturalista, preocupa-se em evidenciar estigmas históricos, expondo que a africanidade brasileira construiu-se nas bases desumanas da escravização. Segundo Saraiva (2012) essa reconfiguração dos recursos discursivos pauta-se num consenso social e político, e se configura por intermédio do parlamento, universidades, grupos afro-brasileiros, empresas e atores da opinião pública.

Para Saraiva (2012) o novo discurso da dívida histórica vem construindo entre as lideranças africanas uma identificação bastante diferente da retórica anterior. O autor afirma que a ideia de “solidariedade cultural” engendrou ilusões no campo das relações entre os parceiros. Entretanto, conforme veremos a seguir na análise dos discursos presidenciais de Lula, a constante *solidariedade* ainda se apresenta como um argumento problemático na materialidade discursiva apresentada.

Para Saraiva (2012), essa reconfiguração do discurso “é mais pragmática, horizontal, parceira e solidária, ao vincular interesses e valores” (Saraiva, 2012, p.99). Segundo o autor, essas orientações não se limitaram ao campo discursivo. De fato, deve-se reconhecer a ampla agenda brasileira em projetos de cooperação para África durante o governo Lula. O autor cita como exemplo os projetos lançados a partir da Fiocruz

no campo de combate à AIDS, além de iniciativas por meio do SEBRAE e da EMBRAPA.

Essas ações configuram um esforço do Brasil em favor de uma valorização dos arranjos Sul-Sul. As ações têm como base interesses em comum entre os parceiros, como por exemplo as negociações internacionais relativas ao acesso dos produtos agrícolas brasileiros e africanos nos mercados do Norte. Saraiva (2012) aponta que no plano econômico, Brasil e África engendram esforços em iniciativas nos órgãos multilaterais econômicos.

No plano bilateral, o autor aponta para iniciativas em projetos de CSS que envolvem investimentos estrangeiros diretos por parte do Brasil operando em países africanos. A diretriz dessa nova forma de aproximação, continua o autor, é baseada numa noção de desenvolvimento sustentável para os parceiros envolvidos que enfrentam um cenário global dominado por relações de poder assimétricas.

As constatações da Assembleia Geral da UNCTAD no Rio de Janeiro (2004), no mesmo contexto nos quais africanos e brasileiros celebravam vitórias em novas rodadas no comércio internacional contra subsídios excessivos dos produtores europeus e norte-americanos, são as de que um novo Sul está em formação, compondo coalizões anti-hegemônicas nas quais o Brasil e vários estados africanos se embrenharam (SARAIVA, 2012, p.101).

Sendo assim, a partir do exposto, pode-se perceber que o governo Lula representou avanços importantes no que diz respeito a ações e, em especial para a análise proposta neste trabalho, modificações conceituais na construção dos discursos presidenciais voltados para a relação com a África. Essa reconfiguração léxica é fruto de esforços que partem da própria sociedade brasileira em buscar reconhecimento de sua africanidade com vistas a amenizar as diferenças sociais historicamente enraizadas. Os desafios de romper com uma perspectiva romanceada, entretanto, permanecem. A expressão *solidariedade*, presente em vários dos fragmentos discursivos analisados a seguir, é exemplo marcante das continuidades que permeiam os “imaginários de verdade” (Charaudeau, 2006) que promovem uma percepção falseada das relações em Brasil e África.

4.3 Dívida histórica e solidariedade como eixo argumentativo no discurso presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva para cooperação internacional Brasil – África

Neste capítulo será realizada a análise das compreensões a partir das descrições de trechos do corpus analítico que evidenciem os eixos argumentativos a partir do qual foi delineado o problema em foco. O objetivo aqui é evidenciar como o plano discursivo dialoga com a prática social na medida em que tenciona lutas hegemônicas e relações de poder.

A partir da coleta e análise do material organizamos dois eixos argumentativos centrais nos discursos analisados: *solidariedade* e *dívida histórica*. Conforme já mencionado, Saraiva (2012) identifica esse eixo argumentativo da dívida histórica em contraposição ao argumento culturalista. O discurso culturalista¹⁶ forja o lusotropicalismo de matriz freyniana como conceito na política externa brasileira para África. Esse discurso culturalista dissemina ilusões como a falácia da igualdade racial no Brasil.

Em contraposição, o discurso da dívida histórica associa-se aos debates que buscam a recuperação da afro-brasilidade no Brasil, como é o caso, por exemplo das políticas de cotas em universidades para afro-descendentes. Tais políticas são identificadas por Saraiva (2012) como os aspectos dessa nova perspectiva em relação à África na política interna (Saraiva, 2012; 1993).

Nessa nova visão faz-se questão de lembrar que o elo de construção da africanidade brasileira foi a escravidão, não a cordialidade oficial do discurso cultural. Se a escravidão foi o coração que fez pulsar a organização social da colônia portuguesa nos trópicos e se tornou o amálgama da organização do Estado imperial no século XIX, foi também ela que produziu a sociedade dos desiguais, dos meio-cidadãos e de uma das mais perversas ordens sociais assimétricas já verificadas na história das Américas (SARAIVA, 2012, p.111).

¹⁶O discurso culturalista nasce oficialmente com Jânio Quadros na Política Externa Independente. O ex-presidente identificava uma “identidade espiritual” do Brasil com a África, e defendia que a estabilidade e prosperidade da África eram essenciais para o desenvolvimento do Brasil. Já em Quadros havia o argumento de uma “dívida” com África, essa dívida, entretanto, não era histórica, mas cultural. Foi no governo de Quadros que o Brasil proclamou o anticolonialismo como diretriz da política externa para África, até então, como já visto em capítulos anteriores desse trabalho, o país havia apoiado o colonialismo europeu nas Nações Unidas (Saraiva, 1993).

O discurso da dívida histórica busca evidenciar as raízes dessas discrepâncias sociais, conforme pode-se observar do trecho do discurso a seguir, referente à primeira visita oficial do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à África, em São Tomé e Príncipe:

(D11) Ao observar do alto do avião a exuberante paisagem que cobre esta Ilha, não pude deixar de lembrar do Brasil com orgulho, ao pensar nos laços que a história forjou, nas afinidades culturais, em nosso desejo comum de traçarmos um caminho de crescente cooperação. Mas também com certa tristeza, pois São Tomé e Príncipe participou diretamente do processo de colonização do Brasil.

Desta Ilha partiram grandes contingentes de africanos escravizados, durante um dos capítulos mais sombrios da história da humanidade. Daqui, transferiram-se para o Nordeste brasileiro os primeiros engenhos de açúcar. Mas, hoje, nos reencontramos para celebrar os laços de amizade fraterna que nos unem, e olhar para um futuro de realizações em benefício de nossos povos.

Não há, contudo, a negação do culturalismo, mas um desvelamento das ingenuidades atreladas a essa perspectiva até então dominante no discurso brasileiro. Busca-se evidenciar aspectos históricos que antes eram suprimidos, contudo permanece o argumento dos laços sanguíneos. Argumento esse que, para Bodomo (2011) é insuficiente para justificar uma cooperação exitosa ou, sequer, preferencial frente a outros investidores.

O discurso de cooperação brasileiro com a África, conforme vimos, apresenta a questão da herança histórica como um fator motivacional para a alteração do foco das relações internacionais brasileiras, que conforme veremos também, não substitui um olhar (norte) ao outro (sul), mas redimensiona e amplifica sua atuação. É interessante perceber que quando essa relação é direcionada ao Norte, não há a necessidade de justificativas, entretanto quando se volta ao Sul, é preciso encontrar amparo da história que sustente esse novo olhar.

(D5) Nas relações internacionais, o nosso país praticamente esqueceu a África. O meu Governo vai voltar a dar atenção a esse grande continente, que é o nosso irmão de sangue e de raízes espirituais. Em alguns países africanos o Brasil não tem embaixada e nem sequer um escritório de representação. Vamos buscar maior intercâmbio político, cultural e comercial, imprescindível aos nossos povos, em particular os de língua portuguesa.

(D10) Com 76 milhões de afrodescendentes, somos a segunda maior nação negra do mundo, atrás só da Nigéria. Estou pessoalmente empenhado em refletir essa realidade em nossa atuação interna e externa. Temos um compromisso político, moral e histórico com a África, e com os brasileiros que descendem dos africanos. E vamos honrar esse compromisso.

Como foi mencionado em capítulos anteriores, não há uma mudança de argumentação quando analisados os discursos voltados para diferentes países especificamente em África. Entretanto, há uma valorização daqueles com os quais o Brasil possui o lastro comum da língua portuguesa. Referência ao idioma, que inevitavelmente remete ao passado colonial, é referenciada como um motivo a mais para o vínculo cooperativo. À guisa de exemplo, temos:

(D11) Além de todos os laços e referências comuns que mencionei ao início, há outro elo que une nossos povos. Refiro-me ao nosso idioma comum, português. Estamos constituindo uma identidade coletiva entre nações orgulhosas de suas personalidades próprias na América, na África, na Europa e na Ásia.

(D12) Tenho dito que o estreitamento de relações com a África constitui, para o Brasil, uma obrigação política, moral e histórica. São muitos os laços que nos unem ao continente africano e, em especial, aos países lusófonos.

A aproximação com o Sul global é demonstrada pelos discursos de Lula como um fortalecimento frente aos organismos internacionais, de forma a aumentar o poder de

barganha do Sul quando esse se mostra unificado em busca de interesses compartilhados. Em discurso proferido em Angola no “Encontro Empresarial Brasil-Angola: Comércio e Investimentos”, Lula enfatiza a concertação política entre os dois países, assim como com os demais países em desenvolvimento, como forma de fortalecer suas respectivas posições frente as negociações comerciais:

(D12) O Brasil tem cobrado coerência dos países ricos que, ao mesmo tempo em que defendem a abertura das fronteiras econômicas internacionais, protegem os seus próprios mercados, concedendo subsídios intoleráveis e erguendo barreiras à entrada de produtos produzidos de forma competitiva nos países mais pobres.

Por essa razão, é fundamental que os países em desenvolvimento se unam e se coordenem no campo das negociações comerciais internacionais, como na OMC.

Em paralelo à busca de avanços nas negociações comerciais internacionais devemos, os países do Sul, ampliar nossa integração melhorando as ligações dentro de nossas regiões e entre elas.

Tal aspecto evidencia as tensões de poder estabelecidas num cenário internacional dominado por um poder hegemônico centrado ao Norte. Percebe-se a produção de sentido voltada para o debate da tensão Norte-Sul como fortalecimento do argumento de priorizar as relações horizontais, já que essas estariam falando de igual para igual. Além disso, quando se utiliza a expressão “*O Brasil tem cobrado*”, imputa-se uma posição de liderança regional que muito se aproxima de uma posição de tutela frente aos outros países do Sul. A perspectiva de liderança também é evidenciada quando o país se posiciona como modelo a ser seguido:

(D10) Nossos projetos de cooperação técnica com a África incluem, cada vez mais, um componente social. A OIT pode contribuir para difundir essas iniciativas inovadoras em várias partes do mundo.

Assim como também é evidenciada no discurso referente à sessão de abertura da Cúpula Mundial sobre Segurança Alimentar, em que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva determina como os novos padrões de cooperação internacional devem se tornar exitosos quando seguido o exemplo brasileiro de cooperação:

(D26) Não teremos êxito no combate à fome se não mudarmos radicalmente os padrões de cooperação internacional. É preciso virar a página dos modelos impostos de fora. Não faz sentido que o FMI e o Banco Mundial imponham ajustes estruturais que inviabilizem as políticas públicas de estímulo à agricultura dos países mais pobres. Não podemos desperdiçar as experiências acumuladas nos próprios países beneficiários.

Esse é o caminho trilhado pelo Brasil para cooperar com as nações mais pobres na luta contra a insegurança alimentar. Transferimos, sem condicionalidades, a tecnologia de ponta que revolucionou nossa agricultura e compartilhamos nossas exitosas políticas públicas de inclusão social.

Tenho, nesse sentido, recebido dezenas de líderes africanos no Brasil, e visitei 21 países na África, alguns deles mais de uma vez. Ontem, realizamos um encontro África-Brasil para discutir a participação da Embrapa no desenvolvimento da agricultura na savana africana.

O discurso evidencia uma disputa de tensões hegemônicas quando destaca o termo *modelos impostos de fora* em contraposição ao *caminho trilhado pelo Brasil*. A partir do fragmento supracitado, percebe-se que o Brasil de Lula se posiciona como liderança no sul global que dialoga em benefício de interesses mútuos, uma vez que se trata de um *caminho trilhado pelo Brasil*, porém em diálogo com os líderes africanos.

A tensão Norte-Sul é fortalecida quando se apela para o lado emotivo do receptor do discurso. Segundo Charaudeau (2006) o campo da política envolve confrontos discursivos que perpassam pela questão da discussão e da persuasão. Isso ocorre em razão de se mostrarem evidentes no campo político relações que tensionam forças

de influência. Assim, fica evidente o apelo emocional como estratégia de persuasão quando Lula compara a situação das *crianças negras* com a situação das *crianças de olhos azuis*, em seu discurso no III Fórum Social Mundial em Porto Alegre (RS, Brasil):

(D1) Eu quero fazer questão de ir a Davos e dizer em Davos exatamente o que eu diria para um companheiro qualquer que está aqui neste palanque, dizer em Davos de que não é possível continuar uma ordem econômica onde poucos podem comer cinco vezes ao dia e muitos passam cinco dias sem comer no planeta terra, dizer a eles de que é preciso uma nova ordem econômica mundial e que o resultado da riqueza seja distribuída de forma mais justa para que os países pobres tenham a oportunidade de serem menos pobres.

Dizer a eles que as crianças negras da África tem tanto direito de comer quanto as crianças de olhos azuis que nascem nos países nórdicos. Dizer a eles que as crianças pobres da América Latina tem tanto direito de comer como qualquer outra criança que nasça em qualquer parte do mundo. Dizer a eles que o mundo não está precisando de guerra, o mundo está precisando de paz, o mundo está precisando de compreensão.

O apelo ao emocional culmina em diversas vezes no argumento da solidariedade. Tal perspectiva anunciaria uma ausência de interesses comerciais nessas relações. Essa ausência dos interesses comerciais, já discutida por Almeida (2015) e Almeida e Kraychete (2013), aparece justamente em um momento de crise econômica mundial e na “década de ouro do crescimento econômico na África” (Saraiva, 2012). Assim, percebe-se que as relações no eixo Sul não apenas se fortalecem por uma questão de fraternidade, mas de novas oportunidades frente às conjunturas da economia global. Lê-se em uma narrativa discursada por ocasião do III Fórum Social Mundial:

(D1) O nosso país durante 500 anos ficou olhando para a Europa, está na hora de olhar para a África e para a América do Sul, está na hora de estabelecer novas parcerias para que a gente possa ser mais independente, fortalecer o Mercosul e estabelecer uma força política para negociar.

Os confrontos discursivos são evidenciados quando, em outro momento, no XXXIII Fórum Econômico Mundial em Davos (Suíça), o discurso anuncia interesses nacionais, que todavia são parte de um projeto universalista. Desse modo, justifica-se pelo discurso a defesa da solidariedade, ainda que se mostrem visíveis os interesses nacionais nessa relação de cooperação.

(D2) A preservação dos interesses nacionais não é incompatível com a cooperação e a solidariedade. Nosso projeto nacional não é xenófobo e, sim, universalista.

Nota-se que existe uma preocupação em atribuir culpa à posição subalterna dos países em desenvolvimento, assim como há a preocupação em evidenciar os aspectos históricos da posição atual dos países desenvolvidos. Isso porque em diversos momentos percebe-se uma justificativa de tal situação, seja pelo acometimento histórico de explorações, seja por um posicionamento errôneo da própria política dos países do Sul, mas que ainda assim diz respeito às elites:

(D1) Nós somos pobres, uma parte pode ser culpa dos países ricos, mas uma parte pode ser culpa de uma parte da elite ou do continente sul-americano que governou de forma subserviente, que governou de forma subalterna este país praticando os casos mais absurdos de corrupção.

(D2) Não fiquem indefinidamente esperando sinais para mudarem de atitude em relação ao meu país e aos países em desenvolvimento. Os povos, como os indivíduos, precisam de oportunidades. Os países ricos de hoje só o são porque tiveram as suas oportunidades históricas.

Desse modo, ainda que se reconheça aspectos da gestão interna na posição que os países se encontram nas relações de poder no cenário internacional, o argumento histórico está presente também nesse sentido.

A questão das hegemonias também é evidenciada no discurso:

(D8) A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da Humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada estado.

É interessante perceber que a crítica à tutela dos *países ricos* não afeta a pretensão de posição de tutor do Brasil. Então, ao mesmo tempo em que se fala contrário ao *olhar piedoso dos países ricos*, fala-se que o Brasil não deve ser indiferente à situação de *dos países de menor desenvolvimento relativo*:

(D11) Países como o Brasil não podem ficar alheios à situação dos países de menor desenvolvimento relativo. Os que dispõem de maior capacidade podem e devem ter políticas solidárias e fraternas em favor das nações mais necessitadas.

Por outro lado, quando se coloca uma atenção ao norte, diz-se que:

(D9) Não queremos o olhar piedoso dos países ricos. Necessitamos de soluções estruturais, que devem fazer parte de um conjunto de mudanças na economia mundial.

O que justifica tal posicionamento é justamente a dupla condição brasileira de doador e receptor de cooperação internacional. Tal perspectiva, que pressupõe um olhar de igual para igual, consolida o conceito de horizontalidade, também utilizado como diferencial da cooperação brasileira.

(D28) A aproximação do Brasil com a África é motivada pela mesma busca de justiça e cooperação solidária. Prova disso é nossa parceria com os países produtores de algodão. Somos aliados contra os que pregam o livre comércio, mas praticam o protecionismo.

(D30) A verdade é que estamos todos no mesmo barco, e apenas a solidariedade e a cooperação internacional nos permitirão vencer esses desafios.

No que tange os aspectos discursivos do discurso presidencial brasileiro para a cooperação em África, pode-se perceber uma constante em defesa de um desenvolvimento sustentável que se apresente como uma alternativa aos modelos hegemônicos da ordem econômica. Percebe-se uma inevitável associação de cooperação e solidariedade, na qual se tenta desvincular os aspectos econômicos da cooperação internacional.

Torna-se praticamente impossível submeter tais textos a uma avaliação que generalize ou que vincule conclusões definitivas. A heterogeneidade discursiva presente no corpus analítico evidencia que tensões de poder são percebidas tanto no plano social quanto no plano discursivo. Não cabe aqui julgar intencionalidades, mas aquilo que é produzido como sentido.

Nota-se que a repercussão de pretensões hegemônicas, assim como a própria necessidade de argumentos que justifiquem o olhar ao Sul, são repercussões do modelo hegemônico do sistema-mundo colonial/moderno (Grosfoguel, 2010). Não obstante, nota-se também fissuras na reprodução desse modelo. Algumas aplicações podem ser encontradas na proposta de um novo modelo de cooperação internacional que estabelece compromissos e não condicionantes. Tal modelo, entretanto, conforme vimos, não é exclusividade da atuação brasileira, uma vez que já tem seu espaço em atuações da China e da Índia na África (Bodomo, 2011).

Capítulo 5 – Considerações Finais

O discurso do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com vistas à cooperação em África, esforça-se em evidenciar os laços históricos que unem o continente ao Brasil. À isso, soma-se uma perspectiva de cooperação vinculada ao sentimento de solidariedade. Percebe-se também que se vincula a ideia de horizontalidade das relações, uma vez que os parceiros estariam dialogando de igual para igual.

Todas as associações discursivas percebidas [África-irmandade; cooperação-solidariedade; horizontalidade] são passíveis de críticas quando relacionadas ao plano social e ao contexto histórico. Sem entrar no mérito da efetividade dos projetos de cooperação, as relações feitas vão incutem o pensamento de relação de tutela, que por tanto tempo permeou as relações Norte-Sul. Como bem apontou Bodomo (2011), a história não é suficiente para dar ao Brasil alguma posição privilegiada nas relações com África.

A perspectiva da cooperação como solidariedade, por sua vez, tampouco demonstra qualquer privilégio nas relações, já que pressupõe uma ausência de interesses comerciais que de fato não acontece, como pode ser avaliado a partir dos autores que trabalham o tema e foram aqui expostos. Ao colocar-se como doador, o Brasil também elimina a noção de horizontalidade de relações, uma vez que relações horizontais poderiam pressupor trocas, mas não relações de doação e recepção.

Ainda que se tenha a elevação do discurso da dívida histórica, o que, de certa forma, reconhece a fragilidade das relações Brasil-África, que por tanto tempo ignorou as condições em que a sociedade brasileira se formou, o marco da tutela ainda permeia grande parte dos discursos presidenciais brasileiros voltados para a África.

Não queremos aqui tirar o reconhecimento dos avanços, mas pensar criticamente em que medida estamos de fato avançando e em que aspectos estamos reproduzindo relações assimétricas numa disputa por poder. A análise do plano discursivo contribui para pensar as produções de sentido vinculadas a esses discursos presidenciais.

Há, evidentemente, correlações entre o discurso e o plano social. A evidenciação dos aspectos históricos no discurso presidencial, de todo modo, configura-se como um aspecto de tentativa de emancipação social. Clama-se por transparência nessa questão.

As análises são seletivas porque o trabalho se propõe a responder questões específicas levantadas pelo pesquisador, dentre as infinitas possibilidades de questões que poderiam se colocar frente ao mesmo material de estudo. Assim “não devemos presumir que a realidade de textos seja exaurida por nosso conhecimento sobre eles” (Fairclough, 2003, p.14).

Uma dificuldade na avaliação destes discursos refere-se a percepção de que se tratam de narrativas. Quanto a isso, se soma o fato de que as análises discursivas são, antes de tudo, análises perpetuamente incompletas e subjetivas, pois “o trabalho de descrição e interpretação de conexões [...] não pode ser feito de maneira satisfatória apenas com base em análises de textos” (Ramalho e Resende, p.105, 2011). Discursos são produzidos a fim de servir interesses, por isso deve-se evitar a reprodução de tais perspectivas acriticamente.

De todo modo, pode-se arriscar que a produção discursiva de Luiz Inácio Lula da Silva se aproxima um pouco mais de uma proposta de descolonização das relações entre os Estados, ainda que sejam pequenos fragmentos que evidenciam um afastamento do pensamento hegemônico. O hegemônico sistema-mundo colonial/moderno (Grosfoguel, 2010) logicamente ainda predomina nas diretrizes das relações, mas as pequenas resistências aparecem, pelo menos no plano discursivo, buscando rupturas nas continuidades de poder.

Considerando o conceito de memória discursiva apresentado por Courtine (1981), entende-se que as formulações discursivas incutem em seu domínio formulações que repetem, refutam, transformam ou negam outras formulações a elas associadas. Desse modo, tem-se uma pluralidade de tempos históricos nas formulações discursivas. Tal aspecto confere ao discurso uma heterogeneidade, de modo que as tensões das relações de poder são evidenciadas na formação discursiva.

Partindo do pressuposto de Courtine (1981), entendemos que os aspectos contraditórios no discurso do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva são frutos de memórias discursivas que fazem parte de uma ideologia dominante. Pela perspectiva deste trabalho, não se pode ainda falar em um discurso descolonizador, entretanto, pode-se pensar sim em pequenas manifestações de resistência evidenciadas na heterogeneidade da formação discursiva. Essa heterogeneidade manifesta-se na tensão entre reprodução e contestação das hegemonias no plano discursivo.

Por fim, entendemos que os processos de transformação social aqui avaliados são processos paulatinos, e sua reflexão no plano discursivo acompanha essa morosidade. Ainda é demasiado cedo para se pensar em discursos presidenciais descolonizadores, todavia, percebemos aspectos discursivos que demonstram maior preocupação com a construção de um mundo socialmente mais justo. Quando percebemos tais preocupações em discursos de próceres políticos, como Luiz Inácio Lula da Silva, infere-se uma latente exposição de valores contra hegemônicos num mar de lutas por poder.

Referências

AFIGBO, A. E. (2011) Repercussões sociais da dominação colonial: novas estruturas sociais. In: *África sob dominação colonial, 1880-1935* (3ª. Edição) (MEC – Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos, Trad.) p.567-589. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul. ABC: Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Manuais>>. Acesso em: 18 de junho de 2016.

ALMEIDA, E. L.; KRAYCHETE, E. S. (2013). O discurso brasileiro para a cooperação em Moçambique: existe ajuda desinteressada? *Astrolabio* (Buenos Aires), v. 10, p. 341-374.

BAMBIRRA, V. O capitalismo dependente latino-americano. In: BICHIR, M. M. (2014) *O capitalismo dependente latino-americano* [Vânia Bambirra]. *Crítica Marxista*, n.39, p.189-191.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2006.

BERNSTEIN, H. *Verbetes Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. In: OUTHWAITE, W.: BOTTOMORE, T. (Org.) (1996) *Dicionário do pensamento social do Século XX*. Tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BOAHEN, A. A. (2011a) *A África diante do desafio colonial*. In: *África sob dominação colonial, 1880-1935* (3ª. Edição) (MEC – Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos, Trad.). p.1-20. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO.

_____. (2011b) *O colonialismo na África: impacto e significação*. In: *África sob dominação colonial, 1880-1935* (3ª. Edição) (MEC – Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos, Trad.). pp.910-950. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO.

BOBBIO, N. *Dicionário de política Vol. 1*. (1998) Tradução de Carmen C. Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Guerreiro Pinto Cacais e Renzo Dini. 11ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

BODOMO, A. (2011). *La globalización de las inversiones en África* (L. Campoamor, Trad.). Madrid: Catarata.

CARVALHO, F. J. C.. *Keynes e o Brasil*. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 17, Número especial, p. 569-574, dez. 2008.

CERVO, L. A.; BUENO, C. (2002). *História da política exterior do Brasil*. 4ª edição. Brasília: Universidade de Brasília.

CHARAUDEAU, Patrick. (2006). Discurso Político. Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto.

CHOULIARAKI, Lillie & FAIRCLOUGH, Norman. (1999) Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis. Edinbourg: Edinbourg University.

CHARTERIS-BLACK, J. (2011) Politicians and rhetoric: the persuasive power of metaphor. Basingstoke: PalgraveMacmillan.

COUTO, J. M. (2007) O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. In: Economia e Sociedade, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 45-64, abr.

DAVIDSON, A. B. ; ISAACMAN, A. F. ; e Pélissier, R. (2011). Política e nacionalismo nas Áfricas central e meridional, 1919-1935. In: África sob dominação colonial, 1880-1935 (3ª. Edição) (MEC – Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos, Trad.). pp.787-832. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO.

ESCOBAR, Arturo. (2012). Encountering development: the making and unmaking of the third world. 2ª edição. New Jersey: Princeton University Press.

FAIRCLOUGH, N. (1997) Discurso, mudança e hegemonia. In: Pedro, E. R. (org.). Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional. Lisboa: Caminho, pp. 77-104.

_____. (2001) Discurso e mudança social. Brasília: Editora UnB.

_____. (2003) Analyzing discourse: textual analysis for social research. London; New York: Routledge.

FUNAG. (2008). Discursos selecionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

GRAMSCI, A. (1988) A Gramsci reader. Selected writings 1916-1935. In: FORGACS, David. (Org.). Londres: Lawrence ans Wishart.

_____. (1995) concepção dialética da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GROSFUGUEL, Ramón. (2010). Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) Epistemologias do Sul. São Paulo: Editora Cortez.

ISAACMAN, A.; VANSINA, J. (2011) Iniciativas e resistência africanas na África Central, 1880-1914. In: África sob dominação colonial, 1880-1935 (3ª. Edição) (MEC – Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos, Trad.). pp.191-218. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO.

IVO, Anete B. L. (2012). O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. In: Caderno CRH: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA, v.25, n.65, p. 175-376. Salvador, UFBA.

KASSAM, Aneesa. (1994) The Oromo Theory of Development. In: OSAGHAE, Eghosa (Org.). Between State and Civil Society in Africa: Perspective son Development. Dakar,

KHAPOYA, V. B. (2015). A experiência africana. (Noéli Correia de Melo Sobrinho, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes.

KRAYCHETE, Elsa Sousa. (2012). Desenvolvimento e cooperação internacional – Introdução. In: Caderno CRH: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA, v.25, n.65, p. 175-376. Salvador, UFBA.

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In LANDER, E. (Eds.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, 2005, p. 21-53. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Lander.rtf>> Acesso em: 11 ago. 2012

MACAMO, E. (2009) Relações entre o Brasil e a África: os desafios da produção dum conhecimento crítico. Estudos de Sociologia, 5 (2), 35-47.

M'BOW, M. A. (2011) Prefácio. In: África sob dominação colonial, 1880-1935 (3ª. Edição) (MEC – Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos, Trad.). pp.XIX-XXVIII. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO.

MARTINS, J. R. (2015) Immanuel Wallerstein e o Sistema-Mundo: uma teoria ainda atual?. Iberoamérica Social: Revista-Red de Estudios Sociales (V), pp. 95-108. Acesso disponível em <http://iberoamericasocial.com/immanuel-wallerstein-e-o-sistema-mundouma-teoria-ainda-atual/>

MIGNOLO, Walter D. Colonialidad del poder y diferencia colonial. Anuario Mariateguiano. Lima: Amauta. Vol. XI, Nº 10, 1999.

MIGNOLO, Walter D. Local histories/Global Designs. Coloniality, Subaltern Knowledges and BorderThinking. Princeton: Princeton University Press. 2000.

MIGNOLO, Walter D. Prefacio a la edición castellana “Un paradigma otro”: Colonialidad global, pensamiento fronterizo y cosmopolitismo crítico. In. _____. Historias locales /diseños globales. Colonialidade, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo. Madri, Ediciones Akal. 2002

MIGNOLO, Walter D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In LANDER, E. (Eds.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, 2005, p.71-103. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Mignolo.rtf>> Acesso em: 11 ago. 2012

MILANI, Carlos R. S. (2012). Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. In: Caderno CRH: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA, v.25, n.65, p. 175-376. Salvador, UFBA.

OLORUNTIMEHIN, B. O. (2011) A política e o nacionalismo africanos, 1919-1935. In: África sob dominação colonial, 1880-1935 (3ª. Edição) (MEC – Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos, Trad.). pp.657 - 673. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. (Org.) (1996) Dicionário do pensamento social do Século XX. Tradução de Eduardo Francisco Alves, Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

PARADA, M., MEIHY, M. S. B., & MATTOS, P. O. (2013). História da África Contemporânea. Rio de Janeiro: Ed. PUC – Rio: Pallas.

PINO, Bruno Ayllón. (2012). Transformações globais, potências emergentes e Cooperação Sul-Sul: desafios para a cooperação europeia. In: Caderno CRH: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA, v.25, n.65, p. 175-376. Salvador, UFBA.

PRADO, E. F. S. (2001). A ortodoxia neoclássica. In: Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 41, p. 9-20, Abril, 2001.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. Anuario Mariateguiano. Lima: Amauta. Vol. IX, Nº 9, 1997

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In LANDER, E. (Eds). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, 2005, p.227-278. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>> Acesso em 11 ago. 2012

QUIROZ, Beatriz. La identidad vinculada al calle en el discurso de personas sintecho. In: PARDO M. L. (Org.). (2008) El discurso sobre la pobreza en América Latina. Santiago: Frasis, p.79-97.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. (2011) Análise de discurso (para a) crítica: O texto como material de pesquisa. Coleção: Linguagem e Sociedade Vol. 1. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. (2006) Análise de discurso crítica. São Paulo: Contexto.

RESENDE, V.; RAMALHO, V. (2009) Análise de discurso crítica e realismo crítico. Implicações interdisciplinares. Campinas, SP: Pontes Editores.

RIBEIRO, Cláudio O. (2007) Relações Político-comerciais Brasil-África. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, USP, São Paulo.

RIBEIRO, Darcy. (1995). O povo brasileiro. (2ª. Edição). São Paulo: Companhia das Letras.

RODNEY, W. (2011) A economia colonial. (3ª. Edição) (MEC – Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos, Trad.).pp.377-399. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO.

ROJO, Luiza M. (2004) A fronteira interior — análise crítica do discurso: um exemplo sobre "racismo. In: INIGUEZ, Lupicínio (coordenador). Manual de análise do discurso em ciências sociais. Tradução: Vera Lucia Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes.

SANTOS, B. S. (2010). Introdução. In: SANTOS, B.S.; MENESES, M. P. (orgs.) Epistemologias do sul. São Paulo: Cortez.

SARAIVA, José Flávio Sombra. (1993) A construção e a desconstrução do discurso culturalista. In: Revista de Informação Legislativa, v. 30, n. 118, p. 219-236. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/176132>

_____. (2012) África parceira do Brasil atlântico: relações internacionais do Brasil e da África no início do século XXI. Belo Horizonte, MG: Fino Traço.

_____. (1996). O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira. Brasília: Editora da UnB.

SILVA, Marta Zorzal e. (2014). Cooperação Sul-Sul, Investimentos Externos e Desenvolvimento: Existem novas perspectivas a partir do sul global?, Cadernos de Estudos Africanos [Online], 27, 2014, posto online no dia 17 Junho 2014, consultado em 07 de Outubro de 2015. Acesso disponível em <<http://cea.revues.org/1454>>.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. Linguagem em (Dis)curso. Caldas-Coulthard, C. R. & Figueiredo, D. de C. (Orgs.) (2004) Análise Crítica do Discurso, v.4, n. especial, p. 223-243.

UZOIGWE, G. N. (2011). Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: África sob dominação colonial, 1880-1935 (3ª. Edição) (MEC – Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos, Trad.).pp.31-50. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO

APÊNDICES

Segue abaixo alguns segmentos dos discursos que compuseram o corpus analítico:

(D1) Eu quero fazer questão de ir a Davos e dizer em Davos exatamente o que eu diria para um companheiro qualquer que está aqui neste palanque, dizer em Davos de que não é possível continuar uma ordem econômica onde poucos podem comer cinco vezes ao dia e muitos passam cinco dias sem comer no planeta terra, dizer a eles de que é preciso uma nova ordem econômica mundial e que o resultado da riqueza seja distribuída de forma mais justa para que os países pobres tenham a oportunidade de serem menos pobres.

Dizer a eles que as crianças negras da África tem tanto direito de comer quanto as crianças de olhos azuis que nascem nos países nórdicos. Dizer a eles que as crianças pobres da América Latina tem tanto direito de comer como qualquer outra criança que nasça em qualquer parte do mundo. Dizer a eles que o mundo não está precisando de guerra, o mundo está precisando de paz, o mundo está precisando de compreensão.

(D1) Nós somos pobres, uma parte pode ser culpa dos países ricos, mas uma parte pode ser culpa de uma parte da elite ou do continente sul-americano que governou de forma subserviente, que governou de forma subalterna este país praticando os casos mais absurdos de corrupção.

(D1) O nosso país durante 500 anos ficou olhando para a Europa, está na hora de olhar para a África e para a América do Sul, está na hora de estabelecer novas parcerias para que a gente possa ser mais independente, fortalecer o Mercosul e estabelecer uma força política para negociar.

(D2) A preservação dos interesses nacionais não é incompatível com a cooperação e a solidariedade. Nosso projeto nacional não é xenófobo e, sim, universalista.

(D2) Não fiquem indefinidamente esperando sinais para mudarem de atitude em relação ao meu país e aos países em desenvolvimento. Os povos, como os indivíduos, precisam de oportunidades. Os países ricos de hoje só o são porque tiveram as suas oportunidades históricas.

(D5) Nas relações internacionais, o nosso país praticamente esqueceu a África. O meu Governo vai voltar a dar atenção a esse grande continente, que é o nosso irmão de sangue e de raízes espirituais. Em alguns países africanos o Brasil não tem embaixada e nem sequer um escritório de representação. Vamos buscar maior intercâmbio político, cultural e comercial, imprescindível aos nossos povos, em particular os de língua portuguesa.

(D8) Reafirmamos os laços profundos que nos unem a todo o continente africano e a nossa disposição de contribuir ativamente para que ele desenvolva as suas enormes potencialidades.

(D8) A democratização das relações internacionais sem hegemonias de qualquer espécie é tão importante para o futuro da Humanidade quanto a consolidação e o desenvolvimento da democracia no interior de cada estado.

(D9) A pobreza e a miséria que atingem milhões de homens e mulheres no Brasil, na América Latina, na África e na Ásia, nos obrigam a construir uma nova aliança contra a exclusão social. (...) Quero lhes falar de forma simples e direta: venho lhes propor ações coletivas, responsáveis e solidárias, em favor da superação das condições desumanas em que se encontra grande parcela da população do globo.

(D9) Não queremos o olhar piedoso dos países ricos. Necessitamos de soluções estruturais, que devem fazer parte de um conjunto de mudanças na economia mundial.

(D10) Com 76 milhões de afrodescendentes, somos a segunda maior nação negra do mundo, atrás só da Nigéria. Estou pessoalmente empenhado em refletir essa realidade em nossa atuação interna e externa. Temos um compromisso político, moral

e histórico com a África, e com os brasileiros que descendem dos africanos. E vamos honrar esse compromisso.

(D10) Nossos projetos de cooperação técnica com a África incluem, cada vez mais, um componente social. A OIT pode contribuir para difundir essas iniciativas inovadoras em várias partes do mundo.

(D11) (Primeira visita oficial à África): Ao observar do alto do avião a exuberante paisagem que cobre esta Ilha, não pude deixar de lembrar do Brasil com orgulho, ao pensar nos laços que a história forjou, nas afinidades culturais, em nosso desejo comum de traçarmos um caminho de crescente cooperação. Mas também com certa tristeza, pois São Tomé e Príncipe participou diretamente do processo de colonização do Brasil.

Desta Ilha partiram grandes contingentes de africanos escravizados, durante um dos capítulos mais sombrios da história da humanidade. Daqui, transferiram-se para o Nordeste brasileiro os primeiros engenhos de açúcar. Mas, hoje, nos reencontramos para celebrar os laços de amizade fraterna que nos unem, e olhar para um futuro de realizações em benefício de nossos povos.

(D11) Países como o Brasil não podem ficar alheios à situação dos países de menor desenvolvimento relativo. Os que dispõem de maior capacidade podem e devem ter políticas solidárias e fraternas em favor das nações mais necessitadas.

(D11) Além de todos os laços e referências comuns que mencionei ao início, há outro elo que une nossos povos. Refiro-me ao nosso idioma comum, português. Estamos constituindo uma identidade coletiva entre nações orgulhosas de suas personalidades próprias na América, na África, na Europa e na Ásia.

(D12) Tenho dito que o estreitamento de relações com a África constitui, para o Brasil, uma obrigação política, moral e histórica. São muitos os laços que nos unem ao continente africano e, em especial, aos países lusófonos.

(D12) Compartilhamos não apenas ligações étnicas e culturais mas, também, o anseio de garantir o desenvolvimento econômico e o bem-estar de nossos cidadãos. Com nenhum país do Continente esses vínculos são mais fortes do que com Angola.

(D12) Temos que aproveitar o enorme potencial gerado pela grande complementaridade entre nossas economias e nossas posições estratégicas nos dois continentes. Queremos estimular novas oportunidades comerciais por meio do Programa de Substituição Competitiva de Importações. Ele ajudará o governo brasileiro a identificar produtos angolanos que possam ser exportados para o Brasil a preços competitivos.

Estamos preparados para ampliar o acesso de produtos angolanos ao mercado brasileiro. Entendemos que o comércio entre países deve ter duas vias para ser duradouro.

(D12) Além da busca do desenvolvimento, Angola e Brasil compartilham uma histórica dívida social. Enfrentamos o desafio de crescer de forma sustentável e, ao mesmo tempo, combater a fome e a exclusão social.

(D12) O Brasil tem cobrado coerência dos países ricos que, ao mesmo tempo em que defendem a abertura das fronteiras econômicas internacionais, protegem os seus próprios mercados, concedendo subsídios intoleráveis e erguendo barreiras à entrada de produtos produzidos de forma competitiva nos países mais pobres.

Por essa razão, é fundamental que os países em desenvolvimento se unam e se coordenem no campo das negociações comerciais internacionais, como na OMC.

Em paralelo à busca de avanços nas negociações comerciais internacionais devemos, os países do Sul, ampliar nossa integração melhorando as ligações dentro de nossas regiões e entre elas.

(D12) Quando queremos facilitar as coisas, nós sabemos como facilitar. Quando queremos dificultar, nós sabemos como dificultar. Em 1500, o Oceano Atlântico deixou de ser um obstáculo para ser um caminho pelo qual Pedro Álvares Cabral descobriu

o Brasil. Durante 300 anos, o Oceano Atlântico deixou de ser um empecilho, para ser um caminho pelo qual os negros livres de Angola eram transportados como escravos para o meu país. Portanto, não serão cinco, seis, sete mil quilômetros de oceano que poderão atrapalhar dois países, com o potencial de Angola e do Brasil, de terem uma excepcional relação política, econômica, comercial e cultural.

(D13) Diante do afunilamento de opções externas e do inegociável compromisso do Brasil com a estabilidade, elegemos um caminho. O mesmo que pautou nossa trajetória política, consolidou uma visão de mundo e sedimentou uma chance histórica. Ou seja: a negociação transparente, a negociação soberana, a negociação por justiça. Significa dizer que a retomada do desenvolvimento nos países pobres não é uma equação unilateral.

(D13) O Brasil tem trabalhado incansavelmente para consolidar alianças e parcerias que permitam às nações pobres recuperar o arbítrio sobre o seu destino e, portanto, sobre o seu desenvolvimento. (...) Inauguramos com a África uma nova era de negócios e parcerias.

(D14) Todas essas mudanças no plano interno não podem ser pensadas isoladamente de uma política exterior mais afirmativa e mais soberana. Nossa prioridade é a integração com os vizinhos sul-americanos.

(...) Para além da nossa região, queremos uma aproximação maior com a África, a começar pelos países de língua portuguesa.

Em novembro, viajarei a cinco países daquele continente. Há perspectiva de cooperação nas áreas da agricultura, educação, combate à AIDS, conexões aéreas diretas, serviços bancários além, claro, de um intercâmbio cultural.

(D15) Assumimos o firme compromisso com o principal desafio do início do século XXI: o combate à fome, à pobreza e à exclusão social.

Senhores Presidentes,

É cada vez maior o abismo que separa ricos e pobres em nosso continente e no mundo. Uma exclusão secular ganhou maior dimensão na década passada.

(...)

Estas não são conseqüências secundárias e aleatórias de uma política econômica supostamente sadia e adequada.

Trata-se, sim, de um modelo perverso que separou equivocadamente o econômico do social, opôs estabilidade a crescimento e divorciou responsabilidade e justiça. A estabilidade econômica foi pensada de costas para a justiça social. Ficamos sem as duas. Com isso compromete-se a própria estabilidade política. A experiência histórica mostra que o equilíbrio econômico é insustentável sem o equilíbrio social.

(D15) A experiência histórica ensina que sem democracia econômica e social não haverá democracia política.

Neste século vinte e um, temos a chance de curar nossas feridas históricas e recentes, oferecendo ao mundo um valor que a opressão do passado e as condições desiguais do presente insistem em sufocar.

Quero aqui evocar um valor arraigado em nossos povos e sem o qual é impossível construir um futuro promissor para todos. O nome desse valor todos vocês conhecem. Chama-se SOLIDARIEDADE.

(D16) O desenvolvimento econômico é condição necessária, mas não suficiente. Não há desenvolvimento econômico verdadeiro sem distribuição de renda, sem justiça social.

A cooperação internacional tem papel importante a desempenhar nesse desafio. É indispensável para que nossa ação seja exitosa em cada um de nossos países.

(D16) A cooperação internacional não só tem a generosa dimensão da solidariedade, ela beneficia economicamente a todos.

Tenho a convicção de que é preciso unir cooperação internacional à vontade e ao esforço nacional na luta a que estamos dedicados no Brasil para erradicar a fome e reduzir a pobreza.

(D16) A solidariedade tem de assumir a forma de uma parceria global, capaz de mobilizar a determinação política e o apoio financeiro, de energizar governos, o sistema das Nações Unidas, as instituições financeiras e comerciais internacionais. Deve reorientar prioridades e políticas de desenvolvimento. Deve buscar reduzir assimetrias econômicas e comerciais, através da eliminação das distintas formas de subsídio que perturbam o livre Comércio.

(D16) A luta pela inclusão social não é batalha solitária. A convocação para a cooperação internacional tem partido, felizmente, de um número crescente de encontros e tem inspirado importantes iniciativas.

(D18) Igual espírito de solidariedade tem presidido o resgate e o aprofundamento de nossas relações com a África. Em três visitas ao Continente, já estive em 14 países e assumi o compromisso de retornar todos os anos à região com a qual temos afinidades históricas e culturais.

(...)

As relações do Brasil com os países africanos, tanto em matéria de cooperação como de comércio, vêm ganhando intensidade sem precedentes. Somente neste último mês de agosto, recebi a visita de dez líderes africanos. Estamos lançando parcerias mutuamente vantajosas, sem assistencialismo, que abrem oportunidades promissoras de negócios em frentes inovadoras de colaboração.

(D18) Depois, a política para a África, eu sei que tem muita gente que não gosta, ou pelo menos não gostou: “o Brasil deixar ... o presidente Lula deixar de ir para os Estados Unidos mais uma vez, deixar de ir para Paris mais uma vez, deixar de ir para Londres mais uma vez, para ir para a África? Quatorze vezes já foi para a África. Já fui 14 e, se Deus quiser, no ano que vem visitarei mais quatro ou cinco países. Não apenas porque nós temos razões de sobra para visitar a África porque temos dívidas

históricas com os africanos, devemos parte do que somos aos africanos, mas porque nós sabemos que aquela região do mundo não se desenvolveu porque durante mais de 300 anos nós tiramos de lá a parte mais sadia da população, a parte mais jovem que poderia ter contribuído para o desenvolvimento. Ela veio ser escrava no Brasil, nos Estados Unidos, no Haiti, em Cuba e em tantos outros países.

Portanto, nós temos que visitar a África quantas vezes for necessário. E não apenas pensando em comércio, porque não se faz relação apenas pensando em comércio, se faz relação pensando em política, se faz relação pensando em cultura, se faz relação, sobretudo, não pensando em vender nada, mas pensando em fazer políticas de colaboração e de cooperação com países africanos e com outros países.

(D20) As iniciativas Sul-Sul de nossa cooperação internacional não prejudicam relações tradicionais e indispensáveis com nossos parceiros industrializados. Partem da constatação evidente de que alcançamos níveis de maturidade política e econômica, que nos habilitam a ampliar nossos horizontes de atuação.

(D20) Ao chegarmos de cabeça erguida nas negociações internacionais, somos mais respeitados. A presença significativa de países sul-americanos na missão das Nações Unidas no Haiti, é exemplo da contribuição que podemos prestar para a promoção da paz e da segurança.

Estabelece um novo paradigma de cooperação internacional, em que a reconstrução econômica e social é a chave para a solução duradoura dos conflitos. Permite vislumbrar o aprofundamento de nossa cooperação e integração em matéria de defesa e segurança. No Haiti, não queremos impor soluções políticas. Lá, respeitamos os direitos humanos e o pluralismo político.

Recusamos a prepotência e a arrogância, próprias dos que têm nostalgia das aventuras coloniais. Sabemos que cabe somente aos haitianos, decidir sobre o seu futuro.

(D21) Queremos um mundo mais democrático, baseado no diálogo e na cooperação internacional. Acreditamos que a construção de um mundo mais justo e estável passa pela prioridade das questões sociais.

(D22) Há 47 anos, o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a então Comunidade Econômica Europeia. De lá para cá, a União Europeia cresceu e aprofundou-se. Hoje, reúne 27 países vocacionados para a democracia, a paz, a liberdade, a prosperidade e a justiça social. É uma construção única, que motiva a todos que acreditam na cooperação internacional e na interdependência solidária. É também uma fonte de inspiração para a integração que estamos construindo no Mercosul e na União de Nações Sul- Americanas.

(D25) Quando as pessoas se colocam contra isso, muitas vezes eu penso o seguinte: não olhem o Programa de Biocombustíveis a partir da Europa, onde tudo já está arrumado; não olhem de dentro dos Estados Unidos, onde também parte das coisas estão arrumadas, ou no Japão. Olhem, a partir do mapa da África, dos indicadores sociais e da América Latina e Caribe. E vocês vão perceber o quê? Hoje, para construir uma plataforma de petróleo, você precisa ter muita tecnologia e ela custa, aproximadamente, 2 bilhões de dólares. No Brasil, agora, estamos fazendo prospecção de petróleo a sete mil metros de Profundidade. Quantos países do mundo têm tecnologia para isso?

(D26) Não teremos êxito no combate à fome se não mudarmos radicalmente os padrões de cooperação internacional. É preciso virar a página dos modelos impostos de fora. Não faz sentido que o FMI e o Banco Mundial imponham ajustes estruturais que inviabilizem as políticas públicas de estímulo à agricultura dos países mais pobres. Não podemos desperdiçar as experiências acumuladas nos próprios países beneficiários.

Esse é o caminho trilhado pelo Brasil para cooperar com as nações mais pobres na luta contra a insegurança alimentar. Transferimos, sem condicionalidades, a tecnologia de ponta que revolucionou nossa agricultura e compartilhamos nossas exitosas políticas públicas de inclusão social.

Tenho, nesse sentido, recebido dezenas de líderes africanos no Brasil, e visitei 21 países na África, alguns deles mais de uma vez. Ontem, realizamos um encontro

África-Brasil para discutir a participação da Embrapa no desenvolvimento da agricultura na savana africana.

(D27) O dado concreto e objetivo é que os mesmos que criticaram a minha ida ao Mundo Árabe – e eu visitei... antes da Jordânia eu visitei, praticamente, nove países –, criticaram quando eu fui para a África. Diziam: “O que o Presidente do Brasil está fazendo na África? O Presidente do Brasil deveria estar nos Estados Unidos, deveria estar na Europa”. Porque era assim que nós estávamos habituados a fazer. Não éramos nós que tomávamos as decisões daquilo que nós queríamos fazer. Nós ficávamos subordinados à chamada matriz do desenvolvimento econômico, e que era quem conduzia os nossos interesses.

(D28) A aproximação do Brasil com a África é motivada pela mesma busca de justiça e cooperação solidária. Prova disso é nossa parceria com os países produtores de algodão. Somos aliados contra os que pregam o livre comércio, mas praticam o protecionismo.

(D29) Com poucas adaptações, o patrimônio de 37 anos de conhecimentos da Embrapa pôde gerar saltos de produtividade, suficientes para promover uma revolução agrícola em países africanos, com os quais temos uma dívida histórica pelo muito que nos deram e pelo tanto que sofreram na construção deste país. Mais de 200 milhões de pessoas padecem de fome crônica na África; cerca de 33 milhões de crianças com menos de cinco anos estão subalimentadas, segundo dados da ONU. Uma parceria com a Embrapa pode representar, para esses povos, um avanço de décadas no acesso à tecnologia de ponta, capaz de vencer a fome, reduzir a pobreza e combater a desigualdade.

(D29) Esta unidade da Embrapa vai gerar estudos estratégicos para o nosso mercado, mas também funcionará como uma espécie de chancelaria da agricultura brasileira na cooperação com outros povos e nações em desenvolvimento em todo o mundo. Temos a obrigação histórica de compartilhar nossos trunfos com povos irmãos, que travam a luta decisiva contra a fome, a pobreza e o subdesenvolvimento no século XXI.

(D29) E vamos compartilhar com os povos irmãos da África, da América Latina e do Caribe, como já ocorre atualmente no Haiti e a partir do escritório da Embrapa em Gana. Esta não é uma visão tirada da conveniência da hora. Este não é um governo que enxerga os pequenos e os pobres apenas quando acendem as luzes do processo eleitoral. Esta não é uma nação mesquinha, que se fecha em torno de suas conquistas, indiferente às necessidades da cooperação internacional para o desenvolvimento, seja com os nossos parceiros do Mercosul, da África, do Caribe, da Ásia ou do Oriente Médio.

(D30) A verdade é que estamos todos no mesmo barco, e apenas a solidariedade e a cooperação internacional nos permitirão vencer esses desafios.